

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Estudo Retrospectivo da Arquitetura e Urbanologia no Século XXI

André Lopes de Almeida

M

2024



Um profundo obrigado aos meus pais, à minha mãe Manuela e ao meu pai Carlos, por me ensinarem o desejo de crescer, por estarem sempre presentes em todos os momentos, por possibilitarem os meus estudos, e pelo carinho e apoio incondicionais.

Um profundo obrigado ao meu irmão Pedro, por ser o meu exemplo a seguir, por me acompanhar desde sempre cheio de bom humor e carinho infindável, e por me ensinar o que é ser o melhor de nós mesmos.

Obrigado ao corpo docente da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e todos os professores que contribuíram para minha formação como arquiteto e como pessoa. Em especial o professor Gonçalo Furtado, que me vem acompanhando nos últimos anos, e orientou a presente Dissertação, com paciência e dedicação.

Um especial obrigado ao senhor Jorge, à senhora Noverça, e à menina Susete, por toda a disponibilidade e empatia, que fizeram toda a diferença no meu percurso académico.

Agradeço também a todos os meus amigos que me acompanharam ao longo deste trajeto. Um especial obrigado à Xana, à Natas, ao Chico e ao Gabriel, pelo carinho e pelo bom humor - que tornaram as noites sem dormir um pouco mais fáceis – e pelas infindáveis memórias que temos juntos.

Obrigado.

Resumo

Esta Dissertação consiste num estudo da área da Urbanologia, elaborando um percurso de evolução dos elementos urbanos a nível internacional e nacional, como centros dos fenómenos da atividade humana (onde os mecanismos de organização atingem o seu ápice) e a forma como estes fenómenos foram sendo enquadrados na esfera académica.

Serão estudados alguns fenómenos sociológicos concretos que caracterizam os séculos XX e XXI, e introduziram o paradigma da globalização. Especial foco será posto no caso da cidade do Porto, que teve transformações na sua morfologia ao longo do último século e meio. Serão revisitadas políticas urbanas locais e nacionais que marcaram o desenvolvimento da cidade do Porto, e tecidos estudos comparativos com a realidade académica desta área científica no estudo desta unidade.

Esta Investigação estará estruturada em três momentos: Moderno, Pós – Moderno, e Contemporâneo. Cada parte compreenderá preambulo baseado num autor que fará enquadramento de cada época correspondente. Será analisada uma seleção de casos de estudos relevantes para ilustrar a realidade de transformação urbana a que Portugal assistiu pelo último século e meio, e o nascimento das suas cidades em condição contemporânea. Será feito levantamento dos Planos Urbanos apresentados no Porto durante o período temporal correspondente, e por fim, cada capítulo concluirá cruzando tal realidade com a evolução do Plano de Estudos da Escola do Porto no mesmo período, a fim de uma compreensão da evolução do Urbanismo nas suas esferas projetual e académica.

Por fim, tece-se uma conclusão retrospectiva do urbanismo em Portugal, privilegiando a compreensão concreta e informada do nosso contexto da cidade do Porto no séc. XXI e a sua condição global, bem como o contributo da esfera académica para o pensamento sobre a cidade no rizoma Portuense.

Abstract

This Dissertation consists of a study of the field of Urbanology, tracing a path of evolution of urban elements at an international and national level, as centers of phenomena of human activity (where organizational mechanisms reach their peak) and the way in which these phenomena are framed in the academic sphere.

Some concrete sociological phenomena that characterizes the 20th and 21st centuries will be analyzed with greater focus. Also the paradigm of globalization, will be studied closely. Special focus will be placed on the case study of the city of Porto, which has undergone transformations in its morphology over the last century and a half. Local and national urban policies that marked the development of the city of Porto will be revisited, and comparative studies will be carried out with the academic reality of this scientific area in the study of this field.

This Research will be structured into three moments: Modern, Post-Modern, and Contemporary. Each part will include a preamble based on one author who will frame each corresponding period. A selection of relevant case studies will be analyzed to illustrate the reality of urban transformation that Portugal has seen over the last century and a half, and the birth of its cities in contemporary context. A survey will be made of the Urban Plans presented in Porto during the corresponding period, and finally, each chapter will conclude by crossing this data with the evolution of the Syllabus of the Porto School in the same period, in order to understand the evolution of Urbanism in its project and academic spheres.

Finally, a retrospective conclusion is drawn on urbanism in Portugal, privileging a concrete and informed understanding of our context in the city of Porto in the 21st century, and its globalized condition, as well as the contribution of the academic sphere to the thought about the city in the Portuguese rhizome.

0 – Introdução

1 – O período Moderno: A transição do século

1.1– Casos de Estudo, Urbanismo em Portugal

1.2 – Planos Urbanos do Porto: Correa de Barros – 1881, Ezequiel de Campos – 1932, Marcelo Piacentini – 1940 e Giovanni Muzio – 1942

1.3– O estudo do urbanismo na Escola do Porto pelo início do séc. XX

2 – O período Pós–Moderno: A cidade industrial

2.1– Casos de Estudo, Urbanismo em Portugal

2.2– Planos Urbanos do Porto: Almeida Garret – 1952 e Robert Auzelle – 1962

2.3– O estudo do urbanismo na Escola do Porto no consolidar do séc. XX

3 – Período Contemporâneo: A cidade pós-industrial

3.1– Casos de Estudo, Urbanismo em Portugal

3.2– Evolução Urbana e Morfológica do Porto: Castel-Branco – 1987 e Fernandes Sá – 2011,

3.3– O estudo do urbanismo na Escola do Porto no séc. XI

4 - Notas conclusivas

Siglas

AMP	Área Metropolitana do Porto
CMP	Câmara Municipal do Porto
CML	Câmara Municipal de Lisboa
PDM	Plano Diretor Municipal
PU	Plano Urbano
UP	Universidade do Porto
FAUP	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
CEAU	Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo
ESBAP	Escola Superior de Belas Artes do Porto
FCP	Federação de Caixas de Previdência
ICAT	Iniciativas Culturais Arte e Técnica
ODAM	Organização dos Arquitetos Modernos
PGUAZ	Plano Geral da Universidade de Aveiro
CEFA	Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura
RPGUA	Revisão do Plano Geral da Universidade de Aveiro
CIAM	Congresso Internacional dos Arquitetos Modernos
UIA	União Internacional dos Arquitetos

Keywords

Urbanism
Architecture
20th Century
21st Century
City
Port

0_ Introdução

O **objeto** deste estudo são os fenómenos de metamorfose urbana e expressão desta área do estudo na Escola do Porto. Compreendendo o impacto destes fenómenos na vida nas cidades, que vão derivando de um conjunto de circunstâncias que moldam o seu percurso e configuram a sua estrutura e dimensão social ao longo do século XX. Tais metamorfoses manifestam-se de forma mais significativa a partir de meados do século XX. Compreender-se-á a análise dos principais elementos que formulam a narrativa da cidade no séc. XX – mobilidade, espaço, tempo, centralidade, e como esses são interpretados e espacializados, no campo prático e académico.

O **objetivo** é investigar dinâmicas que tomam lugar na cidade e tangenciar a influencia mútua de tais dinâmicas na esfera do ensino. A investigação terá também como foco a cidade do Porto, e a forma como a evolução da realidade urbana e respetivo impacto no campo académico estabeleceu a retórica no percurso do ensino no séc. XX. Procurar-se-á compreender cidade na sua atual configuração pós-industrial / global de uma metrópole contemporânea, profundamente enraizada na narrativa do século XXI. Será investigada a origem de fenómenos contemporâneos geradores de cidade, o estudo das áreas disciplinares como a sociologia e o urbanismo, pretendendo a compreensão de um Porto atual, fruto da sua evolução pelo último século e meio, de tradição de ensino desta área na Escola do Porto.

A **metodologia** desta investigação desenrola-se em três momentos, cada uma correspondendo a um período específico: Moderno, Proto – Moderno, e Contemporâneo. Em cada parte, será introduzido com um autor da área do urbanismo ou sociologia que teceu um enquadramento geral de cada período, seguido de uma sequência de casos relevantes do urbanismo, sobretudo em Portugal, que irá cartografar a realidade da cidade a nível nacional. Após isto, serão analisados os Planos Urbanos pelo mesmo período, a fim de compreender esta esfera de influências no plano portuense. Por fim, cada capítulo concluirá com um paralelo da presença do Plano de Estudos desta cidade pelo mesmo período, referenciando fontes documentais, que permitirão observar a evolução do ensino e universo académico sobre um enquadramento histórico, por fim tecendo uma série de relações relacionadas com as influências mútuas da área do Urbanismo.

O período Moderno: A transição do século

Para iniciar este estudo, interessa remontar ao pensamento sobre a cidade e ilustrar o universo de temas e questões que caracterizam a Urbanologia no início do século XX, de forma a estabelecer um prisma para compreensão da sequência dos casos concretos que serão estudados de seguida.

Assim procede-se a nota introdutória onde será analisado o autor Georg Simmel (1858-1918), sociólogo alemão e pensador neokantiano, por se considerar seminal na compreensão da transição do século. Irá constituir referência de abordagem a este primeiro período e enquadrar / ilustrar uma época do ponto de vista espacial e sociológico.

Como breve nota biográfica, interessa dizer que o seminal autor Georg Simmel ficou reconhecido pela sua contribuição para o estudo da sociologia e seu enquadramento no debate do urbano.

Simmel nasceu em Berlim, onde obteve o grau de Doutor em Filosofia e onde veio a lecionar. Em 1914 iniciou a sua atividade como Professor em Estrasburgo. Assistiu à **transição de século** e à ascensão das ideologias modernistas, que radicalizaram o universo do estudo sociológico.

Posta esta nota introdutória, interessa refletir sobre os principais temas e ideias que ilustram o perfil de pensamento deste autor:

Assim, Simmel assistiu à transformação de espaços rurais para grandes aglomerados urbanos, num surreal processo de metamorfose. Simmel defendia que o ambiente “hyper-metropolitano”, causava uma overdose de estímulos, esmagando e reduzindo o habitante no espaço. O autor apontava sistemas concretos – como economia ou o horário – que no seu carácter absolutista, pragmático e irredutível, tornaram o espaço urbano numa fria máquina de habitar. Tal fenómeno refletia-se no indivíduo, que, para autopreservação, desligava-se da sua envolvente, assumindo o que Simmel chamava de uma postura **blasé**¹.



Figura 1 - Georg Simmel, 1858 – 1918, Porto: Porto Editora. [consult. 2024-09-08]. Disponível em [https://www.infope-dia.pt/\\$georg-simmel](https://www.infope-dia.pt/$georg-simmel)



Figura 2 – SIMMEL, Georg “Metrópole e Vida Mental”, Ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967

¹ SIMMEL, Georg – *Metrópole e Vida Mental*”, Ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967, pág.27

Simmel sublinhava simultaneamente a importância da expressão individual no desenho do espaço urbano. Defendia que deve ser incluída a dimensão pessoal e individual no desenho urbano, como forma de "atenuar" o ritmo aceleradíssimo das cidades híper funcionalistas.

Podemos questionar como pode o indivíduo tornar-se mais participativo na sua envolvente social e arquitetónica, e de que forma pode o arquiteto **“renaturalizar” a cidade** e o quotidiano? O geógrafo Álvaro Domingues descreveu este fenómeno como um *“entramado instável de fios finos e elásticos”*,² que descrevem as relações interpessoais no espaço.

*[...] verificam-se dimensões de normalização e de massificação que nunca foram tão globais. No entanto, a individualização radicaliza a esfera individual, diversifica a possibilidade de escolhas, e substitui o entramado rígido da sociedade moderna, pelo entramado instável de fios finos e elásticos que caracteriza as atuais relações sociais – uma espécie de sociedade Facebook.”*³

Nas primeiras décadas do século XX desenrolaram-se os *Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM* - fórum de discussão e plataforma de divulgação internacional sobre o modernismo. De particular relevo o CIAM é aqui introduzido para ilustrar o espírito de debate que caracterizava o esforço para normalizar o modernismo na cultura arquitetónica e urbana europeia. As profundas transformações sociais que ocorriam pela Europa afetavam as esferas culturais, políticas e económicas, e careciam de uma rápida adaptação urbana. A cidade surgiu, entretanto, como epicentro de organização socioeconómica⁴. Por isso era necessário fomentar a [re]evolução do pensamento urbano e seu debate à luz da doutrina modernista⁵. É neste contexto que surge o CIAM: *cluster* fundamental para a divulgação dos valores que surgiam no início do século XX e que vêm escrutinar os antigos paradigmas que, em parte, ainda pairavam sobre a opinião geral⁶. Como descreve a autora Saskia Sassen,



Figura 3 - “O X Congresso Internacional da Arquitetura Moderna” Revista Arquitetura - Ed. 64, 1959, pág.21

² PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – *“Políticas Urbanas II”*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2011, pág. 91

³ PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – *“Políticas Urbanas II”*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2011, pág. 92

⁴ CASTELLS, Manuel – *“The Network Society”*, Ed. Blackwell, Barcelona 1996, pág. 65

⁵ DELAFON, Gille – *“O X Congresso Internacional da Arquitetura Moderna”*, Ed Revista Arquitetura, Portugal 1959, pág. 64

⁶ DELAFON, Gille – *“O X Congresso Internacional da Arquitetura Moderna”*, Ed Revista Arquitetura, Portugal 1959, pág. 64

“From the beginning, CIAM was conceived of as an instrument of propaganda to advance the cause of the new architecture that was developing in Europe in the 1920s.”⁷

Tratava-se de um coletivo de arquitetos modernos, descontentes com o urbanismo tradicionalista da sua época e oriundos de uma elite intelectual, que iriam estimular o debate num momento em que todo o cenário cultural sofria metamorfoses radicais⁸.

As primeiras reuniões CIAM aconteceram em La Sarraz, Francfort, Bruxelas, Atenas e Zurich. Nestes eventos eram debatidos temas centrais na doutrina modernista: o *existence minimum*, a divisão racional do terreno, a Carta do Urbanismo (*Carta de Atenas*), entre outros temas relevantes.⁹

Em 1933 publica a seminal *Carta de Atenas*, como um “código de conduta”¹⁰ para o Urbanismo Europeu. Salienta-se aqui a grande influência de Le Corbusier que pairava sobre os CIAM enquanto fundador e mentor do grupo. A beleza do seu génio está na dicotomia entre o reconhecer da era das máquinas e os novos métodos de construção que a revolução industrial prefigurava. Como refere Delafon,

“A autoridade das suas conceções conserva toda a sua influência [...] E, no entanto, não aparece como ditador, alinhando-se sempre entre os trabalhadores.”¹¹

Como já aludido, existia um tema central em cada edição do evento, um “tema do ano” que dominava o debate. Era eleito por um núcleo composto por alguns pensadores mais influentes do grupo, e incidia nos principais temas da atualidade, com a intenção de “desmistificar” a doutrina modernista e fomentar a sua prática.

As ideias até então apresentadas não deixam de estar presentes em Portugal, como se constata no **Plano para a Costa de Caparica**, de Cassiano Branco. Selecionado por se tratar da primeira ocorrência de projeto urbano modernista em Portugal, o PU da Costa da Caparica é pioneiro exemplar de urbanismo utópico. Aplica ideias centrais da cidade moderna, que viriam a ser chave na cidade pós industrial, especial ênfase na turistificação local.

⁷ SASSEN, Saskia – “*The Global City: Introducing a Concept*”, Princeton University Press, Massachusetts, 1991, pág.35

⁸ DELAFON, Gille – “*O X Congresso Internacional da Arquitetura Moderna*”, Ed Revista Arquitetura, Portugal 1959, pág. 65

⁹ GARNIER, Tony – “*Une Cité Industrielle*”, Ed. Rizzoli, Paris 19179, pág. 62

¹⁰ DELAFON, Gille – “*O X Congresso Internacional da Arquitetura Moderna*”, Ed Revista Arquitetura, Portugal 1959, pág. 67,

¹¹ DELAFON, Gille – “*O X Congresso Internacional da Arquitetura Moderna*”, Ed Revista Arquitetura, Portugal 1959, pág. 67,

Foi aos 32 anos de idade, que Cassiano Branco apresentou a proposta para Costa da Caparica na Camara Municipal de Lisboa, influenciado pela *Ville Contemporaine* de Corbusier (1922), e a *Cité Industrielle* de Tony Garnier (1904)¹². Cassiano Branco sofria represálias por ser opositor do regime, tendo sido afastado da *Exposição do Mundo Português* em 1940¹³. A maioria da sua carreira foi ao serviço de privados, e estas resistências culminaram na sua visão arrojada para o local permanecer irrealizada. Em 1970, refere a Revista Arquitetura sobre o Plano em causa,

*“A proposta, que era sem dúvida original a muitos títulos e continha, além do mais, interessantes soluções arquitetónicas – atente-se por exemplo na do Atlântico Palácio - não passou do esquema visionário de um poderoso criador.”*¹⁴

Para compreender o contexto deste caso interessa atender ao facto de que na primeira metade do séc. XX Lisboa sofreu um crescimento populacional explosivo. Era necessária uma expansão urbana que desse resposta às exigências demográficas. Uma expansão a sul era lógico, dada tendência da população a mover-se para esta zona tal seria a qualidade das praias, que de resto viriam a ser peça chave na visão de Cassiano¹⁵. O PU incorpora as lições do modernismo que o arquiteto sonhava inaugurar em Portugal: as grandes vias de fluxo automóvel; espaços públicos verdes que dispensam a “rua tradicional”; e megaestruturas exuberantes.¹⁶

Podendo atender à desadequação entre a classe operária de rendimentos baixos, e o programa *Hollywoodesco* e de *glamour* urbano que o arquiteto planeava.

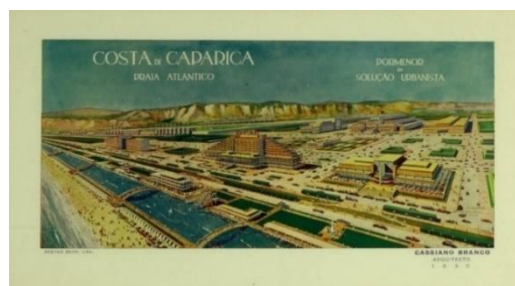


Figura 4 – SILVA, Fernandes “Costa da Caparica, Praia Atlântico: Pormenor da solução urbanística” Revista Arquitetura, Ed. 117, Lisboa 1970



Figura 5 – SILVA, Fernandes “Costa da Caparica: Praia Atlântico - Pormenor de Solução Urbanística, Casino” Revista Arquitetura, Ed. 117, Lisboa 1970

¹² DELAFON, Gille – “O X Congresso Internacional da Arquitetura Moderna”, Ed Revista Arquitetura, Portugal 1959, pág. 65

¹³ RTP Arquivos – A *Exposição do Mundo Português*, Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/exposicao-do-mundo-portugues/>

¹⁴ SILVA, Fernandes – “Planeamento, design e artes plásticas”, Ed.117/18 Revista Arquitetura Lisboa 1970, pág. 35

¹⁵ SILVA, Fernandes – “Planeamento, design e artes plásticas” pág. 35 Ed. 117/18 Revista Arquitetura Lisboa 1970,

¹⁶ RUFINO, Costa - “Praia Atlântico: Pormenor da solução urbanística”, Revista Arquitetura Ed 64, Lisboa 1959, pág 12

Era a principal crítica e polémica do PU, alheio à realidade social e económica que a Costa da Caparica enfrentava e enfrenta¹⁷. Como exposto na Revista Arquitetura,

*"[...] produzido em 1930, era constituído pelo projeto de um empreendimento de «loisirs», de grande dimensão, para a Costa da Caparica, numa época em que o turismo nacional não estava como hoje na ordem do dia.”*¹⁸

Observando os documentos realizados, constata-se que a proposta de Cassiano é abstrata e sem grande detalhe, essencialmente um mapa de intenções¹⁹. Um dos elementos proeminentes é o canal paralelo ao oceano, fazendo a transição do núcleo urbano para a linha costeira, uma hidroestrutura urbana colossal que contribui para a **identidade de cidade balnear**²⁰. Para conectar o núcleo urbano à linha de praia, uma série de pontes pedonais perpendiculares ao canal²¹.

*“Tratava-se de um conjunto de hotéis, casinos e equipamentos desportivo, previstos numa escala invulgar entre nós, mesmo ainda hoje”*²²

No seguimento do exposto, interessa dizer que a Costa da Caparica permanece uma região desorganizada. Um emaranhado de habitação unifamiliar, desprovida de malha lógica, e a sua população é tipicamente de baixo rendimento²³. O persistente negligenciar desta zona levou a Camara Municipal de Almada a nunca adotar um plano urbano, conduzindo ao surgimento de construção espontânea que se foi aproximando da linha do mar.



Figura 6 – SILVA, Fernandes “Costa da Caparica: Praia Atlântico - Pormenor de Solução Urbanística, Hotel” Revista Arquitetura, Ed. 117, Lisboa 1970



Figura 7 – SILVA, Fernandes “Plano de Urbanização para a Costa da Caparica” - Revista Arquitetura, Ed. 118, Lisboa 1970

¹⁷ SILVA, Fernandes – “Planeamento, design e artes plásticas” Ed. 117/18 Revista Arquitetura Lisboa 1970, pág. 36

¹⁸ SILVA, Fernandes – “Planeamento, design e artes plásticas” pág. 36 Ed. 117/18 Revista Arquitetura Lisboa 1970

¹⁹ CORBUSIER - “The city of Tomorrow and its Planning”, Ed. Dover Publications, França 1987, pág. 210

²⁰ BRANCO, Cassiano: “Costa da Caparica, Praia Atlântica - Hotel” – Arquivo Municipal de Lisboa, 1930 / Código de referência: PT/AMLSB/CB/09/02/12, Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>

²¹ RUFINO, António – “Costa da Caparica: de Cassiano Branco à Realidade” Ed. Coleções ULL-FAA, Lisboa 2015

²² SILVA, Fernandes – “Planeamento, design e artes plásticas” pág. 36 Ed. Revista Arquitetura Lisboa 1970

²³ Revista Arquitetura “Praia Atlântico: Pormenor da solução urbanística” 1959 Ed. 64, pág 13

Atualmente é difícil propor uma solução devido à região já se encontrar tão consolidada, preenchida por construções desordenadas e problemáticas²⁴. Contudo, o plano de Cassiano ficou como um exemplo de **urbanismo utopista**, e a primeira intervenção urbana modernista em Portugal²⁵, que permite compreender o clima do urbanismo no país pela primeira metade do séc. XX. O ambiente político era culturalmente confinante, mas o modernismo aliciava os jovens ambiciosos que sonhavam com uma realidade redesenhada.

*"[...] ele foi o mais atrevido e vigoroso de todos esses inovadores e que, por outro lado, pelas expressões que nos deixou do seu pensamento, terá sido um dos que mais perfeita consciência possuía de algumas magnas questões que têm interessado a classe, nomeadamente o problema habitacional e do planeamento urbano."*²⁶

Posto isto, e mantendo o foco nos princípios do século XX, interessa atentar no caso do **Bairro do Restelo**.

Desenhado a pretexto do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, o Bairro do Restelo ergue-se como um caso singular de intervenção urbana baseada em habitação económica fora dos grandes centros de saturação populacional.

A pertinência deste projeto é total, dado tratar-se uma zona fortemente marcada pela presença industrial, onde tanto homens como mulheres se dedicavam à produção de bens, sobretudo de natureza têxtil. De traçado regular tendencialmente baricêntrico, o projeto de Faria da Costa (1906 - 1971) reflete uma estrutura hierárquica dos elementos que o compõem, eixos viários, espaços públicos, equipamentos, habitações e espaços privados, criando uma unidade autónoma na área urbana do Restelo. É composto por 524 moradias: 452 moradias económicas, 36 moradias geminadas e 36 moradias unifamiliares²⁷.

Numa fase inicial de planeamento para o programa do futuro bairro, a Câmara de Lisboa analisou a sua capacidade de fazer o projeto de forma interna com arquitetos Municipais, o que levou à



Figura 3 - ALMEIDA, Patrícia
"Bairro do Restelo, Panorama Urbanístico e Arquitetónico" Ed. Calidoscópico, Lisboa 2013

²⁴ Revista Arquitetura "Praia Atlântico: Pormenor da solução urbanística" pág 14, Revista Arquitetura Ed. 64, Lisboa 1959

²⁵ SILVA, Fernandes – "Planeamento, design e artes plásticas" Ed. Revista Arquitetura Lisboa 1970, pág. 37

²⁶ SILVA, Fernandes – "Planeamento, design e artes plásticas" Ed. Revista Arquitetura, Lisboa 1970, pág. 37

²⁷ CARVAHO, Eduardo "Homenagens", Revista Municipal, Número Especial, Lisboa 1944, pág. 34

conclusão de que havia uma escassez de profissionais, e seria necessário recorrer a escritórios privados, e terceirizar a carga de trabalho.

É por este motivo que uma das principais características do Bairro é a sua heterogeneidade. Cada uma das suas secções foi entregue a diferentes arquitetos e escritórios, muitos deles com pouco portefólio à época. A coordenação das partes era feita pelo engenheiro Duarte Pacheco na CML, que na altura era responsável pelo crescimento da cidade, no entanto, o resultado do Bairro do Restelo não se desprende de se tornar uma amalgama de intervenções, nem sempre tecendo a melhor relação de continuidade entre as partes²⁸.

Especificamente, esta dificuldade reflete-se na grande dissonância na área dos fogos, e na forma como os compartimentos internos são repartidos pela área disponível: enquanto alguns lotes privilegiam as áreas comuns e vida social, outros privilegiam a área dos quartos e uma lógica funcionalista para albergar grandes famílias.

Para além destas dificuldades inerentes, a proposta final revela ainda um certo desejo de “protagonismo” presente em vários aspetos, muito provavelmente devido à inexperiência dos escritórios envolvidos e ao estado de juventude e emergência dos seus arquitetos, que aproveitaram esta oportunidade para se projetarem e começar a sedimentar a sua imagem na esfera profissional.

Isto revela-se particularmente na grande heterogeneidade de soluções morfológicas: o arquiteto Faria da Costa desenha lotes pequenos e compactos com fogos mínimos, enquanto Faria Antunes projeta uma solução vertical, baseada em torres que economizam o terreno disponível.

É digno de reparo, o facto de se tratar de um projeto urbano que consta não apenas com habitação familiar de tipologias mistas - o que já de si é fenómeno relativamente raro - mas também o facto de que combina habitação económica com habitação residencial. Esta heterogeneidade na morfologia e programa do projeto era fenómeno raro, sobretudo quando o padrão de mercado acabava sempre por separar estas tipologias habitacionais, resultando, frequentemente, num efeito de guetização que o Bairro do Restelo claramente tenta contrariar.

“Foi uma autêntica lição de urbanismo aplicado. Daquele brilhante espírito jorravam aos borbotões ideias sobre o Parque Eduardo VII, a auto-estrada, o arranjo estético das mesquinhas construções que ladeiam a Avenida e a Praça dos Restauradores – até com discussão sobre o número de andares que haveria que acrescentar às construções existentes, para lhes dar harmonia e grandeza”²⁹

²⁸ CARVAHO, Eduardo “Homenagens”, Revista Municipal, Número Especial, Lisboa 1944, pág. 34

²⁹ CARVAHO, Eduardo “Homenagens”, Revista Municipal, Número Especial, Lisboa 1944, pág. 34

Apesar das dificuldades que se levaram na coordenação das partes, e a grande dependência no sector privado para reabilitação urbana que este projeto expôs, Bairro do Restelo permanece um dos primeiros exemplares de Modernismo experimentalista em Portugal, retomando a ideia de bairro tradicional composto por ruas e quarteirões, e tendo sido historicamente considerado um dos melhores locais para viver em Lisboa.

“O arranjo do Rossio, o trânsito na Baixa, os falados túneis, partindo dos Restauradores ou do Rossio até ao Corpo Santo, e do Socorro a S. Domingos, a procurar resolver em curto prazo o problema de ligação de Almirante Reis com o Rossio, tudo tratado com grande profundidade, a mostrar ter já sido matérias das suas loculações”³⁰

No seguimento do referido, surge outra experiência, esta focada em **habitação coletiva** desta vez em Alvalade. O próximo caso de estudo é selecionado por se tratar de um exemplar de habitação social durante o Velho Regime. Tal tipo de iniciativa era incomum, o que torna este caso não apenas pioneiro, mas também ícone de luta ideológica pelo direito ao local.

No seguimento do exposto, interessa salientar aqui que no ano de 1948, Lisboa acolhe o 1º Congresso Nacional de Arquitetura.

Muito como na atualidade, a questão da crise de habitação era o centro de todas as discussões, e o principal motivo pelo qual este evento foi convocado. O debate é, como se esperava, muito enquadrado na doutrina modernista que aliciava os jovens arquitetos portugueses pela primeira metade do séc. XX.

De facto, pairava a ideia de que os arquitetos eram agentes responsáveis pelo “bem estar” da sociedade, e que estava ao seu alcance idealizar uma nova dinâmica social e cultural que desse primazia à felicidade dos indivíduos. Como defende a Revista Arquitetura,



Figura 8 - Habitações Coletivas do Bairro de Alvalade, “Oliviais Sul” pág. 72, Revista Arquitetura Ed.110, Lisboa 1969

³⁰ CARVAHO, Eduardo “Homenagens”, Revista Municipal, Número Especial, Lisboa 1944, pág. 35

Pela primeira vez, os arquitetos reúnem-se para discutir o significado do seu trabalho e as condições da sua produção [...] Marcando o início de um novo período da arquitetura moderna em Portugal, afirma-se nas suas conclusões que a arquitetura deve exprimir numa linguagem internacional e que a arquitetura e o urbanismo modernos são a solução para o “gravíssimo” problema da habitação”³¹

Se a utopia socialista de uma cidade justa era basilar para os discípulos do modernismo, a arquitetura era vista como transformadora da vida e da sociedade. Posto isto, é neste espírito que a Camara Municipal de Lisboa investiu em iniciativas para a fomentação de habitação social, destacando-se assim o grande Bairro de Alvalade³².

Este bairro é desenhado por João Guilherme Faria da Costa (1906 - 1971) em 1944, configurando um total de 230 hectares, tal faz-se no âmbito do desenvolvimento urbano em zonas rurais e periféricas do município de Lisboa, uma iniciativa liderada pelo Ministro de Obras Publicas Duarte Pacheco, e previa abranger um total de 45 000 habitantes. Como referido por Silvia Fernandes,

“Hoje, mais de 50 anos depois, constitui um modelo de centralidade na cidade e um exemplo da expressividade que o uso de diversas tipologias habitacionais pode potenciar.”³³

Observando em maior detalhe o novo Bairro de Alvalade, verifica-se que se organizava em oito células. Tal estratégia era em tudo fiel aos princípios modernistas de organização urbana, e cada célula seria como que um ecossistema encerrado.



Figura 9 - O Problema da Habitação, "O Bairro de Ramalde" Revista Arquitetura, Lisboa, 1948



Figura 10 – “O Problema da Habitação: No Bairro de Alvalade” Jornal Municipal, Lisboa 1949

³¹ “Olivaís Sul”, Revista Arquitetura Ed.110, Lisboa 1969, pág. 72

³² Olivaís Sul”, Revista Arquitetura Ed.110, Lisboa 1969, pág. 72

³³ SILVA, Fernandes – “Planeamento, design e artes plásticas” pág. 37 Ed. Revista Arquitetura, Lisboa 1970

Vada célula seria munida de um conjunto de serviço e estruturas inteiramente autónomos e capazes de dinamizar o quotidiano dos seus moradores.

Por outro lado, o bairro era inovador no seu tempo por dois motivos: Primeiramente, o facto de que conjugava um conjunto variado de tipologias habitacionais, o que permitia melhor servir a população. Desta forma apresentava tipologias familiares diversas, contrariamente às habitações sociais que até então se faziam, as quais eram constituídas por apenas uma tipologia singular que se repetia por longas extensões; e em segundo lugar, o facto de que este bairro se desenvolvia muito em altura.

Chegava mesmo a ter blocos de quatro pisos dispostos em galeria. Destoando ainda das usuais habitações sociais que até então iam surgindo, adotando a tradicional imagem rural da casa na aldeia. Mais dizer que todos os lotes foram inicialmente financiados pela CML, ainda que, e em fase posterior, foram vendidos a privados. Era tal estratégia que iria garantir a uniformização do exterior do bairro e o seu enquadrar no cenário urbano de Alvalade. Tudo isto, sob escrutínio da Camara, que assegurava a posterior subsistência do Bairro, nas condições melhores possíveis, através do apoio e investimento privado.

Observando em mais detalhe, constata-se que a capacidade de manter controlo sobre a imagem do conjunto era primordial, para tal um dos principais conceitos aqui era o de manter uma certa diversidade estética, que refletisse a variedade das tipologias, previamente definidas de acordo com as necessidades, sem nunca perder a uniformidade do conjunto como um todo.

Este momento do urbanismo em Portugal ficou marcado pelo seu carácter experimentalista. Para além das várias inovações desta intervenção até aqui mencionadas, os Bairros de Habitação Social de Alvalade foram também o primeiro exemplar em Portugal de habitação contruída em blocos longitudinais perpendiculares à via de circulação (pedonal e automóvel) com pátios comuns entre os blocos, deste modo garantindo abundante iluminação natural e espaço exterior para todos os fogos, que marcam pela salubridade que fornecem.

Podemos assim dizer de resto um modelo formal muitíssimo difundido e icónico da cartilha modernista, claramente muito apoiado nos princípios do higienismo, funcionalismo e *existence minimum*, que tanto definem a carta de Atenas.

De resto, as habitações coletivas de Alvalade eram revestidas de referências à icónica arquitetura modernista brasileira. Sobretudo na sua dimensão plástica e formal: largas varandas com acesso às zonas de serviço abriam-se para a rua, revestidas com *cobogós* que marcam esta fachada e lhe conferem uma certa privacidade visual. Nas outras fachadas, azulejos coloridos, conjugados num jogo de diversidade e movimento. Como referido na Revista dos Arquitetos,

“Premiado na Bienal de São Paulo e Prémio Municipal em 1954 [os bairros de habitação coletiva em Alvalade] confirmavam, quer a capacidade da moderna arquitetura portuguesa confrontada em quadro internacional, que na aceitação e consagração nacional de uma obra deliberadamente moderna.”³⁴

Na transição para a década de 50, é relevante atender ao relevo dos grupos de debate que, à semelhança dos CIAM, estimulavam o pensamento sobre a cidade. De facto, por ser um dos ícones mais marcantes na retórica do urbanismo no séc. XX. Os *Team 10* estimularam o debate internacional do planeamento urbano, e foram uma peça central pelo meio do séc. XX. Formado em 1953, o grupo reuniu alguns dos principais pensadores da sua época.³⁵ Composto por um conjunto de elementos flexível que entravam e saíam, existindo sempre um núcleo central - Allison e Peter Smith, Aldo van Eyck, Jaap Bakema, Giancarlo De Carlo, Georges Candilis e Shadrach Woods - que permaneceram até ao dissolver do grupo³⁶.

Em termos gerais, o grupo era multifacetado devido à uma multiplicidade de elementos e opiniões que o constituíam. Caracterizava-se, no entanto, por duas grandes vertentes,

O primeiro era o **Novo-Brutalismo**, tal estava principalmente associado aos membros ingleses do grupo e encabeçado por Alison e Peter Smithson, nascendo em Inglaterra, no início da década de 50. Tal país enfrentava então uma realidade de pós-guerra marcada por escassez de meios, exigindo a procura por alternativas de construção. Caracterizou-se por uma arquitetura “seca”, pelo uso do betão aparente, tirando proveito da tecnologia construtiva possibilitada pela Indústria, e a construção rápida em massa, numa lógica de serialização da produção da máquina de habitar³⁷.

Baseada em eixos claros, e estética “crua” pela recusa do uso de revestimentos em função de uma arquitetura mais “desprovida”, onde os elementos construtivos e estruturais “despidos” constroem uma espacialidade única³⁸.



Figura 11 - "Make-do-and-Mend" Make Do and Mend - Wardrobe - The National Archives

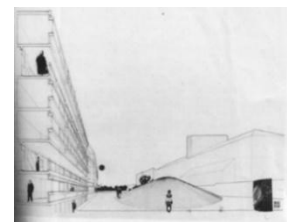


Figura 12 – “Corte / Secção Perspetivada, Robin Hood Gardens, Peter e Alison Smithson” - The National Art Gallery

³⁴ *Olíva Sul*, Revista Arquitetura Ed.110, Lisboa 1969, pág. 72

³⁵ RISSELADA, Max; VAN DEN HEUVEL, Dirk *“Team 10: in search for a utopia of the present”* Ed. NAI Publishers, Berlin 2005, pág. 174

³⁶ BAIA, Pedro *“Da Recepção à Transmissão: Reflexos do Team 10 na Cultura Arquitetónica Portuguesa entre 1951 – 1981”*, Ed. Circo de Ideias, Lisboa 2014, pág. 17

³⁷ CORBUSIER - *“The city of Tomorrow and its Planning”*, Ed. Dover Publications, França 1987, pág. 210

³⁸ SMITHSON, Alison – *“Team 10 Meetings: 1953 – 1984”*, Ed. Rizzoli, Rotterdam 1991, pág. 7

Tal surgiu como resposta à necessidade de uma arquitetura austera, mas elegante, herdeira crítica do modernismo,³⁹ usualmente associado às camadas jovens de arquitetos.

A sua disseminação deve-se muito à presença dos Smithson em plataformas como *“Pararel of life and art”* (1953) e *“This is tomorrow”* (1956)⁴⁰. Mais do que uma estética, para a dupla inglesa, o estilo era pautado em **valores éticos e sociais** e defendia uma busca por resposta à crise da habitação, sem esquecer os princípios da qualidade / salubridade de vida. Nas palavras de Banham,

*“Phenomena of human life are not intelligible except through their interrelations. These relations constitute a structure, and behind local variations in the surface phenomena there are constant laws of abstract culture.”*⁴¹

Para além do novo-brutalismo, outra das doutrinas vitais dos Team 10 foi o *Estruturalismo*, este era defendido pelos holandeses Aldo van Eyck e Jaap Bakema. Este configurava uma grande multiplicidade de leituras, variáveis de autor para autor. Mas é comum entre os seus ideólogos que o estruturalismo é definido como metodologia de análise cultural e sociológica não necessariamente configurando estética própria. No entendimento de Levi Strauss,

*“I do not believe that we can still speak of one structuralism. There were a lot of movements that claimed to be structuralist.”*⁴²

Temos assim que estas ideologias definiam os Team10 e, no entanto, causavam grande divergência com o CIAM. Sobretudo pela sugestão de uma **análise historicista e sociológica sobre a cidade**⁴³. Como já aludido, os Team 10 eram um coletivo plural, gravitavam em torno de um centro ideológico relacionado com reforma, inovação e megaestruturas⁴⁴. Bem como desconstrução das doutrinas tradicionais e um repensar dos modos de habitar. Grupo plural, pois não se pode descrever de forma sumária ou linear.

Posto este preambulo do pensamento do urbano pelos anos 50, interessa regressar ao contexto português. Assim, é introduzida a **Unidade Residencial de Ramalde**, de Fernando Távora, que constitui

³⁹ LEVI-STRAUSS, Claude – *“Structuralism Reloaded”*, Ed. Axel Menges 1ª, Berlin, 2011, pág. 71

⁴⁰ BANHAM, Reyner – *“The New Brutalism”* – Ed. NY Reinhold, 1966

⁴¹ BLACKBURN, Simon – *“The Oxford Dictionary of Philosophy”*, Ed. Oxford University Press, Oxford 1994, pág. 307

⁴² LEVI-STRAUSS, Claude – *“Structuralism Reloaded”*, Ed. Axel Menges 1ª, Berlin, 2011, pág. 71

⁴³ RISSELADA, Max; VAN DEN HEUVEL, Dirk *“Team 10: in search for a utopia of the present”*, Ed. NAI Publishers, 2005, pág. 30

⁴⁴ BAIA, Pedro *“Da Recepção à Transmissão: Reflexos do Team 10 na Cultura Arquitetónica Portuguesa entre 1951 – 1981”* pág. 19, Ed. Circo de Ideias, Lisboa 2014

esta sequência de casos notáveis por ilustrar expressamente os princípios de intervenção urbana através da intervenção pontual. Foi promovida pela Federação das Caixas de Previdência⁴⁵ (1929) e ilustra o esforço constante ao longo do séc. XX para suprir a necessidade de habitação económica. A qual era negligenciada pelo regime, mentalidade que deixou marca na cultura urbana e arquitetónica do país. Como descrito em Diário de Governo,

*"A cargo da Caixa Nacional de Previdência ficam todos os serviços de aposentações, reformas, montepios e outros auxílios semelhantes a funcionalismo que por lei lhe forem expressamente confiados."*⁴⁶

A referida organização teve início na segunda metade do séc. XX, quando o *Inquérito às Condições de Habitação* (1960) "incendiou" o debate da habitação económica. De facto, perante a carência pós-guerra e a resistência do Regime a propostas de cariz social, surgem iniciativas de protesto regionais como ICAT e ODAM. Estes grupos eram liderados por jovens arquitetos descontentes pela insistência do Regime na promoção do "Português Suave"⁴⁷.

O regime cede, e de facto, começam a surgir algumas experiências de habitação coletiva, por oposição à típica habitação unifamiliar.

É neste contexto que a Unidade Residencial de Ramalde foi construída, por fases. Para tal, Távora fica encarregue da primeira, entre 1952 e 1960. Esta iniciativa foi possível graças a um clima amigável que o arquiteto tinha com o Gabinete Técnico da CMP⁴⁸. Então assiste-se a um momento de comunhão entre arquitetura e urbanismo portugueses com a Carta de Atenas. Chega mesmo a ser previsto no PDM de 1952, pelo engenheiro Antão de Almeida Garret



Figura 4 – "Bairro de Casas de Renda Económica de Ramalde". Arquivo Municipal do Porto [Consult. 22-03-2023]



Figura 5 – RUFINO, Costa "Planeamento Design e Artes Plásticas" Revista Arquitetura, Ed. 71, Lisboa 1962

⁴⁵ MATOS, Madalena - "Para o Maior Número: Sobre a Federação da Caixa de Previdência", Revista Arquitetura Ed. 204, Lisboa 2002, pág. 31

⁴⁶ DIÁRIO DO GOVERNO, Decreto de Lei 16667 - 27 de março de 1929, Ministério das Finanças: Secretária-geral, Diário do Governo n.º 70/1929, 1º Suplemento, Série I de 1929-03-27

⁴⁷ TAVARES, Maria: "HE.FCP Uma Perspetiva Estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal] Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência", Ed. CEAU / FAUP, Porto 2010, pág. 53

⁴⁸ TAVARES, Maria: "HE.FCP Uma Perspetiva Estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal] Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência", Ed. CEAU / FAUP, Porto 2010, pág. 54

(1896 – 1978), como será analisado no próximo subcapítulo desta investigação.

Observando o bairro em mais detalhe, constata-se que este compreende 426 fogos num total de 26 blocos, o processo de construção da unidade residencial de Ramalde foi fásico e a primeira fase é constituída por 11 blocos de 3 pisos cada.

Podemos dizer que a morfologia de bloco que rompe com o tradicional quarteirão e rua, bem como com o seu tratamento exterior que dá primazia aos espaços verdes como elemento central e unificador do complexo como um todo, é um novo paradigma de cidade verde⁴⁹. Mais especificamente os 11 blocos da primeira fase contêm 186 fogos de tipologias mistas: 78 fogos T1, 96 fogos T3, e 12 fogos T4. Dispostos paralelamente uns aos outros, privilegiando a iluminação natural, esquema popularizado por Gropius.

As artérias internas foram organizadas em acessos verticais com dois fogos por piso. Na questão da materialidade destaca-se: o betão, como elemento moderno, e o granito, que faz o remate do solo numa clara alusão à arquitetura tradicional portuense / regional.

Certo é que a unidade de Ramalde foi bairro pioneiro do modernismo em Portugal, refletindo as suas lições desde a disposição paralela dos blocos perpendiculares à via pública em proveito da exposição solar, à sua envolvente unificada por espaços verdes que trazem unidade e salubridade; e as materialidades que remetem à morfologia modernista, mas mantendo identidade organista⁵⁰.

Em suma, apesar das resistências que o antigo regime criava, a questão da **habitação económica** foi tema central em Portugal pelo menos desde meio do séc. XX. Nota-se que o importante papel dos arquitetos e grupos de debate na direção da arquitetura nacional que, graças à sua natureza crítica,



Figura 6 – FERNANDO, Távora – “Proposta de Urbanização” Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva [Consult 2023]

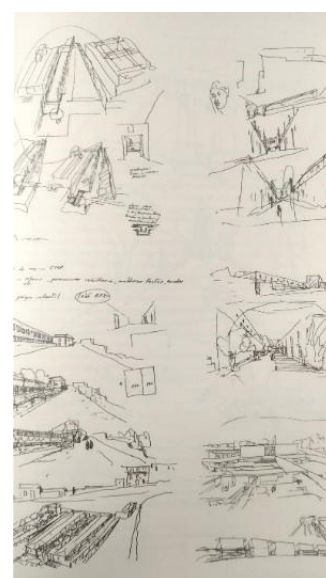


Figura 7 – COSTA, Alexandre, “A Ilha Proletária do Porto” pág. 27 *Jornal dos Arquitetos*, Ed. 204, Porto 2002

⁴⁹ “ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO: “Vista parcial dos blocos habitacionais de Ramalde, Projeto de Fernando Távora” Consult: Gisa – Documento subordinado/Ato informacional – Bairro de Casas de Renda Económica de Ramalde (cm-porto.pt)

⁵⁰ FERNANDO, Távora – “Proposta de Urbanização” Disponível para consulta: Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva

interventiva e unificada, conseguiu influenciar a esfera política e melhorar as condições sobre as quais se desenha cidade.

Interessa também, no âmbito da cronologia que se vai tecendo do urbanismo em Portugal pelo início do séc. XX, mencionar o fenómeno do urbanismo vernacular que também é responsável por gerar cidade, e que encontrou o seu ápice nas **ilhas**, modelo de habitação espontânea Portuense. Tal modelo refletiu o crescimento de uma classe operária que aumentou de forma explosiva em 123,6% entre 1864 e 1911⁵¹. O que levava a cidade do Porto a expandir além da muralha Fernandina, ilustrando deste modo de forma efetiva um conjunto de décadas do ponto de vista urbano e social.

A burguesia “industrial” e mais abastada usualmente habitava em zonas privilegiadas da cidade, como a Foz, assim, é a pequena e media burguesia comercial que investiu nas ilhas, apropriando o quintal das suas propriedades para a construção de casas em banda com um ou dois pisos. Um modelo de habitação insalubre, sem frente urbana, vernacular, de proporções bastante contidas e disposto contra a parede de meação do lote. Tal característica valeu-lhes o nome “*back to back houses*” em Leeds, ou “*de cu tapado*” no Porto⁵². Contudo, um modelo muito popular nas cidades industriais europeias, pela sua eficácia na resposta à necessidade de alojamento. Chegando inclusivamente a verificar-se a existência de alguns projetos que previam Ilhas no miolo do seu lote, de raiz. Como expressa Alexandre Alves Costa,

*“Quando se chama ilha proletária às ilhas, estamos a conferir-lhes um novo sentido e uma nova dignidade. O singular dá-lhe a globalidade: é o conjunto de todas as ilhas, é a cidade a construir ou a reconstruir.”*⁵³

Por um lado, mais do que uma mera tipologia habitacional, as ilhas do Porto redefiniram o anel de crescimento da cidade. Estatísticas do séc. XIX indicam que mais de 50% da população residente do Porto na época moravam em ilhas. E a burguesia mercantil agora ocupava-se maioritariamente de reabilitar lojas no piso térreo das suas propriedades, assim dinamizando a atividade comercial das suas comunidades. Enquanto o miolo dos quarteirões, anteriormente ocupados por canteiros e pátios floridos, era agora destinada quase exclusivamente à alta concentração de habitação de fraca qualidade.

⁵¹ COSTA, Alexandre, “A Ilha Proletária do Porto” Jornal dos Arquitetos, Ed. 204, Porto 2002, pág. 23

⁵² COSTA, Alexandre, “A Ilha Proletária do Porto” Jornal dos Arquitetos, Ed. 204, Porto 2002, pág. 23

⁵³ COSTA, Alexandre, “A Ilha Proletária do Porto” Jornal dos Arquitetos, Ed. 204, Porto 2002, pág. 24

Acontece que as Ilhas eram também focos de doença. De facto, a falta de iluminação natural e, por vezes, falta de acesso a saneamento básico e outros tipos de infraestrutura degradavam seriamente a qualidade de vida e saúde dos seus habitantes. De resto, em 1899 a peste bubónica deflagrou em todos os locais onde esta tipologia operária foi praticada, e o Porto não foi exceção⁵⁴. Como refere Alexandre Alves Costa,

“Também foram focos de doença. Foram principalmente focos de doença. As senhoras falavam disso à chã e saíam à rua cada vez mais cobertas com véus negros de renda, chapéu e luvas”⁵⁵

Assim, a solução para o problema passou pelo dispersar das massas laboriosas que ocupavam estas habitações onde se focavam as doenças. Desta forma, quase sempre as ilhas ficavam apenas para os elementos mais idosos das famílias, fadados a envelhecerem sozinhos e afastados das suas famílias, enquanto os elementos mais jovens e ativos eram realojados pela CMP para habitações temporárias precárias e em qualquer outro local⁵⁶. Para acelerar o processo de “expulsão” dos moradores das ilhas, as forças de autoridade exerceram medidas estritas de pressão que resultavam no realojamento coercivo dos cidadãos, e em muitos casos, até no arresto permanente da sua mobília. Nas palavras de Alexandre Alves Costa,

“Separaram-se vizinhos e instaurou-se um verdadeiro regime de vigilância policial [...] uma luz acesa até tarde, um desconhecido que visita, uma chegada a bairro pelo lado dos pinhais, uma galinha não autorizada, constituíam cadastro que podia levar à expulsão.”⁵⁷

Certo está que as ilhas permanecem como um ícone ideológico da liberdade do proletariado, que exerce o seu direito ao local, contra qualquer resistência que a autoridade quisesse impor. No entanto, as ilhas são mais do que isto: são também um elemento incontornável da realidade e cultura urbana do Porto. E por mais que fizesse parte da sua intenção original mantê-las afastadas da paisagem ou cenário urbano da cidade, a sua marca na história e cultura de habitação Portuense é inegável.

Por isto se tornaram alvo de intervenção por tantos importantes autores, como Sérgio Fernández no Leal, o Pedro Ramalho nas Antas, ou Álvaro Siza em São Vitor. As ilhas são parte do

⁵⁴ COSTA, Alexandre, “A Ilha Proletária do Porto” pág. 24 Jornal dos Arquitetos, Ed. 204, Porto 2002

⁵⁵ COSTA, Alexandre, “A Ilha Proletária do Porto” pág. 24 Jornal dos Arquitetos, Ed. 204, Porto 2002

⁵⁶ COSTA, Alexandre, “A Ilha Proletária do Porto” pág. 24 Jornal dos Arquitetos, Ed. 204, Porto 2002

⁵⁷ COSTA, Alexandre, “A Ilha Proletária do Porto” pág. 24 Jornal dos Arquitetos, Ed. 204, Porto 2002

desenho da cidade, e é sobre elas que estes arquitetos procuraram concretizar o “sonho possível”, como dizia Távora⁵⁸.

Para concluir a análise de casos notáveis interessa retomar o tema do pensamento sobre a cidade e os seus fóruns de debate a nível nacional no panorama da década de 60, que remata esta etapa da investigação. Para tal, refere-se a **UIA** – União Internacional dos Arquitetos. Selecionado por ser um dos eventos mais importantes para promoção e estímulo do modernismo, a União Internacional dos Arquitetos é incontornável para este enquadramento histórico. Na edição de 1963 da *Revista Arquitetura* é inaugurada com a rubrica “*Documentos*”, nessa seriam publicados documentos de relevo internacional. A inauguração de tal rubrica foi feita possível com a publicação das notas de conclusão da VII UIA, nesse foram sendo enumerados os vários princípios orientadores da arquitetura e urbanismo, unanimemente reconhecidos como centrais pelos participantes do evento, provenientes de 79 países.

O principal objetivo era a procura de uma identidade comum que refletisse as ideias do coletivo. E, posteriormente, se poder proceder à publicação de um manifesto que divulgasse o seu espírito vanguardista.

Muito à semelhança dos CIAM, como já referido anteriormente, o UIA foi instrumental para a **propaganda modernista** no âmbito da arquitetura e o debate / pensamento sobre a cidade tradicional. Como referido na Revista Arquitetura, estes,



Figura 8 - “Breve Historia da Secção Portuguesa da U.I.A.” Revista Arquitetura Ed. 80, 1963

“[...] definiam como o seu propósito criar e reforçar os laços intelectuais, artísticos e profissionais entre arquitetos e artistas modernos dos diversos países, escolas, formações e nacionalidade, idade, sexo, e formação profissional.”⁵⁹

Focando em maior detalhe no conteúdo deste evento, passa-se o exemplo da edição VII, documentada na *Revista Arquitetura* de 1963. Realizou-se em Havana, com a participação de 69 países, e resultou num documento final que, como referido antes, procura uma dialética tipo manifesto⁶⁰. Nesta

⁵⁸ SILVA, Fernando “O Programa Pólis, da Escala 1/10 000 à Escala 1/1”, Jornal dos Arquitetos Ed. 209, Porto 2003, pág. 11

⁵⁹ Revista Arquitetura: “Breve Historia da Secção Portuguesa da U.I.A.”, Ed. 64, Lisboa 1967, pág. 38

⁶⁰ Revista Arquitetura: “Breve Historia da Secção Portuguesa da U.I.A.”, Ed. 64, Lisboa 1967, pág. 39

edição constata-se que o foque das discussões se prendeu mais com questões urbanísticas de escala regional.

Esses foram os principais tópicos do manifesto sobre os quais eram elaborados cerca de meia-dúzia de relações mais específicas para cada um⁶¹: Planeamento Regional; Habitação; Técnicas Construtivas; Unidades de Vizinhança.

1.2 – A Evolução Urbana e Morfológica do Porto

Tendo analisado a realidade projetual e urbana de uma sequencia de casos de estudo que permitiram ilustrar os principais temas do urbanismo no primeiro período da cronologia estabelecida na presente Dissertação, passamos a estabelecer um paralelo com a evolução urbana e morfológica da cidade do Porto, de forma a estabelecer uma cronologia paralela, que nos permite compreender as influencias mutuas entre as diferentes escalas e a forma como a cidade do Porto acompanhou – ou não - o debate internacional sobre o pensamento da cidade.

Para este levantamento histórico, recorre-se aos Planos Urbanos apresentados na CMP no mesmo período como fonte referencial, de forma a rastrear a sua evolução urbana de forma analítica e documental.

De facto, é em 1881 que surge o **Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto**, tal é a ambição de traçar uma orientação geral para a evolução morfológica da cidade como resposta à dissolução da Junta de Obras Públicas.

Tal Plano submetido pelo engenheiro Correa de Barros, e identificava as três principais deficiências que afetavam a cidade: fraca qualidade dos géneros alimentícios; deficiências do sistema sanitário, nomeadamente inexistência de rede de abastecimento de água adequada; e um isolamento em relação ao país⁶².

Focando em maior detalhe no método deste estudo, constata-se que depois de identificadas as deficiências, foram propostos os objetivos aos quais se deveria atentar e concentrar esforços a fim de as colmatar. Sendo estes respetivamente: delineamento de uma **estratégia de ocupação do terreno** para

⁶¹ Revista Arquitetura “*Olivais Norte*”, Ed.81, Lisboa 1964, pág. 41

⁶² SANTOS, Victor - “*A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*”, Ed. U. Porto, Porto 2013, pág. 111

edificado singular / edificação de **equipamentos**; infraestruturas para colmatar questões de **higiene urbana**; e finalmente, maior definição do **sistema viário**⁶³.

O plano urbano elaborado propunha dar resposta a cada um dos tópicos referidos através de um conjunto de intervenções específicas. Relativamente ao primeiro tópico de carência urbana, o engenheiro sugeriu a inauguração de **novos mercados** e de um novo **laboratório municipal**.

Relativamente ao segundo tópico referido, foi sugerida a implantação de uma rede infraestrutural básica de **saneamento e distribuição de água**.

Já no que respeita à última e mais intensa carência urbana conforme identificado, o engenheiro propôs a inauguração de novas ruas e reformulação de algumas existentes.

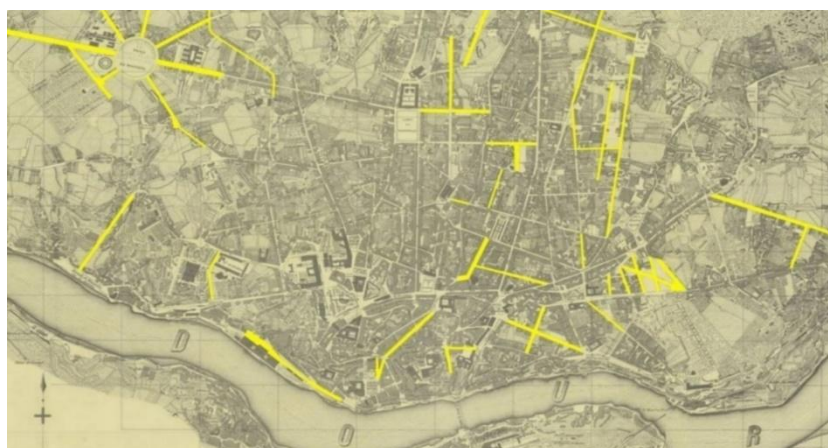


Figura 9 - ALVES, Isabel - "Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto - Correa de Barros, 1881- Definição do sistema viário", Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

Transformações efetivadas na cidade neste período.

Assim, cumpre dizer que alguns destes tópicos foram prontamente abordados e tratados. Enquanto outros, pela sua natureza mais estrutural - como o isolamento em relação ao país / redefinição do sistema viário, ou estratégia para usos de solos - foram sendo alvo de esforços e trabalho constantes, e lançaram as bases do que seriam alguns dos principais temas de intervenção urbana no Porto, como será observado nos futuros Planos Municipais realizados, mas que não encontravam soluções definitivas para já.

Iniciando pelo período Monárquico, no início do século XIX, a cidade era bastante compacta, constituída ainda por um núcleo solido e claramente delimitado. Os principais elementos marcantes e que definiram o espaço foram as vias (essencialmente caminhos rurais) que conduziam ao exterior e os

⁶³ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI", Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág. 7

alojamentos operários próximos ao núcleo central. Esta centralidade compacta era definida por alguns eixos estruturantes: a Rua das Flores, Ribeira, Rua do Calvário, Calçada dos clérigos, e Santo Ildefonso⁶⁴.

Por volta do meio do século XIX verificou-se o firmar de dois polos distintos de grande importância para a base de evolução urbana da cidade daqui em diante: a zona do Hospital do Santo António, e a zona onde é hoje o Bonfim. Foi aqui que surgiram as primeiras malhas ortogonais da cidade do Porto que consolidam esta zona, e é neste momento que é lançada a rua da Firmeza, eixo de conexão entre estes dois locais.

Interessa dizer que foi nesta fase que se assistiu ao crescimento da cidade para norte e para poente, com a consolidação da Praça da República através do firmar das vias em seu redor, incluindo o prolongamento a rua da Boavista.

Já pelo final do século assistiu-se a uma consolidação dos dois núcleos referidos - o Bonfim e a zona do Hospital de Santo António - que veem as suas principais vias serem estendidas. Este momento marcou-se também pelo surgimento de edifícios / equipamentos chave que contribuíram para o estabelecimento da cidade como uma nova centralidade nacional. Sendo estes: o Palácio da Bolsa na região central da Baixa, consolidando aqui um centro financeiro que firma o poder da Associação do Comércio criada em 1833; o Hospital Militar, que surge como elemento estruturante no extremo poente da rua da Boavista que, por sua vez, continua no processo de crescimento e densificação do seu edificado; e a construção do Palácio de Cristal na zona ocidental, que pontuou definitivamente uma frente de expansão em direção a poente.

Por fim, foi possível verificar o surgimento de pequenas unidades fabris na zona de Cedofeita e Bonfim e unidades de dimensão média em Campanha e Paranhos. A malha urbana é, por enquanto, marcada pelo surgimento de Ilhas em torno destas unidades fabris, geralmente no miolo de quarteirões de edifícios burgueses, e consequentemente sem comunicação com a via pública, o que naturalmente em muito impactava negativamente a sua salubridade e qualidade de vida dos seus habitantes, tornando, por outro lado, as suas rendas mais baixas e permissivas para a classe operária que aqui se estabelecia.⁶⁵

⁶⁴ SANTOS, Victor - *"A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX"*, Ed. U. Porto, Porto 2013, pág. 113

⁶⁵ *"Ezequiel de Campos – Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto"*, U.Porto, [consult. em U.Porto - Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Ezequiel de Campos (up.pt)]

Posterior ao Plano de Correa de Barros, interessa constatar a realização do **Prologo ao Plano da Cidade do Porto**, que é apresentado em 1932 um novo Plano na Camara por parte do eng. Ezequiel de Campos (1884-1965), engenheiro, economista e escritor, formado pela Academia Politécnica do Porto, exerceu funções em São Tomé e Príncipe, regressando a Portugal em 1911, onde teve grande participação na política nacional como regional como Deputado à Assembleia geral constituinte.

Teve ainda grande envolvimento no desenvolver infraestrutural a nível nacional e, sobretudo, no Norte do país, tendo inclusivamente assumindo o cargo de diretor dos Serviços Municipalizados de Gás e Eletricidade do Porto⁶⁶.

No plano que apresentou na Camara: *Prologo do Plano da Cidade do Porto*, o autor planeava dar início a uma nova fase da evolução da cidade. Desta vez com o foco colocado na **expansão territorial baseada no relacionamento inter-regional**⁶⁷, marcando o início de um “grande Porto”.

Assim, apoiou-se nos municípios já estabelecidos na região como núcleos base de crescimento, e fundindo-os numa malha única maior, sendo estes em Matosinhos, Gaia e Gondomar. Tal malha interconectante que viria consolidar uma região alargada seria definida através da **renovação das redes viárias**. Sendo que foi ainda estabelecida a criação de **novos eixos de circulação estruturantes** na articulação entre municípios, que surgiram, essencialmente, de forma concêntrica.

Para além disto, o Eng. Ezequiel de Campos estabeleceu uma **estratégia de zoneamento**, onde definiu o uso programático de solos. Este contempla espaços verdes, funções universitárias, zonas industriais, desportivas, residenciais e o arrasar de certas zonas densificadas.

Ainda no tema da estratégia de zoneamento, foi sugerida a criação de edifícios singulares, nomeadamente na edificação de mercados e aquisição de terrenos junto à estrada da circunvalação para a construção de um grande espaço verde. O que apenas em 1991 se concretizou, com o início da construção do que é hoje o Parque da Cidade⁶⁸. Interessa agora a análise da evolução morfológica da cidade



Figura 10 – “Ezequiel de Campos, 1884-1965”
SIGARRA U.Porto, Antigos
Alunos Ilustres, Consult. 11-
05-2022

⁶⁶ DIÁRIO DO GOVERNO, Decreto-lei nº. 24:802, Disponível: <https://dre.pt/application/conteudo/447162>, 193

⁶⁷ ALVES, Isabel - “Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI”, Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág. 7

⁶⁸ SANTOS, Victor - “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX”, Ed. U. Porto, Porto 2013, pág. 113

no início do século XX, verificando-se, como já enunciado, uma mudança no paradigma da sua evolução, pois é neste momento que se verificou a transição para o período Tardo-Monárquico⁶⁹.



Figura 11 - ALVES, Isabel - "Prólogo ao Plano da Cidade do Porto – Ezequiel de Campos, 1932", Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

Transformações efetivadas na cidade neste período.

Verifica-se aqui uma nova fase morfológica caracterizada pelos eixos de Antunes Guimarães, Marechal Gomes da Costa, pela consolidação da Avenida Boavista e pela rotunda da Boavista pontuada com a Praça de Touros. Também pelas experiências de habitação social, inicialmente unifamiliares, e mais tarde em habitação coletiva, planeadas para dar solução a uma crescente necessidade de alojamento de baixo custo para a classe operária com a ambição de, progressivamente, inutilizar as Ilhas.

Analisando em maior detalhe a estrutura viária, verifica-se que a rua Mouzinho Silveira estabelece-se como centro da vida urbana, que viria criar comunicação entre a ribeira e a praça da Liberdade, sendo o centro das atividades financeiras e comerciais. Os núcleos da Lapa e do Bonfim foram-se expandindo com novas vias, tirando proveito dos caminhos rurais pré-existentes, devido ao seu protagonismo na atividade urbana causada pela presença da indústria que aqui se vai firmando. Foi feito prolongamento da Avenida Fernão Magalhães e da Rua de Júlio Dinis. Bem como o prolongamento e complemento da Avenida Boavista, que ainda apresenta pouca densidade de edificado, bem como o iniciar da Rua de Alvares Cabral, que por sua vez já iniciava o processo de construção de malha lateral edificada⁷⁰.

⁶⁹ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI", Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág. 8

⁷⁰ SANTOS, Victor - "A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX", Ed. U. Porto, Porto 2013, pág. 115

Acontece que em 1934 é publicado o Decreto-de-Lei 24 802⁷¹, que instruía um conjunto de diretrizes sobre as quais todas as Câmaras Municipais teriam de apresentar um Plano Municipal atualizado, tal integra uma estratégia de escopo nacional para reabilitação pública e preservação de património. Como referido em Diário de Governo,

*“Art. 8. As camaras municipais são obrigadas a submeter à apreciação do Governo, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, no prazo de três anos, a constatar da data da conclusão das respetivas plantas topográficas, os planos gerais de urbanização elaborados nos termos deste decreto.”*⁷²

Neste sentido, e na sequência do Plano anterior, interessa referir agora o **Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto** de 1940. Quando a Camara do Porto convida o arquiteto Marcello Piacentini (1881 – 1960) e seus colaboradores - arquiteto Giorgio Calza Bini e engenheiro Vincenzo Cívico - para a elaboração do novo Plano Municipal. Tal veio a ser realizado entre 1938 e 1940.⁷³

A título de nota biográfica pode-se referir que: Marcello Piacentini foi um influente arquiteto e urbanista italiano. Procurava estabelecer uma linguagem própria e original, pelo que o seu estilo arquitetónico era bastante singelo, pois seria influenciado pelo racionalismo italiano, mas fazendo referência à arquitetura clássica, resultando num certo neoclassicismo eclético e monumental. Realizou obra por todo o país, sobretudo em Roma e ao serviço do regime fascista de Mussolini.

Destacam-se a Cidade Universitária de Roma, e a Exposição Universal de Roma, em 1942. Tal trajetória marcou a sua obra e carreira, firmando a sua reputação como *architetto del regime*⁷⁴.



Figura 12 – “Marcello Piacentini” Architectuul, Consult 13-05-2022



Figura 13 - Plano Geral de Urbanização, 1938 - 1940, Proposta de Marcello Piacentini para o Centro Monumental

⁷¹ DIÁRIO DO GOVERNO, Decreto-lei nº. 24:802, Disponível: <https://dre.pt/application/conteudo/447162>, 1934, pág. 1

⁷² DIÁRIO DO GOVERNO, Decreto-lei nº. 24:802, Disponível: <https://dre.pt/application/conteudo/447162>, 1934, pág. 3

⁷³ Marcello Piacentini – “Marcello Piacentini”, Architectuul [consult. em <https://architectuul.com/architect/marcello-piacentini>]

⁷⁴ SANTOS, Victor - “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX”, Ed. U. Porto, Porto 2013, pág. 116

A estratégia de Piacentini para o novo Plano na cidade do Porto assentava essencialmente em duas grandes estratégias de intervenção: primeiramente, **a redefinição do sistema viário**, acompanhado de uma **estratégia geral de usos do solo**.

Apesar de longo e complexo esforço para a elaboração deste Plano, este foi inconclusivo, não tendo existido nenhuma entrega final / documento final que permitisse avançar com a materialização das propostas, apenas desenhos que ilustravam intenções (ver imagem). Este desfecho deveu-se maioritariamente a atrasos sistemáticos na entrega de elementos formalizados à CMP por parte de Piacentini, bem como uma recusa constante em deslocar-se ao Porto.

De entre os elementos que foram realizados, Piacentini realizou alguns esboços para ilustrar o seu Plano. Sublinha-se a proposta para o “centro monumental”, que previa uma Avenida ampla que conectava a CMP com a Sé, de algum modo refletindo o estilo monumentalista do neoclassicismo e racionalismo italianos, do qual o arquiteto era herdeiro e pioneiro⁷⁵.

Transformações efetivadas na cidade neste período.

Assim, observou-se um processo de expansão da cidade relativamente espontâneo e que tomou lugar em várias frentes, através de vários núcleos e vias estruturantes que lançaram base de crescimento na malha urbana.

A oriente, verifica-se um conjunto de vias em organização radial e com centro no Cemitério do Prado; A zona central de expansão situou-se entre as ruas do Rosário, Oliveira Monteiro, S. Dinis, Antero de Quental, Constituição e Bonfim. A sul a expansão foi marcada pela abertura da praça da Liberdade e Avenida dos Aliados. Na zona norte regista-se expansão com base na rua da Constituição, que se destaca pela forte presença de massa edificada que a vai consolidando. Bem como o seu processo de extensão graças a um conjunto de ruas ortogonais, que criaram um novo e importante momento de organização e fluxo urbano. A zona da Foz seguiu, igualmente, a sua expansão sempre assente numa malha ortogonal, no entanto, apresentando uma realidade que contrasta com a anterior (zona da rua da Constituição) que ainda se mantinha numa matriz mais rural / tradicional.

Por outro lado, verificam-se os primeiros bairros de habitação unifamiliar de promoção pública, que surgem em zonas periféricas. Isto devido ao facilitismo de mobilidade que as últimas etapas de desenvolvimento urbano propiciaram, com intervenções maioritariamente no âmbito de abertura de novas vias e extensão das existentes, relativizando a necessidade de habitar próximo ao local de trabalho, como já verificado.

⁷⁵ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI", Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág. 9

Por último, destacou-se o surgimento da Avenida de França, fazendo a ligação entre a rotunda da Boavista ao Carvalhido, e a Avenida dos Combatentes, conectando a rua de Costa Cabral à Avenida de Fernão Magalhães, inaugurando dois eixos estruturantes na cidade⁷⁶.

Posto isto, avança-se para a análise do próximo Plano apresentado na CMP, a **Proposta para o Centro Monumental**, por Giovanni Muzio.

De facto, na continuidade dos Planos antecessores apresentados no Gabinete de Urbanização da CMP durante a primeira metade do século XX, o arquiteto Giovanni Muzio (1893 – 1982) foi convidado a definir uma nova estratégia de intervenção para a cidade através de um Plano a ser desenvolvido ente 1940 / 1942⁷⁷.



Figura 14 – “Giovanni Muzio”
Wikipédia, Consult 17-05-2022

Como nota biográfica, podemos referir que Muzio era um arquiteto italiano, formado pela Universidade de Milão, iniciou atividade como arquiteto em 1920, após servir o seu país na Primeira Guerra Mundial.

Associou-se ao grupo artístico *Novecento Italiano* constituído por vários nomes de grande influência nas diferentes artes em Itália, estruturado em concordância com os valores fascistas do regime. Foi também aqui que Muzio realizou alguns dos trabalhos mais marcante da sua carreira, como o pavilhão de Popolo d’Itália em 1928 e o edifício para exposições artísticas para a trienal de Milão de 1930⁷⁸.

Na sua abordagem à cidade, Muzio montou uma estratégia que consiste em dois tópicos de intervenção: a **reestruturação do sistema viário e a utilização de solos**.

No que respeita ao primeiro tópico referido, o Plano de Muzio consistiu essencialmente na abertura de dois eixos estruturais, no sentido Nascente / Poente e outro no sentido Norte / Sul, e vias complementares. Relativamente à utilização de solos, Muzio propôs uma **estratégia de zoneamento**, como descrito em detalhe abaixo. Este elemento vai-se firmando como uma das principais carências do Porto, sendo tópico recorrente nos vários planos por diferentes autores ao longo das décadas.

⁷⁶ SANTOS, Victor - “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX”, Ed. U. Porto, Porto 2013, pág. 118

⁷⁷ ALVES, Isabel - “Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI”, Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág. 9

⁷⁸ Giovanni Muzio – “*Biografie di: Giovanni Muzio*”, ARTE.IT The Map of Art in Italy [consult. em <http://www.arte.it/artista/giovanni-muzio-99>]

Ao longo das propostas de intervenção apresentadas por Muzio, torna-se evidente uma mudança do foco de interesse da antiga zona industrial para a zona do Campo Alegre que articula as zonas de lazer e atividades culturais, deste modo confirmado as relações teorizadas anteriormente sobre a emergência do fenómeno cultural / lazer como fenómeno predominante na cidade, que assim, mais uma vez, vem impactar o planeamento urbano e reafirmar a sua expressão na transformação morfológica da cidade, cada vez mais priorizando qualidade de vida dos habitantes. Este paradigma de intervenção urbana torna-se mais evidente quando se analisa a importância atribuída por Muzio à Avenida dos Aliados, espaço público por excelência da cidade do Porto. Tal como Piacentini, Muzio é também influenciado por um estilo monumentalista que traz de Itália⁷⁹.

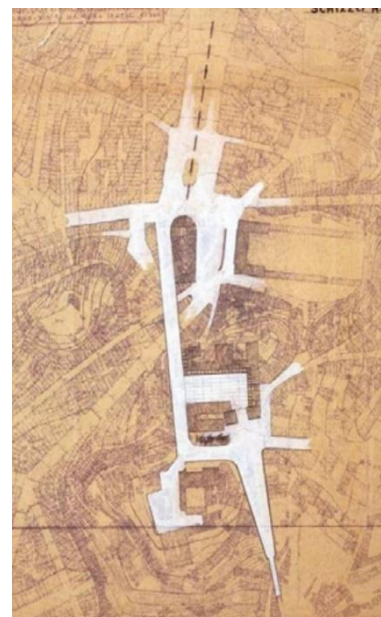


Figura 15 - ALVES, Isabel - "Proposta para o Centro Monumental por Giovanni Muzio, 1940-1942" Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

Transformações efetivadas na cidade neste período.

Neste momento verifica-se que a avenida Boavista aproxima-se da sua consolidação total, com as primeiras vias de apoio a surgirem nas suas laterais, entre estas destacam-se: a rua António Cardoso e rua Guerra Junqueiro, e o densificar de massa edificada nas suas laterais. Ambos estes aspetos vêm contribuir para uma mais sólida estruturação da avenida. Começam a surgir algumas manchas de urbanização na periferia, apoiadas em vias pré-existentes e alguns novos arruamentos, mas que ainda existem desconectados das zonas centrais de urbanização do Porto, deste modo anunciando mais explicitamente, mesmo que ainda preliminarmente, uma manifesta expansão da cidade.

As zonas da Foz, a Avenidas Antunes Guimarães e Marechal Gomes da Costa, que até aqui cresciam como núcleos independentes, começam a expandir-se e a criar aproximação entre estes locais, originando um tecido urbano uno e coeso, que vem firmar a importância destas avenidas na malha da cidade. Apesar do ritmo de trabalho rigoroso e acompanhamento próximo à realidade da cidade, os Planos de Giovanni Muzio foram, também, inconclusivos, não existindo nenhum documento final.⁸⁰

⁷⁹ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI", Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág. 11

⁸⁰ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI", 1ª Edição, Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

1.3– Estudos de Urbanismo Escola do Porto

A fim de uma compreensão informada e completa do universo do urbanismo nacional, os principais temas e preocupações dos arquitetos, interessa proceder a análise do Plano de Estudos da Escola do Porto pelo período em foco. Para isto, serão utilizadas as Exposições Magnas, de Carlos Ramos (1907 – 1969), como principal fonte documental.

Deste modo, estabelecer-se-á um estudo comparativo entre a prática do urbanismo em Portugal e a sua presença no plano académico enquanto área científica. A pretexto de nota conclusiva será analisada a esfera de influências mútuas entre estes dois planos – a realidade prática e o ensino.

Devido a uma certa dificuldade em encontrar documentação que permitisse compreender o programa e conteúdo das Unidades Curriculares da área do Urbanismo que serão agora enunciadas, esta etapa da investigação será intercalada com alguns dos trabalhos finais de graduação mais marcantes na cronologia da Escola de Arquitetura do Porto, permitindo uma melhor compreensão de determinados temas chave que preocupavam alguns dos seus principais pensadores no âmbito da arquitetura e urbanismo e um melhor tangenciar da esfera de pensamento deste *cluster*. Esta seleção de autores é a seguinte: João Andersen (1947), Octávio Lixa (1953), Arnaldo Araújo (1957), Nuno Portas (1959) e Duarte Branco (1959).

É no início da segunda metade do século XX que o arquiteto Carlos Ramos teve como iniciativa documentar anualmente o plano de estudos do curso de Arquitetura lecionado na Faculdade de Belas Artes do Porto: As Exposições Magnas. Em cada um dos seus volumes, o arquiteto reuniu todas as unidades curriculares em vigor no ano de cada edição, onde estas seriam apresentadas de forma sumária o nome de cada unidade, os docentes encarregues e os alunos inscritos. As Exposições Magnas foram uma excelente forma de melhor expor à cidade e ao país o trabalho realizado na ESBAP, de expor os seus talentos e, ultimamente, de estabelecer o potencial contributo que esta instituição enquanto academia representava para o estado da cultura a nível nacional. Na busca pela compreensão da evolução da presença do urbanismo na Escola do Porto, este registo impõe-se como fundamental.⁸¹

Posto isto, passa-se à descrição e análise do Plano de Estudos da Escola Superior de Belas Artes do Porto, iniciando, naturalmente, no ano 1952, sendo este, o mais antigo registo consultável das *Cartas Magnas*, e assinalando um momento embrionário do estudo da Arquitetura neste contexto que serviria de base para o seu amadurecimento e crescimento no futuro.

Assim, refere-se que na sua primeira iteração, o curso de Arquitetura desenrolava-se em moldes

⁸¹ RAMOS, Carlos – “II Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, Porto 1953, pág. 5

ainda muito simples, constituindo-se pelas unidades curriculares de “Arquitetura” do Professor Carlos Ramos, “Pintura” da Professora Verónica, “Escultura” da Professora Maria Alice.

Com isto constata-se que existia ainda dependência das demais áreas / matérias académicas que definiam o espaço desta Instituição.

É no meso ano que o arquiteto e urbanista Castel Branco apresenta o seu CODA de título “*Uma Casa de Habitação Unifamiliar*”⁸².

A ideia para a tese que Andresen desenvolve parece vir a pretexto de uma obra que lhe é encomendada. As condições específicas desta encomenda não são reveladas, apenas que provem de uma família numerosa e relacionada com o comércio de vinho.

É precisamente o tamanho da família que suscita interesse e diferencial neste projeto: Andresen é informado que a casa deve ter 7 quartos individuais.

O primeiro problema da construção prende-se com a implantação, dado o terreno, de 5 a 7 hectares, estar situado numa encosta a 2 Km de Lamego. Esta cidade seria a melhor visual, mas isso é impossível dado a encosta estar voltada a nascente, e Lamego a poente. Isto não incomoda Andresen, pois, como ele descreve, a vista a nascente é “desafogada”, e permite visuais igualmente cativantes.

Em segunda instância surge, naturalmente, a questão da organização funcional da casa sem que as divisões se tornassem demasiado esparsas, dado existir uma área de 7 quartos. A solução que o autor da tese e do projeto atribui a este problema é a de organizar a casa em dois pisos, de forma a manter todos os seus elementos funcionais próximos e evitar percursos internos demasiado longos, mas também para reduzir tanto quanto possível a área de implantação, de forma a evitar esforços excessivos no que toca a aterros e desaterros, dado a casa estar localizada numa encosta, com uma pendente expressiva⁸³. Existe ainda um piso de “cave”, que se preenche essencialmente com serviços e arrumos, maioritariamente aposentos e local de trabalho para serviçais. Como Castel Branco refere,

“Creio profundamente que um simples elemento arquitetónico pode valorizar uma paisagem. Pode mesmo dar-lhe um sentido, um sentido Imprevisto e novo. Conhecendo

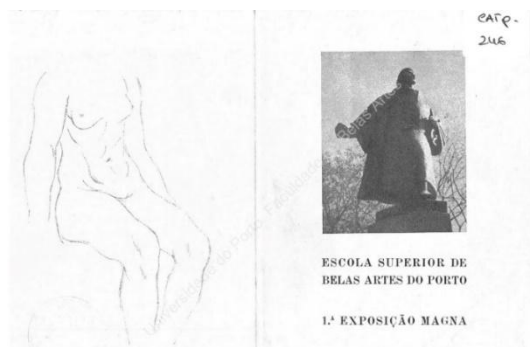


Figura 16 – RAMOS, Carlos “Escola Superior de Belas Artes do Porto: 1ª Exposição Magna” Arquivos FAUP, Porto 1952

⁸² ANDRESEN, JOÃO, “*Uma Casa de Habitação Unifamiliar*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP, Porto, pág 4

⁸³ CASTEL BRANCO, DUARTE, “*Uma Casa de Habitação Unifamiliar*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1947 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 2

eu os sentimentos e as aspirações de quem vai habitar esta a casa, não vi motivos para proceder doutra forma.”⁸⁴

Castel Branco usa esta oportunidade para tecer uma série de elações sobre a natureza da habitação unifamiliar e o papel do arquiteto na sua conceção, bem como algumas noções acerca do projeto em contexto rural, ou semirrural.

“O papel do arquiteto neste caso, julgo que é fazer uma boa casa para determinada pessoa. Antes de querer marcar a sua personalidade, o arquiteto tem o dever de cumprir a sua missão. Se as duas coisas se podem conjugar é o ideal. Dentro deste princípio não tive receio do aspeto arquitetónico, tendo, no entanto, o cuidado de não levar esse aspeto ao ponto a que estava tentado levar, precisamente com receio de fazer prevalecer as minhas aspirações sobre as do proprietário. Não me julguei com direito a isso.”⁸⁵

O resto do seu trabalho prende-se, muito à semelhança do CODA anterior, com uma exposição extensa e detalhadamente documentada do projeto de execução, onde são apresentadas várias tabelas, de preços e medições, um conjunto de artigos de lei que orientam muitas das escolhas do arquiteto, sobretudo no que toca a materiais e revestimentos, e, naturalmente, uma série de desenhos: plantas, cortes e alçados, bem como detalhes construtivos, um acompanhamento técnico do trabalho desenvolvido na esfera profissional.

Ainda no tema dos materiais e quantidades, nota para o que parece ter sido um uso abundante do granito, que é aplicado não só em revestimentos, mas também em elementos estruturais, como os alicerces, revelando preocupação e tendência para um certo organicismo que preza por materiais locais, bem como aligeirando o custo global da obra.

⁸⁴ CASTEL BRANCO, DUARTE, *“Uma Casa de Habitação Unifamiliar”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1947 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 3

⁸⁵ CASTEL BRANCO, DUARTE, *“Uma Casa de Habitação Unifamiliar”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1947 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 3

Já em 1953, o autor Octávio Lixa, aluno da Escola de Arquitetura e referencia notável na esfera do pensamento sobre a cidade no panorama nacional, apresenta o seu CODA, que se reveste de um certo carácter profissionalizante.

No seu trabalho final de graduação, intitulado: *“Urbanismo: Um Tema Rural”* Lixa candidatou-se a fazer um acompanhamento exaustivo dos percursos de pensamento na elaboração dos Planos Diretores Municipais, bem como o seu universo técnico e prático⁸⁶.

A importância de estruturação urbana em áreas rurais e periféricas é a tese principal que Lixa vai tecendo, tomando como referência outros Planos elaborados em contexto urbano e que analisa cuidadosamente, e aplicando os mesmos critérios à realidade rural. Nas palavras de Lixa,

“Reconhece-se que os planos de urbanização são elaborados em âmbito de obter-se a transformação e desenvolvimento [...] segundo as exigências da vida económica e social [...]

*[...] como máximo proveito e comodidade dos seus habitantes. Somente circunscrever esses benefícios às Sedes dos Municípios [...] com interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico [...] parece insuficiente [...] porque as terras de menos importância (porventura não menos isoladas de tal socorro e estímulos) ficam no olvido.”*⁸⁷



Figura 17 – OTÁVIO LIXA, “Uma Casa de Habitação Unifamiliar”- ESBAP, CODA 1947 - Arquivo FAUP - “Alçados Exteriores”

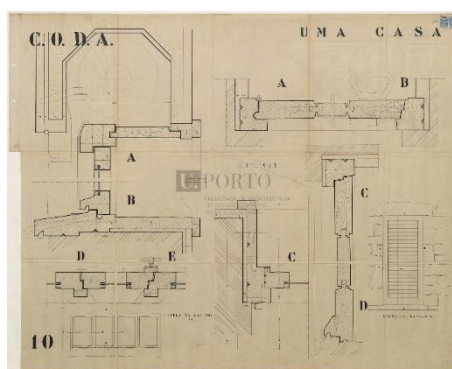


Figura 18 – OTÁVIO LIXA, “Uma Casa de Habitação Unifamiliar”- ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1947 - Arquivo FAUP - “detalhes construtivos”

⁸⁶ LIXA, Octávio, *“Urbanismo: Um Tema Rural”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1953 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 7

⁸⁷ LIXA, Octávio, *“Urbanismo: Um Tema Rural”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1953 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 8

Este trabalho, por contraste com o analisado anteriormente, tem um corpo de texto extremamente denso e robusto. Octávio Lixa define-se como um acadêmico de recorte marcadamente teórico.

A pesquisa é iniciada como tangenciar de vários tópicos centrais que o autor considera serem como que a pedra basilar do planeamento urbano, são estes: Geografia Física, Geografia Humana, Agricultura, Comércio, Indústria, Demografia, Geografia Económica, Exploração agropecuário florestal, Organização Administrativa, Aglomerado, Habitar, Trabalhar, Cultivar o Corpo e o Espírito, e finalmente, o Circular.

Para firmar estes tópicos, Lixa é fortemente inspirado pelos *“Dados Fundamentais para a Elaboração de Planos Reguladores – Plano de Análise Urbana da Politécnica de Milão”*⁸⁸. É sobre esta rede de disciplinas que o índice se organiza e sobre o qual todo o trabalho se vai desdobrando. O autor analisa propostas de planeamento urbano de diversas regiões do país e mede a sua eficácia e intensidade através destes tópicos de base⁸⁹.

Castelo de Paiva, na Foz do Paiva é região predileta de estudo para o autor, pois frequentemente retoma este local, e os seus dados analíticos são rigorosos.

A pesquisa termina com um capítulo dedicado à importância das zonas periféricas e rurais como chaves para a questão da organização e coesão territorial, charneiras para o desenvolvimento do país. Nas palavras de Octávio Lixa.

“Foi escrito algures que tirar partido dum tema banal apresentaria dificuldades. Ao escolher esse caminho aceitamo-las como tributo obrigatório a todo o empreendimento seriamente encarado, já que a tendência atual (ou de sempre?!) de adoração pelo que é

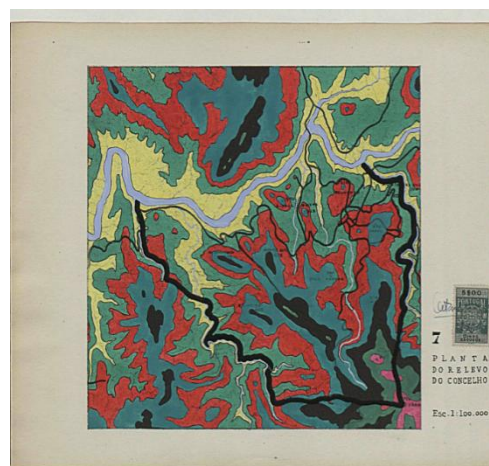


Figura 19 – LIXA, Octávio *“Estudos acerca da “Geografia Física” de Castelo de Paiva”* - CODA 1953, Arquivo FAUP

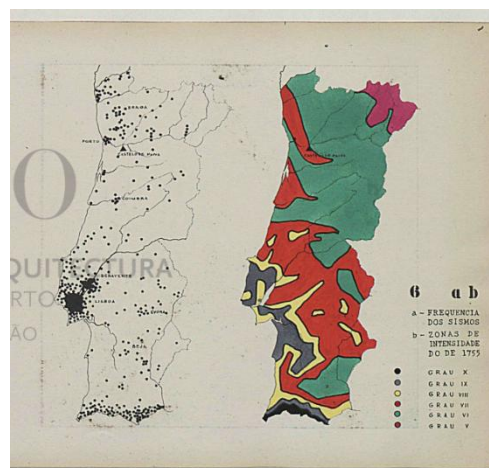


Figura 20 - LIXA, Octávio *“Estudos acerca da “Geografia Física” de Castelo de Paiva”* CODA 1953, Arquivo FAUP

⁸⁸ LIXA, Octávio, *“Urbanismo: Um Tema Rural”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1953 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 8

⁸⁹ LIXA, Octávio, *“Urbanismo: Um Tema Rural”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1953 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 9

extraordinário, fazendo perder de vista o essencial comezinho, nos orientou no sentido inverso, pela razão obvia e pelas que adiante se expõem”⁹⁰

Lixa obteve a graduação com classificação máxima e inicia uma carreira extremamente diversificada, mas que fica marcada pelo seu tempo como docente na ESBAP e mais tarde na FAUP, pelo seu contributo no Gabinete de Estudos da Direção do Norte dos Edifícios Nacionais bem como no Ministério das Obras Públicas, e como chefe de equipa da zona 2 dos *“Inquéritos à Arquitetura Popular Portuguesa”*.

Expostos estes exemplares de trabalhos de alunos que ilustram a prática académica pela década de 50, incide-se novamente na análise do Plano de Estudos. É no ano de 1955 aquando da *IV Exposição Magna*, que se regista pela primeira vez um Plano mais maduro, extenso, e que dá os primeiros passos na direção de um curso de arquitetura mais autónomo, com as unidades curriculares mais bem delimitadas, constituindo agora uma matriz estável de evolução.

Após uma primeira revisão geral dos conteúdos, uma das características que se impõe praticamente de imediato, é, pelo menos em fase inicial do curso, a sua multidisciplinariedade. A título de exemplo, nas primeiras edições, verifica-se que Pintura e Escultura eram duas das unidades curriculares mais relevantes e que constaram do plano de estudo anual sucessivamente.

É provável que tal característica se deva à influência que os outros cursos lecionados na Escola Superior de Belas Artes vieram a exercer sobre o recém instituído curso superior de Arquitetura, pois, como já verificado, este (ainda) é em larga parte constituído por unidades curriculares reapropriadas dos outros cursos – Pintura e Escultura. O curso reflete de forma explícita no seu Plano de Estudos a noção de que a arquitetura não é uma área de especialização, mas sim um conjunto multidisciplinar de saberes de ciência humana intercetantes. O professor arquiteto Carlos Ramos deixa claro na sua nota de introdução à edição *IV* das *Exposições Magnas*⁹¹ o grande valor que atribui a este modelo transdisciplinar, ao ensino artístico e, sobretudo, à **conjugação das três artes** lecionadas – **Arquitetura, Escultura e Pintura** – como sendo estes os verdadeiros valores que evidenciam e destacam a produção académica digna de mérito e onde reside a qualidade e excelência de trabalho. Aponta, porém, no mesmo escrito, as dificuldades, inclusivamente a nível estrutural, de manter os princípios da Escola Superior de Belas Artes do Porto orientados a estes valores. Nas palavras de Carlos Ramos,

“Os ventos, porém, não correm de feição, e por muito interessada que esta Escola esteja em apontar aos seus alunos, futuros artistas desta terra, o único

⁹⁰ LIXA, Octávio, *“Urbanismo: Um Tema Rural”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1953 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 9

⁹¹ RAMOS, Carlos – *“IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”*, Porto 1955, pág. 7

caminho que pode conduzi-los a formação das equipas que, falando a mesma linguagem, hão de acabar por impor a necessidade da permanente colaboração das 3 artes no campo das realizações plásticas, não só àquela faltam os meios de o consolidar, como àqueles o estímulo de uma nova estrutura que lhes garanta melhor e mais agradável futuro do que aquele que o Ensino Técnico lhes reserva numa luta em que os meios de subsistência prevalecem e se sobrepõem aos meios de expressão.

E é triste que tal se verifique no seio de uma jovem massa de estudantes, de raras e múltiplas aptidões, quando seria precisamente por via daqueles meios que melhor poderia fazer-se a seleção natural dos verdadeiros valores, alguns dos quais perdidos para sempre.”⁹²

Foi ainda no ano de 1957 que o ilustre aluno Arnaldo Araújo apresenta o seu projeto de graduação CODA. Como era norma, o documento final apresenta um certo carácter sumário, onde é reunida a síntese de uma pesquisa incansável.

Aqui analisado, como já referido, a título ilustrativo daquilo que era o conteúdo académico do Ensino em Urbanismo.

O trabalho de título “*Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança: Contribuição para a Estrutura da Comunidade*” debruça-se essencialmente sobre as condições da habitação rural em aldeias e pequenos aglomerados civilizacionais no Norte de Bragança. Como refere Arnaldo Araújo,

“Mas promove-se, realmente, o estudo do campo pelos mais vários sectores do conhecimento e ensaia-se a sua conjugação. Tenta-se a compreensão dos seus reais valores e das suas claras necessidades. Por aí se poderá chegar ao novo regionalismo”⁹³

⁹² RAMOS, Carlos – “IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, Porto 1955, pág. 8

⁹³ ARNALDO, Araújo, “*Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança: Contribuição para a Estrutura da Comunidade*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquitecto, 1957 - Arquivo FAUP, Porto 1957, pág. 4

Arnaldo Araújo acreditava que o futuro da organização territorial nacional passaria muito por um êxodo descentralista, ou melhor dizendo, por um certo “transbordo” da população dos grandes centros que, inevitavelmente, iria acabar por invadir áreas rurais, e até então de baixa densidade populacional⁹⁴.

Esta abordagem à questão do “centralismo vs regionalismo” é aparentemente paralela à teoria das *Edge Cities* de Manuel Castells⁹⁵ que, como exposto previamente, defende que o futuro da reorganização demográfica passa pela expansão dos grandes centros urbanos, onde a população acabará por se estabelecer em zonas mais periféricas, e dar nova vida a áreas até então relativamente negligenciadas. Essencialmente, será isto que Arnaldo defende como “o novo ruralismo”.

É neste espírito que o autor parte para fazer um levantamento exaustivo de um conjunto largo de aldeias e pequenas povoações na orbita de Bragança. O autor defende que este tipo de documentação constitui base indispensável para aquilo que viria a ser o futuro reapropriar destes locais para novas funções e dinâmicas, decorrentes do “transbordo” populacional causado pela saturação das massas nos grandes centros, neste caso, Bragança⁹⁶.

O aspirante a arquiteto produz inúmeros desenhos, representado tanto a grande escala – mapas de aldeias, percursos e caminhos, plantas de habitações na sua integra – como a pequena escala – interiores de divisões, mobiliário, e pormenores construtivos.

O trabalho de Arnaldo é maioritariamente gráfico, e aspira essencialmente ao levantamento analítico e documentação da realidade que encontra. Fotografias e alguns desenhos constituem a maioria do material, como eventuais anotações que relatam o seu contexto bem como algumas reflexões pessoais do aluno.

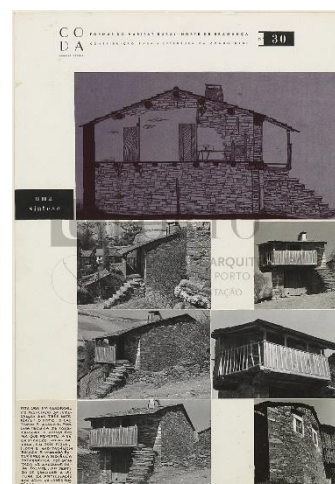


Figura 21 – ANDERSON, João
“Perfil e 6 fotos de uma Habitação
no norte de Bragança” CODA
1957, Arquivo FAUP

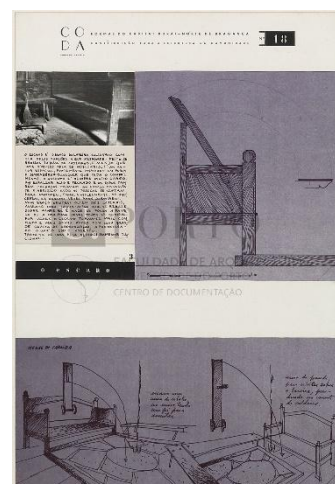


Figura 22 – ANDERSON, João,
“Perfil Construtivo de uma série
de mesas de uma Habitação do
norte de Bragança” - CODA 1957,
Arquivo FAUP

⁹⁴ ARNALDO, Araújo, “*Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança: Contribuição para a Estrutura da Comunidade*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1957 - Arquivo FAUP, Porto 1957, pág. 4

⁹⁵ CASTELLS, Manuel – “*The Network Society*”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996, pág. 63

⁹⁶ ARNALDO, Araújo, “*Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança: Contribuição para a Estrutura da Comunidade*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1957 - Arquivo FAUP, Porto 1957, pág. 4

“No campo do habitat, as necessidades materiais e espirituais dos indivíduos, das famílias e dos agrupamentos [...] inscrevem-se numa linha continua que vai da habitação aos centros comunais [...] é necessário organizar essa linha organicamente, isto é, em todos os seus pontos, nos seus justos valores e numa relação harmónica.”⁹⁷

Apenas dois anos depois de Andersen, em 1959, é quando o ilustre Nuno Portas - figura seminal no panorama do pensamento urbano em Portugal - apresenta o seu CODA na ESBAP intitulado: *“A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitetura”*. Esta investigação insere-se numa tarefa incutida a Nuno Portas por parte do Conselho Superior de Previdência, que requereu um estudo de natureza urbanística acerca dos *“Aspetos Sociais do Habitat”*⁹⁸.

No seu estudo para obtenção do grau de arquiteto, Portas propõe-se a analisar a dimensão social do espaço de habitação. Por outras palavras, estuda a tipologia familiar que mais caracterizava este período – sendo esta essencialmente tradicional, familiar numerosas, com vários elementos, e uma construção transgeracional – que tipicamente comungava de um único habitáculo, e o grau de eficácia com que o espaço de habitação mais tradicional e comum no norte do país em si dá resposta a este tipo de núcleo familiar⁹⁹.

Em suma, constata-se que Portas é um forte defensor da ideia de que a tese em arquitetura é apenas válida quando serve uma finalidade prática - entenda-se, quando informa uma realidade construída – de facto Portas faz questão de terminar o seu estudo com um capítulo (de cerca de 150 páginas) onde faz inúmeros estudos para uma habitação plurifamiliar a localizar no norte de Portugal.

Este capítulo dedicado ao projeto consiste, em primeira instância, numa análise sociológica daquilo que Portas concluiu ser a típica estrutura familiar e as suas necessidades, seguidamente, projetou uma longa série de hipóteses para habitações plurifamiliares para lhe dar resposta. Nas palavras de Portas,

“Assim como o ponto de vista de partida para a definição principal do núcleo habitacional é o seu dimensionamento sociológico (incluindo aqui uma noção de composição social e uma noção espacial de densidade), também o problema de principio da conceção de um habitat, tomando o termo no seu sentido restrito ou próximo, está na opção de um

⁹⁷ ARNALDO, Araújo, *“Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança: Contribuição para a Estrutura da Comunidade”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1957 - Arquivo FAUP, Porto 1957, pág. 4

⁹⁸ PORTAS, Nuno, *“A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitetura”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 11

⁹⁹ PORTAS, Nuno, *“A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitetura”*, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 14

modo de agrupamento; já que este vincula, talvez irreversivelmente, a relação célula como o espaço exterior, com outras células, e, finalmente, o seu provisório espaço interno.”¹⁰⁰

Os projetos são extremamente variados, sempre dentro de um carácter experimentalista, e comunicados através de uma linguagem sumária, quase sempre através de esboços tratados com um bom grau de rigor, acompanhados de uma série de legendas e notas que Portas deixava a fim de clarificar cada uma das hipóteses levantadas. Trata-se de um exercício algo semelhante ao que é atualmente a matéria da unidade curricular de Projeto 3 na FAUP, onde é feita uma série de estudos para diferentes tipologias de habitação plurifamiliar. É de salientar que Portas mune estes projetos com a robusta produção teórica que ocupa todos os capítulos anteriores deste trabalho.

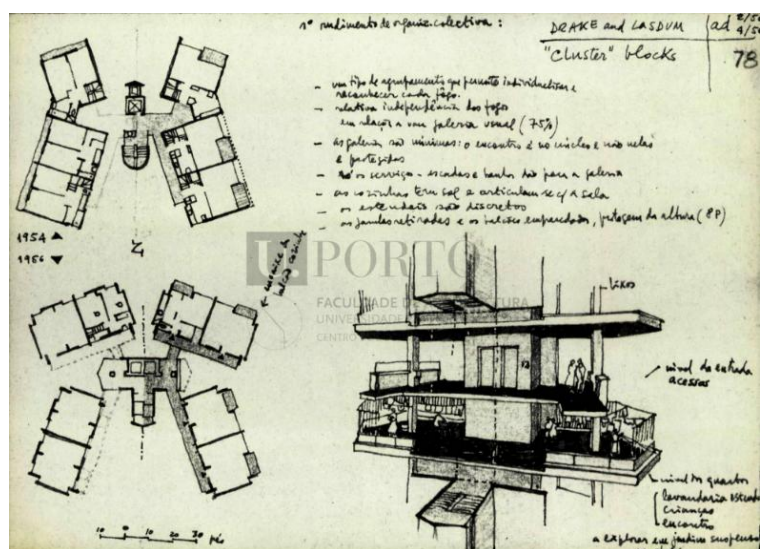


Figura 23 – PORTAS, Nuno “A habitação Social, estudos para uma habitação no norte do país” CODA 1959, Arquivo FAUP

Portas debruça-se sobre a dimensão psicológica da vida familiar, e o papel do indivíduo e do coletivo neste contexto específico. Sublinha a falta de estudos neste âmbito e a frequência da prática projetual mal informada, que sempre resulta, segundo o autor, em modelos habitacionais que não servem a tipologia familiar a que se destinam. Critica a construção de habitação “não pensada” que não é informada por nenhum estudo de natureza sociológica ou demográfica e se revela desadequada ao seu propósito.

¹⁰⁰ PORTAS, Nuno, “A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitetura”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 11

É ainda no mesmo ano que o arquiteto e urbanista Duarte Castel-Branco, já mencionado neste estudo a pretexto do PU do Porto produzido entre 1985 e 87, apresenta o seu projeto final de graduação na Escola de Belas Artes da Universidade do Porto. De título “*Grémio da Lavoura de Abrantes*”¹⁰¹.

Ao longo da sua investigação, Castel-Branco acompanhou exaustivamente o processo de construção do Grémio ao longo de todas as suas etapas, desde uma fase inicial de análise urbana e conceptualização projetual, até ao projeto de execução, que é aqui documentado extensivamente¹⁰². Esta estrutura serviria como “sede” para os trabalhadores e da população de setor primário, secundário e terciário dos Municípios de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação.

A sua tese é iniciada pela apresentação de um conjunto de peças desenhadas: plantas, cortes, alçados e pormenores construtivos. Posto isto, Castel Branco desenvolve uma série de capítulos que acompanham de forma técnica de pedagógica as etapas de construção do projeto, dando ao leitor um “*insight*” muito completo de todo o processo. São estas etapas: Memória Descritiva, Caderno de Encargos, Preços Simples, Preços Compostos, Medições e Orçamento.

Em primeira instância, são expostas um conjunto de ilações que expõem e clarificam a escolha da cidade de Abrantes para o projeto, motivos que se prendem maioritariamente com o facto de ser um município muito estimulado pela crescente presença da indústria, que aqui se prende maioritariamente com o desenvolvimento do entroncamento rodoviário e ferroviário.

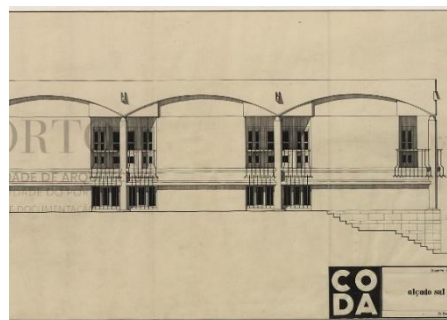


Figura 24 - CASTEL BRANCO, DUARTE, “*Grémio da Lavoura de Abrantes*”- ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP - “Alçado Frontal”



Figura 25 - CASTEL BRANCO, DUARTE, “*Grémio da Lavoura de Abrantes*”- ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP - “Perspetiva”

¹⁰¹ CASTEL BRANCO, DUARTE, “*Grémio da Lavoura de Abrantes*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 5

¹⁰² CASTEL BRANCO, DUARTE, “*Grémio da Lavoura de Abrantes*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 11

Tal surgiu como catalisador de uma região que até então subsistia de processos de produção essencialmente tradicionais.

Nestas dinâmicas de transformação de um paradigma de produção rural / agrícola para uma realidade industrialista, Abrantes acabaria por ser, de certa forma, o “epicentro” destas metamorfoses devido a uma certa saturação na convergência das linhas férreas e rodoviárias neste local¹⁰³.

Quando Castel-Branco inicia este estudo e acompanhamento da obra, esta encontra-se já em fase de execução, por este motivo existe abundância de informações detalhadas no campo da construção e no campo orçamental do projeto. Deste modo, longo de toda a Dissertação verifica-se um registo muito maturo e uma aproximação à realidade projetual e construtiva, que se envolve plenamente nos meandros da esfera profissional.

O maior imbróglio referido e que mais impactou o processo de construção, prende-se com complicações relacionadas com a instabilidade do solo naquele terreno. Inicialmente com um custo global previsto para 550.000 \$, as complicações decorrentes desta condicionante construtiva fizeram o valor final disparar para 610.000 \$¹⁰⁴.

De forma geral, toda a Tese de Castel-Branco é marcada por um tom técnico e didático, apresenta a informação da empreitada de forma exata e profissional. É complementada por um capítulo final onde são anexadas um largo conjunto de tabelas, essencialmente expondo preços e medições. Nota para, mais uma vez, o detalhe e exatidão com que a informação é exposta, onde até o orçamento de peças como, por exemplo, o ladrilho para alguns interiores, são apresentadas.

No entanto, o CODA de Castel Branco, peca, eventualmente, pela ausência de uma perspetiva crítica sobre o processo construtivo que acompanha, resumindo-se a informar o que foi o projeto de execução do Grémio da Lavoura de Abrantes de forma muito documental.

De qualquer forma, é um trabalho pragmático e, acima de tudo: pedagógico. Com forte cariz profissionalizante, que o arquiteto fez claramente com a intenção de se preparar para a realidade quotidiana da construção e da arquitetura.

Após análise detalhada deste trabalho a fim de ilustrar o conteúdo programático do final dos anos 50, retoma-se análise do Plano de Estudos das *Cartas Magnas XII*, 1963. Torna-se evidente o desejo de crescimento e ambição do curso de Arquitetura, este assume-se como um momento catalisador.

É neste ano particular que ocorre um reformular mais profundo do Plano de Estudos de Arquitetura. Parece sensato afirmar que foi neste ano que o curso se “emancipou”, substituindo as unidades curriculares “adotadas” dos outros cursos lecionados nesta instituição, em favor de um plano de estudos

¹⁰³ CASTEL BRANCO, DUARTE, “*Grémio da Lavoura de Abrantes*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 5

¹⁰⁴ CASTEL BRANCO, DUARTE, “*Grémio da Lavoura de Abrantes*”, ESBAP, Concurso de Obtenção do Diploma de Arquiteto, 1959 - Arquivo FAUP, Porto, pág. 5

muito mais autónomo e independente. Assumindo assim um carácter muito mais bem estruturado, que contava com unidades curriculares que definiam claramente a intenção de um estudo mais focado na arquitetura, e capazes de formar os futuros arquitetos de forma mais eficaz¹⁰⁵. O ano de 1963 é deste modo um ano pivotante para a evolução do Plano de Estudos do curso de Arquitetura no Porto. Após este momento de reforma, o Plano de estudos manteve, de forma geral, os seus moldes para os próximos anos, as alterações efetuadas são de porte muito menor, maioritariamente relativas a movimentações no corpo docente¹⁰⁶.

É de salientar agora, no entanto, que durante este período a unidade curricular de Urbanologia, que até então tem vindo a ser seminal no plano de estudos - apesar de discreta - passa a ser lecionada por João Andersen entre 1961 e 1967 e Duarte Castel-Branco entre 1965 a 1969¹⁰⁷.

Ambos estes nomes são pivotais no panorama nacional do urbanismo. Duarte Castel-Branco foi um pensador e urbanista incontornável, responsável pelo Plano Diretor Municipal de 1978 na CMP, como será analisado à frente na presente Dissertação. João Andersen é uma figura central na esfera académica do Porto, e em particular, no ensino do Urbanismo, tendo estado presente nos quadros do curso de Arquitetura quase desde os seus primórdios na EBAUP¹⁰⁸.

Nesta unidade curricular, cada aluno era responsável por sugerir um plano de intervenção urbana para um qualquer local à sua escolha. Tanto o local como o plano de intervenção seriam escrutinados e avaliados pelo professor, medindo a capacidade analítica e projetual do aluno de avaliar a realidade urbana¹⁰⁹. Esta unidade curricular parece algo semelhante ao que, no plano atual, é a unidade de Projeto, ou Grandes Projetos Urbanos – do Professor Rui Brás - mas com foco na esfera urbana, e estimulando o aluno a sugerir o seu próprio programa.



Figura 26 – RAMOS, Carlos “XII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, Porto 1963, pág. 13
RAMOS, Carlos – “XIII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto” Porto 1964, pág. 16
RAMOS, Carlos – “XIV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, Porto 1965, pág. 16
BRITO, António – “Exposição de Homenagem a Mestre Carlos Ramos – XVI Exposição Magna Da Escola Superior de Belas-Artes do Porto”, Porto 1968, pág. 3

¹⁰⁵ RAMOS, Carlos – “XII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, Porto 1963, pág. 13

RAMOS, Carlos – “XIII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto” Porto 1964, pág. 16

RAMOS, Carlos – “XIV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, Porto 1965, pág. 16

BRITO, António – “Exposição de Homenagem a Mestre Carlos Ramos – XVI Exposição Magna Da Escola Superior de Belas-Artes do Porto”, Porto 1968, pág. 3

¹⁰⁶ RAMOS, Carlos – “IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, Porto 1955, pág. 11

¹⁰⁷ FDR Activ. Ecolar, ARQUIVO / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. Código Referência: FAUP-CDUA / URB LG / 002

¹⁰⁸ PORTAS, Nuno – “Arquitetura(s) – História e Crítica, Ensino e Profissão” pág.80, Ed. CEA / FAUP, Porto 2005

¹⁰⁹ FDR Activ. Ecolar, ARQUIVO / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. Código Referência: FAUP-CDUA / URB LG / 002

Avançando agora para o ano de 1968 - *Exposição Magna XVI*¹¹⁰ - nota para o facto de que foi publicada por António de Brito, novo Diretor da Escola Superior de Belas Artes do Porto, e responsável pela redação desta última edição. Homenageia Carlos Ramos pelo seu trabalho como Diretor da Escola até então, e ainda pela tradição que lançou e cultivou ao longo de quase duas décadas com a iniciativa das *Exposições Magnas*, que agora se encerra¹¹¹.

2 – Pós-Moderno

Após a análise em múltiplas esferas – prática e ensino - do urbanismo em Portugal e no Porto pela primeira parte do século XX, inicia-se agora a segunda parte desta investigação: o período pós - moderno. Para inaugurar esta etapa do estudo, passamos a tecer prefácio apoiado no autor Lewis Mumford (1895 -1990), que é introduzido para enquadrar sociologicamente o fenómeno das grandes cidades, as transformações que deram origem às “*metrópoles*” e o surgimento da Urbanologia como ferramenta de análise desta nova realidade, física e cultural.

Em termos de nota biográfica descreve-se Mumford como pensador americano e pioneiro do **pensamento historicista no urbanismo**, Mumford é autor de estudos icónicos sobre o urbanismo, teve foco na realidade americana. Natural de Nova Iorque, estudou no City College of New York e na New School for Social Research, não tendo terminado os seus estudos por motivos de saúde. Em 1918 foi recrutado pela marinha, onde serviu o exército americano na Primeira Guerra Mundial. No ano seguinte foi dispensado desse serviço e iniciou atividade como colonista, algo que iria marcar a sua trajetória profissional. Inicialmente contribuiu para a revista modernista *The Dial*¹¹², e posteriormente no icónico *The New Yorker*, onde publicou regularmente crítica de arquitetura durante 30 anos. Sinteticamente, podemos descrever este autor como detentor de uma obra multidisciplinar, tendo sido referido por Malcolm Cowley como “*o último dos grandes Humanistas*”¹¹³. Seminal para o pensamento da cidade, “*The City in History*”, serve de base do tema aqui lançado, incontornável para a **evolução das aglomerações urbanas** em função dos sistemas vitais / mecanismos que as servem¹¹⁴.

Na sua obra Mumford rastreia o nascer dos aglomerados civilizacionais de modelo primitivo: tribos nativas, caracterizadas como grupos não organizados e individualistas, em sistema de “caça e

¹¹⁰ BRITO, António – “*Exposição de Homenagem a Mestre Carlos Ramos – XVI Exposição Magna Da Escola Superior de Belas-Artes do Porto*”, 1968

¹¹¹ RAMOS, Carlos – “*XVI Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, Porto 1968, pág. 25

¹¹² HALTON, Eugene – “*A Brief Biography of Lewis Mumford*”, Ed. Harcourt, Brace and World, Nova Iorque, 1990

¹¹³ GLENDINNING, Chellis “*Lewis Mumford: The last of the great Humanists*” The Elmwood Newsletter, 1990 [consult. 16/06/2021]. Disponível: <https://www.wildculture.com/article/lewis-mumford-last-great-humanists/1376>

¹¹⁴ MUMFORD, Lewis – “*The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*” pág. 74, Ed. Harcourt, Brace and World, Nova Iorque, 1989

armazenamento” e que progridem para grupos organizados que reúnem recursos comunitariamente, em pequenas sociedades organizadas em torno de indivíduos-chave, aumentando as suas chances de sobrevivência¹¹⁵. Estes valores são minados pelo desejo de crescimento individual e das hierarquias que assim se prefiguram.

Mumford aclama a cidade grega pela sua configuração sociopolítica, como “confederativa”. Aponta como principal motivo pela eficácia da sua resistência à invasão Romana. Por outro lado, critica o modelo da cidade de Roma como uma cidade “federativa”, expoente máximo de metrópole, hegemonia da centralização, culto ao indivíduo, intensa especulação imobiliária, congestionamento, etc. São estas características da cidade pináculo da organização sociopolítica e económica em torno do culto ao capital. Nas palavras de Mumford,

*«Todas as magnitudes serão potencializadas em Roma: pelo menos a magnitude de degradação e do mal. Somente um símbolo pode fazer justiça ao conteúdo dessa vida: um esgoto a céu aberto.»*¹¹⁶

Mumford aponta o desejo de crescimento individual como a origem de sociedades que giram em torno do culto do indivíduo e que, no limite, é responsável pela origem da Necrópole e do sonho liberal de uma cidade colossal, que materializa o ápice do funcionalismo. Como referido, o autor rastreou um modelo da metrópole¹¹⁷ ao antigo império Romano que, tal como o modelo de economia liberal, assume contornos severos, divide e conquista o território, extrapola fronteiras e capitaliza sobre culturas.

Segundo o autor, o crescimento económico era agora responsável pela tendência natural dos aglomerados civilizacionais para a **expansão territorial**. Mumford menciona Roma como cidade que extrapola fronteiras graças ao sistema económico expansivo. Paralelamente, refere que os atuais



Figura 27 - Lewis Mumford (1895 – 1990) Porto Editora. [consult. 2024-09-09] Disponível em [https://www.infope-dia.pt/\\$lewis-mumford](https://www.infope-dia.pt/$lewis-mumford)

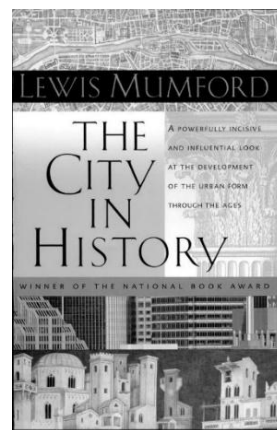


Figura 28 – MUMFORD, Fredric “The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects”, Ed. Harcourt, Brace and World, Nova Iorque, 1989

¹¹⁵ MUMFORD, Lewis – “The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects”, Ed. Harcourt, Brace and World, Nova Iorque, 1989, pág. 75

¹¹⁶ MUMFORD, Lewis – “The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects”, Ed. Harcourt, Brace and World, Nova Iorque, 1989, pág. 291

¹¹⁷ MUMFORD, Lewis – “The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects”, Ed. Harcourt, Brace and World, Nova Iorque, 1989, pág. 292

ambientes urbanos têm tendência para o crescimento físico, devido - da mesma forma - à economia liberal que os rege, e que vai introduzindo a realidade das *ciudades globais*¹¹⁸.

No caso de estudo em foco: Portugal, a lente “historicista” que a leitura de Mumford sugere ser-nos-á central para noção da cidade como consequência do universo económico e de consumo que molda o seu espaço, prefigurando, igualmente, uma natureza expansiva, fomentando a gestação do “embrião” urbano. Parece sensato concluir que um dos grandes fenómenos que rege qualquer forma de aglomerado urbano e civilizacional é, como aludido até aqui, o seu sistema económico. É imprescindível para a coexistência de um grupo de indivíduos em comunidade um sistema de troca, e que permita alguma ordem entre as várias funções que estes indivíduos desempenham no seu espaço. Como Mumford defende, economia é o principal responsável pelo surgir das grandes aglomerações civilizacionais, que se regem em torno de dinâmicas de consumo.¹¹⁹

2.1– Casos de Urbanismo em Portugal

Após esta nota intercalar a fim de melhor compreender o universo do urbanismo e Urbanologia em meados do século XX, prossegue-se com análise do contexto nacional da nossa seleção de casos de estudo notáveis de urbanismo e pensamento sobre a cidade em Portugal.

O caso de estudo que inaugura este subcapítulo é selecionado por ilustrar a questão da habitação económica, que se tornava emergente com a crescente industrialização do país, que suscitava um êxodo centralista, e motivava o aparecimento das “noci-vas” Ilhas, analisadas anteriormente. Foi em 1955 que a CML elaborou um *Estudo Base* a fim de enquadrar uma solução de crescimento urbano para a zona de **Olivais Norte**¹²⁰.

Este documento era como que um “estudo de pormenor” feito sobre o Plano Diretor, a fim de analisar esta área da cidade em maior detalhe¹²¹, pois, na mesma década, estava a ser elaborado um novo Plano Diretor. Desejava-se uma solução para a zona dos Olivais que configurasse um novo núcleo

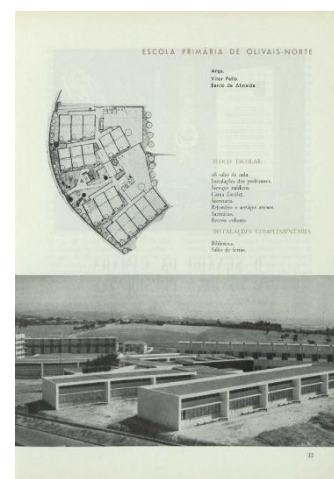


Figura 29 - “Olivais Norte, Escola Primária e Instalações Complementares” Revista Arquitetura Ed. 81, 1972

¹¹⁸ SASSEN, Saskia – “The Global City: Introducing a Concept”, Princeton University Press, Massachusetts, 2005 , pág.28

¹¹⁹ DOMINGUES, Álvaro - “A Rua da Estrada”, Ed. Dafne Editora, Porto, 2009, pág. 18

¹²⁰ Revista Arquitetura: “Breve História da Secção Portuguesa da U.I.A.”, Ed. 64, Lisboa 1967, pág. 39

¹²¹ Revista Arquitetura “Olivais Norte”, Ed.81, Lisboa 1964, pág. 41

habitacional, a fim de dar resposta à eminente necessidade de habitação (de baixo custo) que, como já verificado anteriormente, muito marcou o início do séc. XX¹²².

A necessidade de habitação acessível nos centros surge, como já antes vimos, devido ao êxodo demográfico centralista causado pela velocidade galopante na qual as grandes cidades investiram na industrialização e trabalho operário, com a promessa de um estilo de vida consumista, por oposição à realidade rural em que se encontravam a maioria dos portugueses.¹²³

O estudo de Base, efetuado em 1955 pelo Gabinete de Estudos de Urbanização da C.M.L., agia como uma memória descritiva, e foi publicado na edição número 81 da *Revista Arquitetura*, no ano de 1964. Como documentado na Revista Arquitetura,

*“Entre as grandes áreas de urbanização cujo estudo terá de ser feito desde já, e que a seu tempo foram previstas dentro da orientação geral definida para a planificação de Lisboa, reveste particular importância a dos Olivais.”*¹²⁴

A preocupação principal nesta área era **criar habitação salubre**, que possibilitasse boa qualidade de vida e proximidade dos habitantes aos seus locais de trabalho, tendo em conta a **pré-existência de zona industrial** nas imediações. Elemento interessante, porém, pouco conveniente, tornando o projeto mais desafiante e que viria a ser o motivo da elaboração deste “plano parcial de urbanização” por assim dizer. A título de curiosidade, este documento descreve o apuramento das rendas da habitação, mencionando que estas foram aligeiradas devido à proximidade com a zona industrial, e pelo facto de que a empreitada iria obrigar ao realojamento de famílias que já habitavam o local previamente¹²⁵.

Nesta memória descritiva é mencionado que os planos para habitação em Olivais Norte constavam de blocos habitacionais fragmentados em diferentes unidades. O motivo para esta escolha era o facto de que este tipo de organização permitiria uma maior flexibilidade de implantação para maior aproveitamento solar. Tais unidades estavam agrupadas em lotes privados com logradouros como peça chave unificante¹²⁶.

No seguimento do estudo dos Olivais e do urbanismo na década de 70, o próximo caso é selecionado por refletir a questão das intercidades, enquadrada numa discussão maior sobre a coesão territorial do país, que se ia tornando o centro de muitos debates. A metodologia de abordagem ao bairro de **Olivais Sul** foi em tudo diferente à do bairro Olivais Norte, o que confere aos projetos uma

¹²² *Revista Arquitetura: “Breve Historia da Secção Portuguesa da U.I.A.”*, Ed. 64, Lisboa 1967, pág. 39

¹²³ *Revista Arquitetura “Olivais Norte”*, Ed.81, Lisboa 1964, pág. 41

¹²⁴ *Revista Arquitetura “Olivais Norte”*, Ed.81, Lisboa 1964, pág. 41

¹²⁵ *Revista Arquitetura: “Breve Historia da Secção Portuguesa da U.I.A.”*, Ed. 64, Lisboa 1967, pág. 40

¹²⁶ *Revista Arquitetura “Olivais Norte”* Ed. 81, Lisboa 1964, pág 5

independência e singularidade única. De resto ambos foram tema da *Revista Arquitetura* na edição 127 / 28 do ano de 1973, onde ambos os Olivais são revisitados criticamente.

O projeto para Olivais Sul destacou-se pela sua singularidade e pela lição que deixa na área da habitação económica, em grande parte marcada pela questão do mobiliário interno dos fogos¹²⁷.

Como é normal em projetos de habitação social / operária, Olivais Sul é marcado pela escassez de recursos, pela procura de projetar o máximo de habitações plurifamiliares possível dentro da maior contenção monetária possível¹²⁸.

No entanto, tais ambições foram a origem de um processo rico e interessante de melhoria das condições de vida os habitantes. Neste sentido, destaca-se o trabalho de campo realizado pelos arquitetos que contactaram os futuros moradores a fim de entender o seu desejo de habitação, e de onde resultaram conclusões curiosas. Por exemplo: a decisão de prever mobiliário completo no projeto a fim de aliviar o custo aos habitantes.¹²⁹

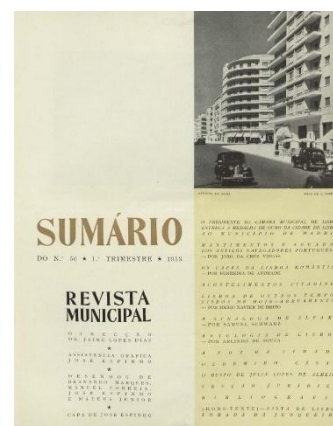


Figura 30 – “Olivais Sul”, Revista Municipal, Ed. 56, 1º Trimestre, 1963,

Esta foi a origem de uma interessante dinâmica entre os arquitetos e os futuros moradores, que se reuniam em encontros informais onde estes tópicos seriam o centro do debate, permitindo aos arquitetos compreender o que era o desejo de cidade.

Do trabalho de campo realizado pelos arquitetos, resultaram conclusões interessantes, como por exemplo, a já mencionada decisão de prever mobiliário interior completo a fim de aliviar custos aos habitantes no ato da mudança. Incluindo mobiliário fixo, ou mesmo o foco que deveria ser dado a cada divisão das habitações, onde se verificou uma primazia dos habitantes pelos espaços sociais, especialmente cozinha, como espaço social por excelência. Como referido na Revista Arquitetura,

“São habitações para gente modesta, de modestos hábitos, e que julgamos desinteressada das especulações formais ou outras em que os arquitetos costumam enredar-se, mas muito interessadas no encontro de uma casa que a abrigue, que liberte da babilónia das paredes-de-cada, dos quartos alugados, e contribua para dignificar a sua própria condição de gente.”¹³⁰

¹²⁷ Revista Arquitetura “Olivais Sul”, , Ed.97 Lisboa 1966, pág. 18

¹²⁸ Revista Arquitetura “Olivais Sul”, Ed.97 Lisboa 1966, pág. 19

¹²⁹ Revista Arquitetura “Olivais Norte”, Ed. 81, Lisboa 1964, pág 5

¹³⁰ Revista Arquitetura “Olivais Sul”, Ed.127 / 128, Lisboa 1973, pág. 60

Por outro lado, uma das características que marcou este projeto, para além do notável esforço por aumentar o número de fogos, mantendo os custos o mais reduzidos possível, foi a relação que foi sendo tecida entre arquitetos e moradores. Estes foram normalizando os seus encontros, de forma informar o processo e produto arquitetónico. Esta abordagem foi pioneira e muito marcante para outros projetos futuros de natureza semelhante, à medida que a emergência por habitação social iria crescendo num país cada vez mais centralista e industrializado. Destaque especial para a iniciativa SAAL, que será analisada à frente nesta Dissertação.

Interessa agora referir um caso de equipamento público que contribui para a definição da malha urbana e par a consolidação do clima cultural da cidade, na sequência da análise dos Olivais. De facto, o plano de intervenção para os Olivais é imprescindível nesta seleção por se tratar de uma ambiciosa iniciativa de reintegração e reestruturação social por meio da reestruturação urbana¹³¹.



Figura 31 - Revista Arquitetura "Olivais Norte", pág. 40, Ed.81, Lisboa 1964

Neste espírito, é incluso no plano de intervenção de **Olivais Norte, a escola 175**, muito de acordo com a clássica doutrina modernista e a sua visão sobre a organização da cidade, isto é, frequentemente apoiada na ideia de "célula" urbana, onde um conjunto de habitação e de equipamento formam um microclima funcional¹³².

Tal projeto ficou ao encargo dos arquitetos Vítor Palla, e Bento de Almeida que, inseridos numa geração de arquitetos mais tardia e que revisa o modernismo, tentam fugir aos seus moldes mais ortodoxos. Assim, propõem um desenho que escapa à clássica rigidez e assume contornos mais orgânicos, como disseminado por arquitetos como Frank Lloyd Wright, ou Alvar Aalto. Como referido no Jornal do Arquitetos,

*"Como em todas as boas peças de arquitetura, a filosofia de projeto que lhe deu corpo foi o suporte que permitiu a sua concretização."*¹³³

¹³¹ Revista Arquitetura "Olivais Norte", pág. 41, Ed.81, Lisboa 1964, pág. 41

¹³² "Escola Nr. 175", Jornal dos Arquitetos Ed. 207, 2002

¹³³ Escola Nr. 175", Jornal dos Arquitetos Ed. 207, 2002

A presença do edificado no bairro é discreta, pois assume uma morfologia muito enquadrada na envolvente, mas a forma como se implanta no terreno, isto é, a sua estratégia de implantação, torna o volume notável. A escola é ladeada por uma via pedonal curvilínea que a contorna, e desenvolve-se numa série de volumes longitudinais perpendiculares a esta mesma via numa espécie de organização radial. Este gesto urbano tem uma genética algo barroca, pela forma como se apropria de uma via circular para criar um percurso cénico em torno do edifício que se desdobra ao olhar do transeunte. Deste modo, o edificado está implantado de forma sensível e em permanente diálogo com o seu local de inserção¹³⁴.

Reparo ainda que todo o desenho desta escola serve uma série de intenções pedagógicas. A sua morfologia é simples e desprovida de qualquer complexidade, para que a sua leitura visual seja fácil e acessível para crianças, que deverão rapidamente familiarizar-se com as suas formas; a escala do edifício é confortável, pois as suas proporções mantêm-se relativamente reduzidas para mais facilmente estabelecerem ligação à escala humana. Existe tendência para uma grande variedade de materiais de revestimento – reboco branco, tijolo aparente e azulejo – que invocam dinamismo e movimento, e que enriquecem as múltiplas facetas do edificado a quem deambula em seu redor. Todas as salas de aula estão equipadas com uma pequena horta no seu exterior imediato, a ser cultivada e nutrida pelos alunos, com o auxílio e supervisão do docente responsável, apesar de – infelizmente - estes espaços já não existirem na atualidade, existe ainda uma abundância de árvores que torna o espaço ainda mais acolhedor, e próximo à escala humana¹³⁵.

Estes dois últimos pontos em particular são também uma marca inconfundível do higienismo tão característico do modernismo, que prezava pela salubridade dos amplos espaços verdes. Ainda nesta nota, referir como todas as salas de aula de abrem a sul sobre fachadas fenestradas, que garantem uma luz confortável, moderada e constante, pautada pelo arvoredado no exterior. Como referido no Jornal dos Arquitetos,

*“A resistência da sua qualidade no tempo e a sua continua atualidade, justificam um olhar atento para esta obra, cujas funcionalidades e poesia coabitam, ainda hoje, de modo exemplar.”*¹³⁶

É de louvar a incrível resiliência do projeto ao teste do tempo, pois mantém-se intacto, ativo, e central para o ecossistema social e cultural de Olivais. Tal ainda nos dias de hoje!

¹³⁴ “Escola Nr. 175”, Jornal dos Arquitetos Ed. 207, 2002

¹³⁵ “Olivais Sul”, Revista Arquitetura Ed.110, Lisboa 1969, pág. 72

¹³⁶ “Escola Nr. 175”, , Jornal dos Arquitetos Ed. 207, Porto 2002, pág. 54

De facto, permanece um ícone de qualidade e compromisso no panorama da arquitetura social e da intervenção urbana. Mudou o clima cultural da população de Olivais, através da sua conjugação de funcionalismo e poesia, tão característicos das produções do modernismo português.

Interessa agora focar na questão da **requalificação urbana em setores mais periféricos** da cidade e / ou secundarizados pelos processos e investimentos da reabilitação / modernização urbana de que as zonas centrais têm privilegiado.

Na sequência disto, o caso de Chelas constitui caso de estudo pela sua singularidade no plano geral que este estudo se vai fazendo, pela busca da requalificação da qualidade de vida, prevendo habitação, equipamentos, e renovação urbana.

Foi em 1960 que a equipa do Gabinete Técnico de Habitação organizada pelo arquiteto José Rafael Botelho iniciou os estudos para a área de Chelas, para tal contou com a participação dos arquitetos Francisco Silva Dias, João Reis Machado, Alfredo Silva Gomes, Luís Vassalo Rosa e Carlos Worm e os engenheiros José Simões Coelho e Gonçalo Malheiro de Araújo¹³⁷.

Quando analisada em maior detalhe a primeira versão do Plano-Base de Urbanização de Chelas, constata-se que tinha como objetivo incrementar uma estrutura urbana plurifuncional e socialmente diversificada, integrada no conjunto da cidade. Foi então proposto um conjunto de núcleos habitacionais de alta densidade e um núcleo principal de equipamento e atividades mistas de interesse local e generalizado à cidade. Como refletiu Viana de Lima,

*“Assume especial interesse o problema da integração desta grande área urbana no conjunto da cidade de forma a fazê-la participar de um todo possuidor de vida comum, eu se desenvolverá, porém, em quadros urbanos de expressão diferente.”*¹³⁸



Figura 32 – “Experiencia do Bairro de Chelas” Revista Arquitetura 1967 Ed. 95, pág. 72

¹³⁷ “Experiência do Bairro de Chelas” Revista Arquitetura 1967 Ed. 95, pág. 72

¹³⁸ “Experiencia do Bairro de Chelas” Revista Arquitetura 1967 Ed. 95, pág. 72

Pode dizer-se que este Plano se destinava a uma grande diversidade populacional. Conteúdo, ao longo do processo, foi destinado sobretudo a realojamento e a alojamento de pessoas com fraco poder de compra, de modo a dar resposta à urgente carência de habitação, o proveniente do contexto político e social do 25 de Abril. De facto, existiu uma certa prioridade atribuída à construção de habitação sobre a infraestrutura social e equipamento, de postos de trabalho ou de espaços verdes planeados, contribuindo para o isolamento da zona em termos físicos e sociais.

Retrospectivamente, Chelas revela-se particularmente interessante por documentar a realidade do Planeamento Urbano numa cidade que gradualmente se vai tornando multinuclear. Por outro lado, pelo papel do arquiteto na busca de melhoria nas condições de vida, mas também pelas dificuldades em enquadrar projetualmente um universo intrínseco, onde o contributo do arquiteto que intervém, não só na realidade física, mas também social e cultural, é desafiado por um clima urbano algo caótico.

Findos os anos 60, no que toca aos anos 70 interessa compreender o desejo de cidade no pós-revolução, que tanto marcou o clima cultural e urbano. O caso do **SAAL** é selecionado por constituir referência incontornável para a história do urbanismo em Portugal, e o início de uma nova fase no desenvolvimento do país.

A sua menção na presente Dissertação é obrigatória, pois é um momento por excelência onde são aplicadas muitas das lições até aqui estudadas, como associações de arquitetos e moradores que informam o produto final; a noção de “direito ao local” onde os arquitetos reivindicam pelo direito aos moradores de classe baixa a habitarem zonas centrais da cidade (onde se acreditava que as oportunidades seriam mais abundantes, estimulando a mobilidade social), e até mesmo os ensaios que este momento representa para a arquitetura modernista Portuguesa, que agora se vê livre dos grilhões da ditadura, livre de cumprir o desejo de cidade que os portugueses almejavam. De facto, antes da emancipação da ditadura, os arquitetos portugueses realizaram o *Inquérito Nacional à Arquitetura Popular Portuguesa* (1955-1960). Tal consistia num

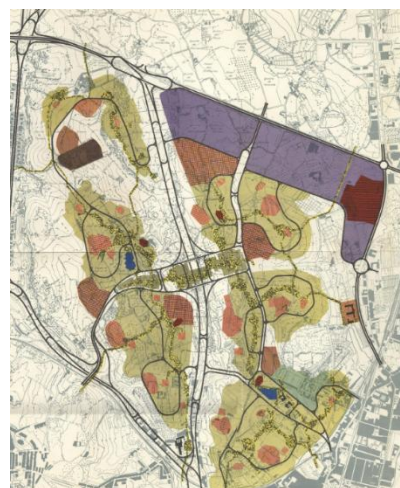


Figura 33 - Zonamento Geral do Plano de Urbanização de Chelas, Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa 1965

levantamento / inventário das condições de habitação dos portugueses ao longo de todo o país. Exercício que o antigo regime nunca haveria permitido.

“O SAAL tinha como missão ser uma via alternativa para a resolução das carências de alojamento das classes populares, através da transformação e melhoramento dos bairros degradados.”¹³⁹

Com o levantamento referido ficaram evidentes não apenas as carências da arquitetura, mas também que as condições de habitação eram precárias de norte ao sul. É neste contexto que surge o *Serviço de Apoio Ambulatório Local*, no norte liderado por Nuno Portas.

Esta iniciativa de reabilitação urbana e habitação económica contou com alguns dos principais arquitetos do país como Fernando Távora, Álvaro Siza, Matos Ferreira, Gonçalo Byrne e Alves Costa. Trata-se de um momento catalisante para os arquitetos e urbanistas portugueses que, pela primeira vez, estabelecem contacto direto com moradores e outros envolvidos, com o objetivo de compreender o desejo de habitação e como o concretizar. Estas associações de moradores reuniam frequentemente com a presença dos arquitetos para discutir as carências sociais, estruturais e infraestruturais e enquadrar possíveis soluções, que eventualmente se materializaram nos históricos e icónicos bairros SAAL.¹⁴⁰ Nas palavras de Maria Costa,



Figura 34 - "Breve História do 25 de Abril" – J. Expresso Multimédia

[...]este programa à escala nacional incluiu “moradores, quadros técnicos e entidades locais e estatais” que, em conjunto, procuraram, num esforço intensivo e coletivo, dar voz, casa e cidade aos sectores mais marginalizados da população.”¹⁴¹

Atentando agora no final da década de 70, interessa atentar no caso icónico que foi o **CRUARB** - Comissão de Reabilitação Área Urbana Ribeira e Barredo. Durante a ditadura do Antigo Regime, o país enfrentou séria escassez de habitação. Não apenas por falta de investimento em opções acessíveis,

¹³⁹ Magazine Imobiliário “Onde estão os Bairros SAAL?” consult. Em <https://www.magazineimobiliario.com/bom-gosto/onde-estao-os-bairros-saal/>

¹⁴⁰ ANDREDE, Sérgio - “Operações SAAL, melhorar a vida e a cidade, quarto a quarto” Ed. Jornal Público, Maia 2014

¹⁴¹ Magazine Imobiliário “Onde estão os Bairros SAAL?” consult. Em <https://www.magazineimobiliario.com/bom-gosto/onde-estao-os-bairros-saal/>

mas também devido ao persistente negligenciar das estruturas existentes. Estas dificuldades provinham da postura do Regime em sistematicamente ignorar a necessidade de dar resposta às carências óbvias no campo da habitação. Bem como mantinha um clima de obscurantismo em relação ao assunto, sobretudo com a proibição de referendos ou qualquer produção de documentação que viesse expor as deficiências do país¹⁴². Nas palavras de Viana de Lima numa publicação de 1977,

*“Assim, uma dimensão importante da operação Ribeira-Barredo para além da renovação arquitetónica refere-se à transformação sociocultural concernente à população e seu modo de vida quotidiano face à cidade.”*¹⁴³

De facto, após a revolução de 1974, a comunidade de arquitetos não perdeu tempo em fazer uma série de estudos e levantamentos a fim de perceber exatamente o estado do país nestas frentes. E foi neste âmbito que surgiram iniciativas seminais já referidas como o *Inquérito Nacional à Habitação Popular*, ou os projetos SAAL. No entanto, foi neste contexto que, em 1977, foi formado o Gabinete CRUARB – Comissão de Reabilitação da Area Urbana de Ribeira e Barredo – coordenado pelos Arquitetos Viana de Lima e Octávio Lixa.¹⁴⁴

Posto isto, esta iniciativa surgiu durante a primeira legislatura do primeiro-ministro Mário Soares (1976 – 1978) no **espírito de renovação urbana que revitalizava o país**. Esta é época de progresso e abandono da mesmice que caracterizou o Antigo Regime, suportada pelo “fundo de fomentação à habitação”¹⁴⁵, fundo criado pela CMP. Desde cedo foi definida a área de intervenção para o CRUARB, o qual engloba um total de 80,25 hectares, nesta área 15000 fogos, dos quais 7500 (50%) seriam alvo de renovação, carecendo 3400 (45%) de realojamento

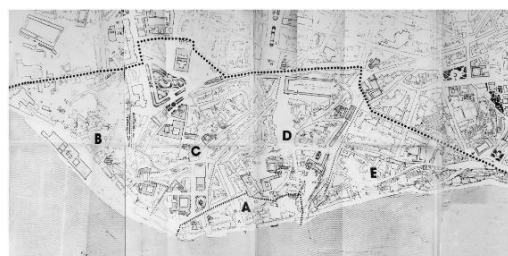


Figura 35 – LIMA, Viana “Área de Intervenção CRUARB” doc. 8, Arquivo FAUP, 1977



Figura 36 - “Barredo Floresce como flor de Abril”
Jornal O Diário / Vida Local, 1979

¹⁴² COSTA, Maria, “Barredo Floresce como Semente de Abril”, em *O Diário / Vida Local*, Porto 1979

¹⁴³ LIMA, Viana “Comissariado para a Renovação Urbana da Area Ribeira Barredo - População” doc. 13, Arquivos FAUP, 1977

¹⁴⁴ LIMA, Viana “Comissariado para a Renovação Urbana da Area Ribeira Barredo - População” doc. 19, Arquivos FAUP, 1977

¹⁴⁵ LIMA, Viana “CRUARB - Barredo – Dados Numéricos”, doc. 28, Arquivos FAUP, 1977

temporário da população residente durante o período de intervenção, questão que a CMP resolveu prontamente¹⁴⁶.

Como era normal em iniciativas desta natureza, a ordem de trabalho foi iniciada por uma série de estudos de campo, onde os arquitetos visitavam e documentavam o edificado da zona a intervir. Com isto foi possível identificar fragilidades e delimitar objetivos. A estratégia de intervenção do CRUARB foi então definida em 3 tópicos centrais:

- Reestruturação das vias pedonais e automóveis, circundantes e internas, bem como alguns largos internos ao miolo dos quarteirões
- Criação de ateliers para artistas / espaços tipo oficina para fins artísticos com renda acessível
- Estímulo à habitação, este tópico é subdividido em duas categorias:
 - Construção de edificado novo de habitação acessível
 - Requalificação da habitação existente, que frequentemente se encontrava muito degradada¹⁴⁷.

Vários agentes estiveram envolvidos nesta tomada de decisões. A criação de espaços de atelier de baixa renda para pintores e escultores não era inicialmente prevista no plano, mas foi solicitada pela cooperativa A Árvore¹⁴⁸.

Segundo consta na correspondência que trocava com a Câmara e os dirigentes do CRUARB, queixava-se da falta de espaços de renda acessível para pintores e escultores praticarem a sua arte, pois todos os ateliers existentes praticavam rendas altíssimas. O Gabinete tutelado por Viana de Lima e Octávio Lixa deferiu o pedido da Cooperativa Árvore no mesmo ano. Nas palavras de João Correia,

“A Cooperativa de Atividades Artísticas – ARVORE, solicitou a esta Câmara, [Municipal do Porto] conforme fotocópia junta, cedência de edifício nas zonas degradadas com o fim de lá instalar ateliers para pintores e escultores.”¹⁴⁹



Figura 37 – “Centro Histórico do Porto: Um Recado à Câmara” *Jornal de Notícias*, 1980



Figura 38 – “Porto: A Recuperação de Ribeira” *Jornal Portugal Socialista*, 1977

¹⁴⁶ LIMA, Viana “Comissariado para a Renovação Urbana da Area Ribeira Barredo - População” doc. 21, Arquivos FAUP, 1977

¹⁴⁷ LIMA, Viana “Comissariado para a Renovação Urbana da Area Ribeira Barredo - População” doc. 23, Arquivos FAUP, 1977

¹⁴⁸ COSTA, Maria, “Barredo Floresce como Semente de Abril”, em *O Diário / Vida Local*, Porto 1979

¹⁴⁹ CORREIA, João, “afº. Nº 1186/78 RG. 8678 / 78”, Câmara Municipal do Porto, 1978, Arquivos FAUP

Mais tarde foi ainda acrescentado à lista a necessidade de estabelecimentos comerciais e um mercado, tópicos que sugeriram fruto dos debates entre os arquitetos e uma Associação de Moradores que foi criada para o propósito, sendo que todos os moradores da área de intervenção do CRUARB foram convidados a participar.

Neste sentido, um total de 3000 moradores participaram do grupo e dos debates, provenientes de 750 famílias no total, envolvidas ativamente nesta iniciativa de revitalização urbana¹⁵⁰.

É difícil de medir o grau de sucesso da iniciativa CRUARB, pois existe pouca documentação acerca do seu nível de completude, aliás, após tratada toda a burocracia e correspondência necessária para engrenar as obras, pouca documentação mais foi produzida. Este término relativamente abrupto do processo (pelo menos do ponto de vista da documentação e burocracia) deve-se provavelmente ao facto de que começaram a surgir vários problemas relacionados com o financiamento da iniciativa perto dos seus meses finais.

Contudo, parece seguro estimar que cerca de 3000 habitações foram construídas / renovadas¹⁵¹, o que corresponde a 50% daquilo que seria a ambição inicial, como já referido. Certo é que a iniciativa CRUARB permanece um dos momentos mais icónicos do planeamento urbano da cidade do Porto, onde os arquitetos, em cooperação com a Câmara Municipal e os moradores, num esforço para reestruturar uma zona central: a Ribeira e o Barredo.

2.2– Evolução Urbana e Morfológica do Porto

Após esta análise de uma seleção de casos de estudo que permitiram ilustrar os principais temas do urbanismo no período pós-moderno da cronologia estabelecida na presente Dissertação, passamos, mais uma vez, a estabelecer um paralelo com a evolução urbana e morfológica da cidade do Porto no mesmo espaço de tempo, de forma a estabelecer uma cronologia paralela, que nos permite compreender as influências mútuas entre as diferentes escalas e a forma como a cidade do Porto foi, de facto, acompanhando o debate sobre o pensamento da cidade.

Para análise deste período histórico, percorremos aos Planos Urbanos apresentados na CMP no mesmo período como fonte referencial, de forma a rastrear a sua evolução urbana de forma analítica e documental.

¹⁵⁰ LIMA, Viana “CRUARB - Barredo – Dados Numéricos”, doc. 28, Arquivos FAUP, 1977

¹⁵¹ LIMA, Viana “Comissariado para a Renovação Urbana da Area Ribeira Barredo - População” doc. 21, Arquivos FAUP, 1977

Assim, o primeiro Plano analisado será o **Plano Regulador da Cidade do Porto, por Almeida Garret**. Apesar de ter sido elaborado na década de 50, teve grande influência nas décadas seguintes de urbanismo do Porto, posto isto, é deliberadamente inserido no Pós-Moderno, por ser o período que melhor ilustra.

Foi entre 1947 e 1954 que o engenheiro Almeida Garret (1896 – 1978) elaborou um plano regulador do Porto, convidado devido à sua experiência adquirida durante a participação na elaboração dos Planos anteriores, onde teve contacto próximo com os arquitetos e engenheiros italianos a fim de fazer a articulação com a autarquia.

Natural do Porto, Almeida Garret estudou engenharia civil durante a sua juventude na Faculdade Técnica da Universidade do Porto, interrompeu os estudos em 1914 ¹⁵² durante quatro anos, período que dedicou ao serviço no Exército como oficial do Corpo Expedicionário Português na I Guerra Mundial, retomando imediatamente após os estudos no Porto, onde se licenciou como Engenheiro e iniciou atividade a lecionar na mesma instituição, e onde foi promovido, em 1934, a Professor Catedrático. ¹⁵³

Foi constituinte do Conselho Superior de Obras Públicas onde produziu vários trabalhos do âmbito do urbanismo e engenharia civil, sobretudo para as regiões do Porto e Coimbra, entre eles, o Plano Regulador da Cidade do Porto.

Observando o seu Plano em maior detalhe, verifica-se que Almeida Garret estabelece uma estratégia de abordagem que começa por estabelecer **quatro escalas que deveriam funcionar como células / unidades**. A partir destas seria fomentada a estrutura urbana e que seria responsável por reger o seu progresso e crescimento ¹⁵⁴. Eram os principais vetores da sua intervenção:

- Escala da vizinhança, que invoca a lógica espacial da aldeia, marcada por uma sala primaria e abrangendo 130 famílias;
- Escala do bairro, semelhante à anterior, mas de maiores dimensões / alcance, correspondendo à escola primaria de 8 salas, abrangendo entre 2000 a 4000 habitantes;



*Figura 39 - Figura 40 – “Antão de Almeida Garret, 1996-1978”
SIGARRA U.Porto, Antigos Alunos Ilustres, Consult. 20-05-2022*

¹⁵² Antão de Almeida Garrett “Antão de Almeida Garrett”, Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto [consult. em https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1016415]

¹⁵³ U. PORTO SIGARRA U. Porto – Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Antão Almeida Garrett [consult. 27/08/2021]. Disponível: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20ant%3a3o%20de%20almeida%20garrett

¹⁵⁴ SANTOS, Victor - “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX”, 1ª Edição, Editorial U. Porto, 2013

- A escala da unidade residencial, consistindo num centro administrativo e religioso, que contemplaria 5000 a 12000 habitantes;
- E finalmente, a Escala da unidade urbana, que corresponde a um conjunto de unidades de habitação para 70000 habitantes.

Já no que respeita ao sistema viário, Almeida Garret sugere três grandes propostas, consistindo estas **em radiais de penetração, cinturas urbanas e circulares.**



Figura 41 - ALVES, Isabel - "Plano Regulador da Cidade do Porto, por Almeida Garret, 1947-1952" Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

Transformações efetivadas na cidade neste período.

Assim, constata-se que começam agora a surgir os primeiros edifícios de habitação social em altura, normalmente com 4 pisos e acesso em galeria. Situados em zonas onde a malha urbana está consolidada, a sua localização foi elemento-chave para a integração na cidade, por contraste com habitações sociais, em zonas mais periféricas e onde, apesar da facilidade de mobilidade introduzida pelas novas vias, a continuidade com a malha urbana era precária, como por exemplo, as zonas da Agra do Amial, ou do Outeiro.

A Rua do Campo Alegre vê o finalizar do seu processo de expansão, e ganha protagonismo por compor um acesso à Foz, também por criar articulação com a zona da Boavista, e enfim, por estruturar o território entre as duas. A rua da Constituição, que ainda matinha um paradigma mais ruralizante, vai perdendo protagonismo, quando por outro lado, a rua do Campo Alegre ganha protagonismo.

É possível que isto seja devido ao facto de que a rua da Constituição usufruía de um certo privilégio na malha por constituir ligação entre Campanha e Bonfim, onde se concentrava parte do setor

industrial, com a zona da Boavista, onde se concentra (ainda hoje) um Pólo de comércio, cultura e lazer. Sendo que, neste momento, no entanto, o setor industrial do Porto nesta zona não se apresenta tão relevante, e estas unidades fabris são hoje menos impactantes na malha urbana.

O Campo Alegre por outro lado, faz a conexão da zona Central que é a Boavista com a zona da Foz, a qual, já nesta época, uma zona mais dedicada a lazer, devido à sua ligação com o mar e a sua presença de praia, e em parte devido ao estilo de vida dos seus habitantes, tendencialmente mais boémia, por pertencerem a uma classe social superior.¹⁵⁵

Mais tarde, esta zona viria dar lugar à construção de um amplo parque natural público. Notar ainda que a organização ortogonal que desde cedo regeu a estrutura urbana deste local facilitou a mobilidade, apoiando a estabelecer a Foz como uma zona de interesse. Esta transição de importância no tecido urbano por parte de um eixo estrutural para outro pode, desta forma, espelhar a evolução cultural que foi tomando lugar na cidade, na qual os seus habitantes foram primando por qualidade de vida e um maior interesse por lazer, no seguimento do abandono gradual de um estilo de vida mais funcionalista e do paradigma marcadamente industrial da cidade do Porto até então. Trata-se de transformações morfológicas que se apoiam nas metamorfoses no estilo de vida e formas de habitar da população, que vai naturalizando o lazer e cultura nas suas rotinas, à medida que vê a classe operária engrossar.

No percorrer retrospectivo do urbanismo pelo Porto nos anos 60, interessa atender ao Plano Diretor, realizado por pelo arquiteto francês Robert Auzelle (1913 – 1983), entre 1960 e 1962.

A título de nota biográfica podemos introduzir Auzelle como licenciado em Arquitetura e em Urbanismo, na École Nationale Supérieure des Beaux-Arts e no Institut d'Urbanisme de Paris respetivamente. Foi o autor de vários projetos de urbanismo na Europa, sobretudo em França no contexto pós-guerra, circunstância que lhe proporcionou a possibilidade de pôr em prática as suas ideias no campo do urbanismo. Foi em França que realizou alguns dos trabalhos mais marcantes da sua carreira em reabilitação urbana¹⁵⁶.



Figura 42 - Robert Auzelle, "Hommage à Robert Auzelle" Victor Martiny, 1985

¹⁵⁵ SANTOS, Victor - *"A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX"*, Ed. U. Porto, Porto 2013, pág. 121

ALVES, Isabel - *"Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI"*, Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág. 12

Dos planos até aqui estudados, o de Auzelle parece ser o mais intenso na sua dimensão analítica, fazendo um conjunto de levantamentos da cidade do Porto, tanto no plano morfológico (arquitetónico e urbanístico), como infraestrutural, social, cultural e político.¹⁵⁷ Este capítulo na proposta do arquiteto surge como estudo prévio no âmbito de informar o projeto que aqui seria lançado. De facto, larga parte do seu Plano assenta em alterações sobre o Plano do Engenheiro Almeida Garret e com maior nível de pormenorização, sobretudo no que respeita ao Sistema Viário. De forma geral, o plano elaborado anteriormente é uma forte base para Auzelle, firmando-se nos principais tópicos de intervenção inicialmente lançados por Almeida Garret, nomeadamente o **reforço e alargamento das vias radiais de penetração**, VCI, Estrada da Circunvalação, Marginal, vias exteriores à VCI e vários eixos principais. É também **sugerido o arranjo de zonas centrais**: Trindade, Poveiros, Cordoaria, Antas, Pasteleira, da Av. De D. Afonso Henriques, e o novo cemitério Oriental da Cidade, bem como uma redefinição da estratégia de zoneamento, mais extensa e adequada a um Porto em fase de crescimento e desenvolvimento, prevendo agora funções tais como um centro universitário, uma zona de interesse arquitetónico e uma zona destinada a serviços ferroviários e portuários.



Figura 43 - ALVES, Isabel - "Plano Diretor da cidade do Porto, por Robert Auzelle", 1962" Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

A título de curiosidade, este é o último Plano Diretor para o Porto efetuado por arquitetos estrangeiros. Se até aqui esta tem sido tendência (sobretudo com a participação dos engenheiros e urbanistas de origem Italiana), a partir da década de 70 para a frente a tendência inverte-se, passando-se a

¹⁵⁷ Robert Auzelle "L'Art Urbain dans les Territoires" [consult. em https://www.arturbain.fr/arturbain/robert_auzelle/biographie/bio/fr/https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1016415]

priorizar arquitetos, engenheiros e urbanistas de origem nacional¹⁵⁸. Esta tendência deve-se, provavelmente, aos desejos de autopreservação do Antigo Regime que mantinha os arquitetos e artistas nacionais alheados à realidade modernista e transformações culturais que a Europa assistia, intencionalmente perpetuando um clima de ignorância cultural que o regime tentaria “atenuar” com a promoção do estilo português suave. Através da preferência por arquitetos estrangeiros, era possível importar todas essas tendências modernas que conquistavam a Europa para o seio do urbanismo português, ainda sem que fosse permitida a introdução dos ensinamentos modernistas na esfera cultural de Portugal, que, como sabemos, o regime considerava reacionários e “perigosos”.

2.3– Plano de Estudos da Escola do Porto

Na próxima etapa desta investigação, inicia-se a análise do Plano de Estudos da Escola do Porto pelo período pós-moderno. Para ilustrar este período do Plano académico, recorre-se essencialmente ao “Guia do Estudante” como principal fonte referencial. A título de complemento, será exibida uma série de trabalhos de alunos durante este período nas Unidades Curriculares de Urbanologia e Economia Urbana, por serem duas Unidades centrais na formação dos alunos, na área do urbanismo. Estas fontes documentais contribuirão para uma compreensão de facto informada daquilo que foi, concretamente, o ensino em Urbanismo pelo período em foco, sobretudo antes da publicação do Guia Estudante.

Mais uma vez, vai-se tecendo um estudo comparativo entre a prática do urbanismo em Portugal, e a sua presença no plano académico enquanto área científica.

Como se viu, tem-se consciência que ao longo desta tese procurou-se fazer uma tentativa por vários meios, como publicações, que relatassem os planos de estudo. Recordo que as Cartas Magnas terminaram no ano de 1963, e os trabalhos apresentados de alunos em diversas unidades curriculares permitem preencher algumas lacunas. Ora, não foi possível colmatar esta deficiência em tempo útil, mas fica nota para futuros investigadores, que possam utilizar esta investigação como base de pesquisa para um estudo mais aprofundado.

De facto, não podemos esquecer o Período Experimental. Sabemos que na década de 70 e 80 o Plano de Estudos foi decorrente de uma cooperação entre alunos e professores, em grande parte lançada por Nuno Portas. Sabemos que foi um período conturbado, existindo, inclusivamente, registos de transições diretivas e grande instabilidade no seio do corpo docente. Tudo isto justifica a dificuldade em encontrar registos sobre o Plano de Estudos durante este período de instabilidade. Para além de tudo isto, é ainda neste período que existe a transição do curso da ESBAP para a FAUP, o que vem complicar ainda mais a situação já complexa, sobretudo no que toca ao paradeiro do arquivo da Faculdade, que

¹⁵⁸ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI", Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág.13

nos permitiria observar este período mais concretamente, mas teve, infelizmente, destino incerto, resultante de todas estas alterações e movimentações.

No entanto, não nos pareceu que estas dificuldades fossem impeditivas para entregar a presente Dissertação, até porque, como referido, deixa a possibilidade de continuação para futuros investigadores, cuja curiosidade seja aliciada pelo presente estudo.

Posto isto, após observação Plano de Estudos do curso de Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes, e atentando particularmente na evolução da presença do urbanismo como área científica de estudo, passa-se agora a analisar o “*Guia do Estudante*” e o Plano de Estudos nas décadas correspondentes. Como este refere na sua edição de 1984 / 1985,

“Criada no Porto em 1780, a Aula Pública de Debuxo e Desenho, é em 1834 que ao ensino da Arquitetura adquire especificidade integrado na então fundada Academia Portuense de Belas Artes.”¹⁵⁹

Este documento consiste de um manual que visa uma descrição bastante completa e informada de todos os processos essenciais da Faculdade. Nele é possível consultar o Plano de Estudos em vigor no ano de cada edição, bibliografias e como um conjunto de outras informações úteis, como questões de ingresso na Faculdade, métodos de cálculo de classificações, contextualização histórica da Instituição, e até informações gerais sobre todos os órgãos de gestão. A sua frequência de publicação, apesar de errática, manteve-se maioritariamente bienal.

Infelizmente não é possível consultar todas as suas edições, pois nem sempre foram publicadas cópias e a localização das edições originais revelou-se tarefa praticamente inexequível. Além disto, só pelo meio da década de 80 é que o Guia do Estudante começou a ser publicado, deixando um vazio entre as décadas de 60 e 70, às quais não existe documentado nenhum Plano de Estudos em Arquitetura.

Contudo, graças ao acervo do Arquivo FAUP, é possível compreender aquilo que foi o ensino em Urbanismo ao longo destas décadas em falta, através dos trabalhos e das entregas que foram sendo submetidos pelos alunos na Unidade Curricular de Urbanologia, e que agora estão ali disponíveis para consulta. É através destes trabalhos, que se pode verificar que a Unidade de Urbanologia constou do Plano de Estudos durante praticamente todo este período. Além disto, parece ter sido mesmo uma unidade nuclear da formação dos alunos.

¹⁵⁹ FAUP “*Guia de estudante: 1984-1985 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto*”, Porto 1984, pág. 23

Na edição de 1963 / 1964, do Guia do Estudante, o programa da Unidade de Urbanologia é descrito como,

“Estudos analíticos de cidades da antiguidade clássica e medieval / Estudos analíticos de cidade criadas contemporaneamente.”¹⁶⁰

Para iniciar uma análise mais detalhada desta unidade nuclear no âmbito da presente investigação, breve nota para um dos trabalhos mais impressionantes desta época, por assim dizer, pertencente ao aluno Sérgio Fernández. Com o seu trabalho pode-se constatar de imediato que a unidade de Urbanologia era essencialmente prática, concentrada em entregas gráficas, onde o aluno “redesenhava” praças – plantas, cortes ou perspectivas – e pensava o espaço através do desenho. Este era o principal momento do exercício, com complementos escritos sendo raros ou nenhuns. O aluno Sérgio Fernández elaborou uma entrega final que consiste em dois painéis de grande dimensão, onde desenha plantas e perspectivas da Praça Teófilo Braga, aparentemente recorrendo a uma técnica de pirografia¹⁶¹

¹⁶⁰ MESQUITA, Raquel *“Aspetos do Contexto ambiental e social na prática e formação arquitetónica”* Dissertação de Mestrado, Porto 2023, pág. a13

¹⁶¹ FERNÁNDEZ, Sérgio – *“A Praça Teófilo Braga, plantas e cortes”*, Entrega de Urbanologia, 1960 / 1961, Arquivo FAUP, Porto

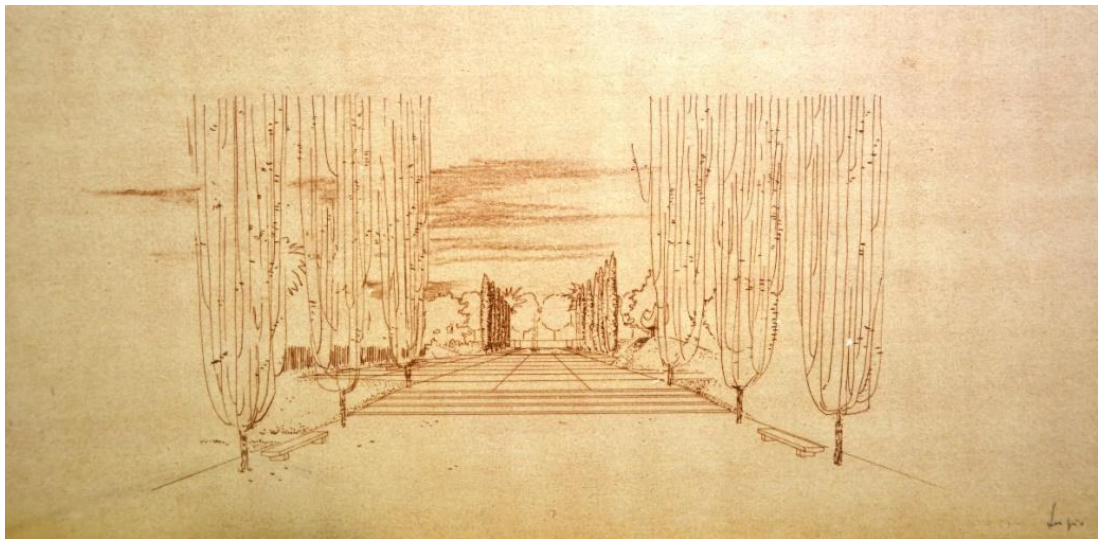


Figura 44 - Perspetiva da Praça Teófilo Braga - Sérgio Fernández, 1961

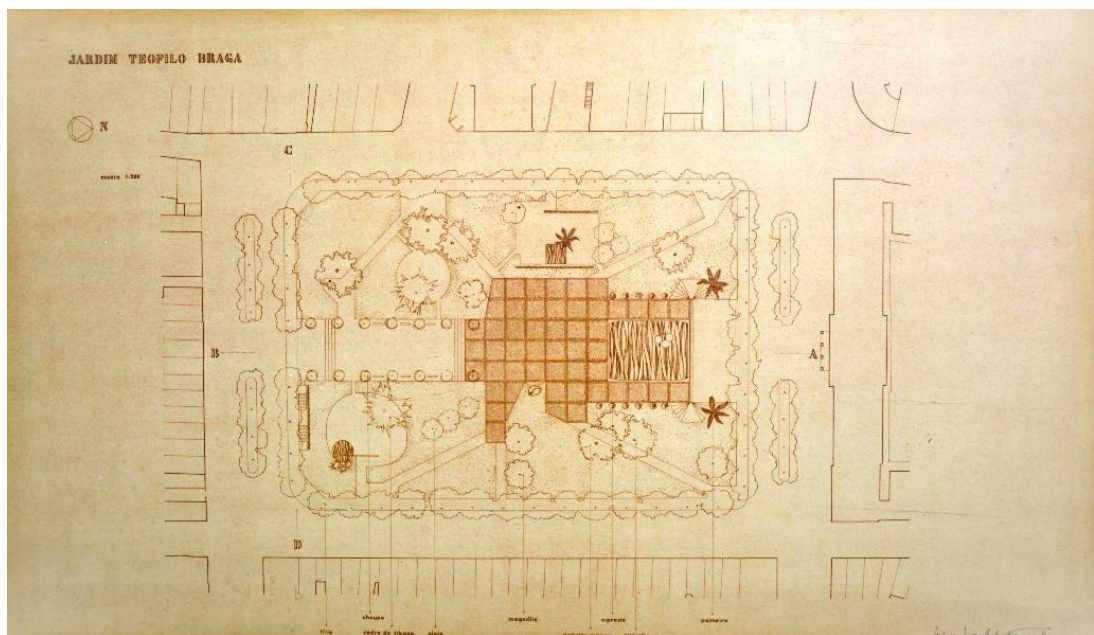


Figura 45 – Planta da Praça Teófilo Braga - Sérgio Fernández, 1961

A Unidade Curricular de Urbanologia parece focada em constituir uma primeira abordagem dos alunos de Arquitetura à realidade do pensamento em Urbanismo. Usualmente a entrega nesta Unidade era composta por uma pasta com uma série de A4 onde os alunos desenhavam praças e centros urbanos notáveis do panorama internacional. Tratava-se de uma entrega essencialmente gráfica, e os desenhos eram, na maioria dos casos, “à mão levantada” e pareciam ser feitos por decalque, mas a referência bibliográfica original a que os alunos recorriam nunca é mencionada em nenhum momento da entrega.

De forma geral, Urbanologia era uma Unidade Curricular focada em urbanismo, desenho e história, em muito semelhante ao que será a atual Unidade de História 1 no Plano de Estudos Atual.

Para além disto, era também relativamente comum existir uma componente escrita, com uma breve introdução a cada um dos “casos de estudo” que o aluno propõe, contudo, parece opcional.

À direita é exposto um segmento do trabalho do aluno Joaquim Moita Fazenda, que bem ilustra o espírito do exercício desta Unidade Curricular¹⁶².

Para além disto, alguns trabalhos / alunos tinham preferência pelo território nacional, e nesses casos, usualmente focavam-se em um objeto de estudo específico – uma praça, ou uma região (freguesia / concelho), ou um monumento organizador do seu espaço público envolvente - que era documentado de forma mais exaustiva. Nestes casos, era comum o recurso fotográfico substituir as peças desenhadas, e constituir a totalidade da parte gráfica da investigação.

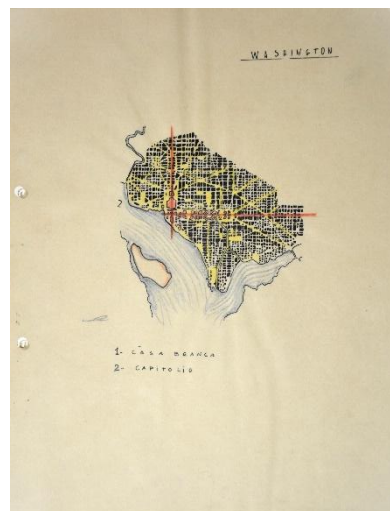


Figura 46 - Planta de Washington (1 - Casa Branca, 2 - Capitólio), desenho à mão levantada

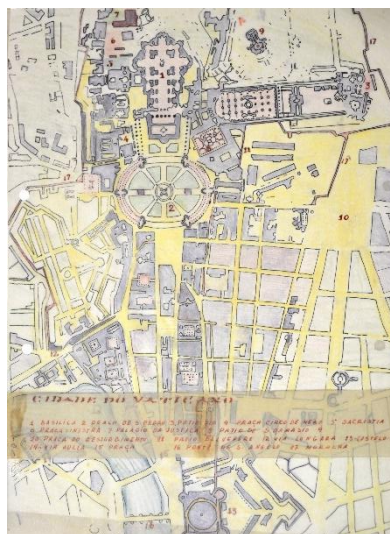


Figura 47 - Planta do Vaticano, desenho à mão levantada

¹⁶² FAZENDA, Joaquim “Plantas de Urbanologia” Entrega de Urbanologia, 1962 / 1963, Arquivo FAUP, Porto

A título ilustrativo, é apresentado à direita o trabalho do aluno Alberto Manuel Santos Mesquita, que escolheu a cidade da Figueira da Foz como objeto de estudo, que é aqui documentada em várias dimensões através de registo fotográfico¹⁶³.

Nota ainda para o trabalho do aluno Camilo Cortesão, sobre a vila de Valongo, submetido no final da década da 70, ainda que em data incerta. A sua pertinência nesta sequência deve-se muito ao facto de incluir um preâmbulo escrito pelo aluno, onde este elabora uma serie de ilações que nos permite traçar o perfil desta Unidade Curricular com clareza,

“A conceção e a prática desta cadeira de Urbanologia parte de dois pressupostos básicos, axiomáticos, e que são, mistificadores:

- *A urbanização, o planeamento, o ordenamento são necessário e uteis para prevenir, combater (e remediar) o domínio da livre iniciativa particular que procura a maximização do lucro, lesando com isso, em certa medida, os legítimos interesses da comunidade, da população, que não possui o controlo sobre o processo;*
- *Cabe aos urbanistas – urbanólogos estudar, cientificar (Urbanologia) esse processo e forjar as técnicas (Urbanismo) que permitirão à comunidade, da forma mais eficiente, dominar e planear o processo.*

O que se passa na realidade?”¹⁶⁴



Figura 48 - Fotografias da Foz "Aspetos do Aglomerado Urbano" - Alberto Mesquita, 1965

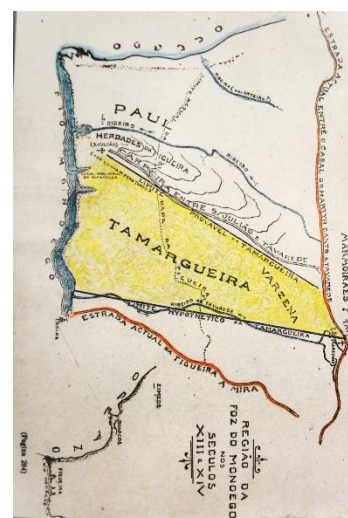


Figura 49 – “Região da Foz do Mondego nos séculos XVIII e XIV” Alberto Mesquita, 1965

¹⁶³ MESQUITA, Alberto – “Figueira da Foz, Portugal”, Entrega de Urbanologia, 1964 / 1965, Arquivo FAUP, Porto, pág, a16

¹⁶⁴ CORTESÃO, Camilo “Plano Geral de Urbanização para a Vila de Valongo”, Arquivo FAUP, Porto 1972, pág 1

Pelo início da década de 70 é introduzida a Unidade Curricular de Economia Urbana, que, juntamente com Urbanologia, vem assumir protagonismo no que toca a ensino em urbanismo no Plano Curricular.

Curiosamente, os exercícios desta Unidade Curricular consistiam sobretudo de estudos, essencialmente escritos, da viabilidade económica de intervenções urbanas, com uma forte componente relacionada com cálculos estruturais, muito semelhante à atual Unidade de Estruturas.

A entrega era maioritariamente de peças escritas, acompanhada de uma série de folhas de cálculo, inteiramente redigidas à mão.

A título ilustrativo, expõe-se à direita o trabalho da aluna Maria Pérez, que se revela exemplar pelo rigor e pelo cuidado. Curiosamente, segundo aquilo que se pode deduzir através do Arquivo FAUP, foi também a primeira aluna inscrita nesta Unidade Curricular¹⁶⁵.

Posto isto, é no ano de 1984 / 1985 que se regista a primeira publicação Guia do Estudante consultável. Agora, é possível consultar diretamente o Plano de Estudos, que se revela - por comparação ao observado nas Exposições Magnas - mais maturo e bem definido, com um maior volume de unidades curriculares.

Nas primeiras edições do Guia do Estudante, foi publicado um preâmbulo à unidade Curricular de Urbanologia, que a descreve da seguinte forma,

“Ao dominar certos instrumentos de análise, o arquiteto poderá melhor compreender os mecanismos económicos que regulam a encomenda social [...] vai agora aprofundar o estudo de algumas leis reguladoras da atividade económica, particularmente as que lhe permitam determinar o custo de oportunidade de cada solução que pretenda, e as que lhe explicitem os fenómenos de valorização de locais, edifícios ou mesmo unidades simbólicas.”¹⁶⁶

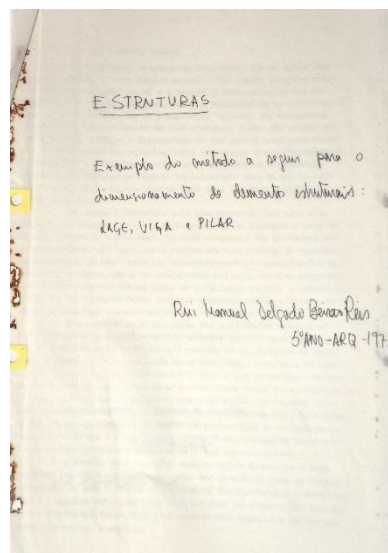


Figura 50 - "Estruturas" Entrega de Economia Urbana, aluna Maria Bobo 1973

¹⁶⁵ BOBO, Maria – “Armadura Urbana”, “, Entrega de Urbanologia, 1972 / 1973, Arquivo FAUP, Porto

¹⁶⁶ BRÁS, Rui – “Guia do Estudante: Economia Urbana, Objetivos e Métodos”, FAUP, Porto, pág. 62

Nota ainda para o facto de que no ano de 1986 / 1987 esta unidade passa a ser lecionada por Nuno Portas, que atualiza a sua descrição / introdução no Guia do Estudante na edição do mesmo ano, que passa a incluir uma lista extensa de objetivos programáticos. A título ilustrativo, destacam-se,

*“Da formação da Urbanística moderna, do “deixar fazer” à institucionalização do “plano”; Da batalha legal pelo controlo administrativo do crescimento urbano; Da regularização ao desenho da Carta de Atenas; Da concentração metropolitana aos espaços atrasados; Da batalha económica pelo desenvolvimento regional”*¹⁶⁷

Outra característica marcante da estrutura curricular nesta fase era a exigência do trabalho em equipa, distribuído por grupos e que, posteriormente, se ramificavam numa multiplicidade de respostas individuais sobre a base do grupo. Esta lógica de organização pedagógica tornou-se, mais tarde, a matriz do 5º ano letivo, como hoje o conhecemos. Tal é depoimento do Professor Rui Mealha,

“Na minha época, o hábito de trabalho em equipa, e a própria organização desde pesquisas a trabalho de campo, fosse em equipa ou individual, era claríssima.”

*“Tanto nas unidades práticas como teóricas, fazíamos trabalhos em grupo, e depois componentes individuais, enfim, muito como é o 5º ano neste momento [...]”*¹⁶⁸

Outra característica digna de nota da natureza do método de ensino é que parece ter o trabalho de campo e a aprendizagem prática como uma das suas plataformas fundamentais, tendo sido nesta

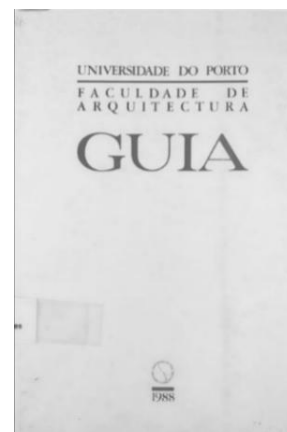


Figura 51 – “Faculdade de Arquitetura, Guia do Estudante” Arquivo FAUP, Porto 1988



Figura 52 – “Faculdade de Arquitetura, Guia do Estudante” Arquivo FAUP, Porto 1990

¹⁶⁷ MESQUITA, Alberto – “Figueira da Foz, Portugal”, Entrega de Urbanologia, 1964 / 1965, Arquivo FAUP, Porto, pág. a17

¹⁶⁸ MEALHA, Rui – Entrevista conduzida por Gonçalo Furtado, 30 de abril 2022

época muito frequente os alunos fazerem viagens acompanhados pelos professores como parte da atividade pedagógica. Como descrito pelo Professor Rui Mealha,

“O ambiente era fantástico, éramos poucos [alunos] e fazíamos uma série de várias viagens por ano, a maior parte delas curtas – íamos a Lisboa, Évora, Tomar, etc. – e passados alguns anos repetíamos as mesmas viagens para ver coisas diferentes, porque as viagens eram de curta duração, então retornávamos sempre para conseguir ver tudo.”¹⁶⁹

Pelos primeiros anos da sua publicação, o Plano de Estudos manteve-se bastante intocado, sem nenhuma alteração digna de nota, excetuando apenas a inauguração do Conselho Científico da Faculdade de Arquitetura, anunciada na edição de 1985 / 1986¹⁷⁰.

Conteúdo, ainda no mesmo ano, e mantendo o foco na área disciplinar do urbanismo, verifica-se a alteração da unidade curricular de 3º ano de Urbanística para Urbanologia, o que, na prática, significa um foco maior no universo prático do que teórico do urbanismo. Também no 4º ano é descontinuada a unidade de Introdução à Sociologia (bem como algumas outras, aqui suprimidas por não pertencerem ao campo do urbanismo), e substituída pelas unidades de Ciências da Construção e Estabilidade e Estruturas 2, mais uma vez revelando interesse maior no campo prático do que teórico.

Na edição de 1988 é possível perceber que existiu uma reformulação extensiva ao Plano de Estudos, que afetou todos os anos letivos do curso, bem como algumas alterações no corpo docente. Como referido na edição de 1988 / 1989 do Guia do Estudante,

“A presente proposta de alteração ao plano de Estudos da FAUP visa não apenas corrigir deficiências de estrutura pedagógica, já detetadas nos primeiros anos de vigência, mas, sobretudo responder de forma explícita a necessidades de formação do arquiteto sobre as quais se verifica agora maior consenso.”¹⁷¹

¹⁶⁹ MEALHA, Rui – Entrevista conduzida por Gonçalo Furtado, 30 de abril 2022

¹⁷⁰ FAUP “Guia de estudante: 1985-1986 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto”, Porto 1985, pág. 21

¹⁷¹ FAUP “Guia de estudante: 1988-1989 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto”, Porto 1988, pág. 27

A título de curiosidade, fazer nota para o facto de que nestas primeiras décadas de evolução e maturação da Escola, o ambiente estudantil e a relação alunos / professores era dotada de uma certa informalidade e proximidade,

“[...] sim, dirigíamo-nos ao Fernando Távora por “arquiteto”, ou aquela maneira mais simpática que era pelo último nome: “o Távora pode explicar-me isto por favor?” e o Távora também tratava os seus outros colegas arquitetos dessa forma: Enfim, havia muito um ambiente de confraternidade, e um ambiente muito aberto...”¹⁷²

Constata-se na próxima edição do Guia do Estudante algumas alterações na evolução do Plano de Estudos em 1992 / 1993, onde se regista uma leve reestruturação de algumas unidades curriculares em todos os anos letivos. No entanto, é excluída a unidade curricular de “Renovação Urbana”, contribuindo para uma redução das unidades no campo do urbanismo. De qualquer forma, é pertinente referir que se regista um aumento da importância de unidades focadas em desenho assistido por computador.

Isto revela, neste ano letivo, o início de uma tendência na Faculdade pela modernização e adaptação aos novos meios / suportes tecnológicos.¹⁷³ Tal é a necessidade de lidar com a crescente complexidade da escala, quando o urbanismo ganha algum protagonismo no espaço do Plano Curricular. Apesar de neste período não se verificar quase nenhuma alteração significativa às Unidades de urbanismo, estes documentos incluíam breve nota introdutória às Unidades Curriculares, pelo que era possível, pela primeira vez, compreender o seu conteúdo, e entender melhor do que se tratavam exatamente estas disciplinas de estudo, para além dos seus títulos. Nota em particular para a Unidade Curricular de Urbanística 1, até aqui sempre muito presente no Plano, lecionada por Nuno Portas, e que, como podemos perceber agora, constituía a introdução ao rizoma do pensamento sobre a cidade, como referido por Rui Mealha,

“A disciplina de Urbanística 1, constitui a primeira oportunidade de abordagem teórica das atividades de planeamento e intervenção sobre os sistemas urbanos ou territoriais, visando orientar as suas formas de evolução”¹⁷⁴

¹⁷² MEALHA, Rui – Entrevista pessoal conduzida por Gonçalo Furtado, 30 de abril 2022

¹⁷³ FAUP “Guia de estudante: 1992-1993 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto”, Porto 1992, pág. 19

¹⁷⁴ PORTAS, Nuno “Guia do Estudante”, Arquivo Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1988, pág. 72

Ou ainda, a unidade de Geografia Urbana, lecionada pelo Professor Manuel Fernandes Sá, que será objeto de análise mais à frente, a pretexto do seu PU para a CMP. Como referido por Manuel Sá

“O programa visa o estudo das características mecanismos e dinâmica do espaço urbano, feito através da apresentação crítica das principais teorias e modelos que identificam os processos geradores de localizações, distribuições e padrões espaciais num determinado contexto cultural e orientados para o fenómeno cidade.”¹⁷⁵

Nos anos seguintes não existiu nenhuma alteração muito impactante, excetuando apenas o processo de Bolonha em 1999 / 2000. Em suma, durante os cerca de 20 anos em que vigoraram o Guia do Estudante, as alterações ao Plano de estudo foram muito poucas, o que provavelmente explica o motivo pelo qual a sua frequência de publicação era tão errática. No entanto, fica a sua relevância como fonte referencial que nos permite agora compreender - como fizemos no anterior capítulo com recurso aos CODAS - o conteúdo das unidades lecionadas, e pela primeira vez documentar o universo de pensamento sobre a cidade na esfera académica da Escola do Porto.

3 – Período Contemporâneo e a cidade pós-industrial

Chegamos agora à última etapa dos períodos compreendidos para esta investigação, a que podemos genericamente chamar de “contemporâneo”. Para este último enquadramento, foi tomado por referência o seminal autor Fredric Jameson (1934). Pelo seu estudo dos mecanismos – como economia, cultura, tecnologia ou política – que conformam um preâmbulo do que viram a ser as cidades globais, e a relação entre meios de produção e o clima sociológico das “metrópoles”.

Como nota biográfica, podemos adiantar que: natural de Cleveland, Ohio, Jameson graduou-se em Haverford College em 1954, e de imediato viajou para a Europa. Aí estudou em Aix-en-Provence, Munique e Berlim, onde teve a contacto com os temas *avant-garde* do campo da sociologia que viriam a assumir protagonismo na sua carreira focada na cultura europeia. No ano seguinte voltou à América para obter o seu doutoramento pela faculdade de Yale em Connecticut. É atualmente professor de Literatura Comparativa e Estudos Românticos em Duke University, Carolina do



Figura 53 – Fredric Jameson, (1934) Porto Editora. [consult. 2024-09-09] Disponível em [https://www.infope-dia.pt/\\$fredric-jameson](https://www.infope-dia.pt/$fredric-jameson)

¹⁷⁵ SÁ, Manuel “Guia do Estudante”, Arquivo Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1989, pág. 63

Norte, e diretor do Centro de Teoria Crítica, na mesma instituição, onde leciona desde 1985¹⁷⁶. Jameson é frequentemente tido como um dos principais críticos culturais contemporâneos.

Posto isto, destaca-se o seu estudo e análise de fenómenos contemporâneos como economia, capitalismo e pós-modernismo, ou *“a relação entre formulações sociais e formas culturais”* como apontado pelo comité de premiação em 2008, aquando da atribuição do Holberg International Memorial Prize ao autor pelo trabalho que marcou a sua carreira¹⁷⁷. Entre algumas das suas obras mais influentes destacam-se: *“Marxism and Form”* de 1971, *“The Political Unconscious”* de 1981, e claro *“Post-Modernism or The Cultural Logic of Late Capitalism”* de 1991.

A pertinência deste autor para a presente Dissertação é em tudo relacionada com o seu extenso estudo sobre forma como determinados mecanismos de organização social agem como catalisadores urbanos. Mecanismos como economia e cultura são vetores responsáveis pelo surgir do modelo de metrópole. Particularmente no final do último século devido a sucessivos avanços tecnológicos e industriais que possibilitaram transformações explosivas nos espaços urbanos¹⁷⁸, e consequentemente, no seu clima económico.

O processo de metamorfose das áreas urbanas em função da sua economia é objeto de estudo de Fredric Jameson, apoiando-se nos estudos de Ernest Mandel, que categoriza a economia global desde o século XIX em 3 grandes etapas, associadas a 3 grandes momentos do progresso tecnológico:

1 – O Realismo - Produção industrial de motores a vapor (séc. XIX)

Corresponde a uma fase de produção limitada pelas fronteiras nacionais de cada país

2 -O Modernismo - Produção de eletricidade e combustão (final do séc. XIX)

Corresponde a uma fase de alargamento dos limites da expansão da produção de cada país para além das suas fronteiras e expansão internacional.

3 – O Pós-Modernismo - Produção de eletrónicos e energia nuclear (início do século XX) Fase atual de “capitalismo tardio” em que fronteiras não representam limites à expansão económica. ¹⁷⁹

¹⁷⁶ OXFORD REFERENCE – *Overview: Fredric Jameson b.1934* [consult. 27/06/2021]. Disponível: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100017903>

¹⁷⁷ OXFORD BIBLIOGRAPHIES – *Fredric Jameson* [consult. 27/06/2021]. Disponível: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780190221911/obo-9780190221911-0011.xml>

¹⁷⁸ FREDRIC, Jameson – *“Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism”*, Ed. Duke University Press, Carolina do Norte, 1991, pág.77

¹⁷⁹ FREDRIC, Jameson – *“Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism”*, , Ed. Duke University Press, Carolina do Norte, 1991, pág.78

Em suma, podemos dizer que o **progresso tecnológico dos meios de produção dissolve fronteiras na expansão económica global**. A economia torna-se menos uma malha de ecossistemas individuais e mais uma rede global que interliga diversos locais. Cedric Price sugere no famoso esquema “*city as an egg*” que um movimento de expansão seria o grande fenómeno caracterizante das cidades no séc. XX e em diante. Price utiliza a metáfora visual para ilustrar o extinguir dos centros urbanos compactos, em função da homogeneização do território urbanizado, que expande extramuros¹⁸⁰.

Como veremos à frente, também outros sociólogos, como Castells, defendem que o futuro das cidades passa pela descentralização potenciada por novo paradigma tecnológico e de produção que alimenta os aglomerados urbanos a partir do séc. XXI e que é responsável pelo **densificar das regiões periféricas**¹⁸¹.

Vários autores preveem este êxodo que, segundo Jameson, é propiciado pelo dissolver das fronteiras que ocorre organicamente no clima consumista que caracteriza o pós-moderno.

Defende ainda que existe relação direta entre o estado cultural nacional e sua situação político-económica.

O autor sugere o Pós-Modernismo como um movimento cultural que estabelece vínculo com a situação económica global¹⁸². Introduce o conceito de *depthlessness* como uma característica que associa ao pós-modernismo de uma certa “superficialidade”¹⁸³.

O autor sugere que a **condição pós-modernista** está vinculada à **sociedade de consumo**. A velocidade de produção, a cultura de massas, e a facilidade no acesso a bens, serviços e cultura são, de alguma forma, fatores que banalizam as suas produções.

Ao transpor estas ilações [depthlessness] para o panorama do urbanismo contemporâneo, Jameson pretende ilustrar um distanciamento emocional / pessoal que o habitante cria em relação à sua envolvente quando esta se revela genérica, desprovida de conteúdo ou identidade, ao que o autor chama *death of the subject*. Georg Simmel defendeu que o espaço urbano acelerado, sufocante, e hyper

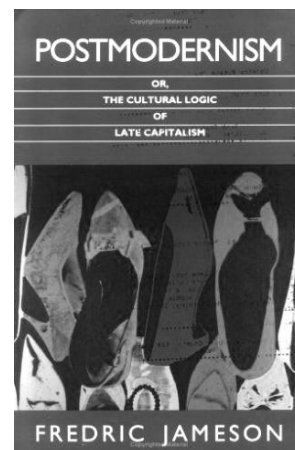


Figura 54 – FREDRIC, Jameson “Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism”, Ed. Duke University Press, Carolina do Norte, 1991

¹⁸⁰ THE CITY AS AN EGG – Cedric Price Propositions [Consult. 14/10/2921. Disponível: <https://www.cca.qc.ca/en/search/details/collection/object/420807>

¹⁸¹ CASTELLS, Manuel – “The Network Society”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996, pág. 64

¹⁸² MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida – “Arquitetura e Política: Ensaios para Mundos Alternativos”, Ed. Gustavo Gili, 2014, pág. 40

¹⁸³ FREDRIC, Jameson – “Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism”, Ed. Duke University Press, Carolina do Norte, 1991, pág.78

¹⁸³ THE CITY AS AN EGG – Cedric Price Propositions [Consult. 14/10/2921. Disponível: <https://www.cca.qc.ca/en/search/details/collection/object/420807>

funcional degrada a qualidade de vida do habitante. Introduce uma noção semelhante à anterior: *blasé*, estado psicológico de distanciamento em relação à realidade envolvente padronizante e mecânica¹⁸⁴.

Jameson estabelece um paralelo entre esta noção e o espírito de produção artística pós-moderna: desprovida de conteúdo para além do visível e óbvio.

De forma geral, a obra é estruturada em 2 partes principais: ¹⁸⁵

1. *Relação entre o pós-modernismo e o capitalismo tardio (definir como o ambiente económico é um fio condutor das transformações sociais e culturais ao longo do último século e meio, e como os movimentos referidos são, desta forma, consequência das suas circunstâncias económicas)*
2. *Relação/efeito deste ambiente (cultural/económico/social) no sujeito individual (ou seja, como a forma de habitar é definida pelas circunstâncias e condicionantes do ambiente cultural)*

Jameson define o pós-moderno como reflexo do ser humano no seu tempo: desprovido de profundidade, superficial e consumista. Nas palavras do autor David Fincher:

"We are by-products of a lifestyle obsession." ¹⁸⁶

O autor menciona shoppings como o pináculo do *depthlessness* ou *pastiche* pós-modernista no seu contexto. Refere o exemplo do Hotel Westin Bonaventure, em Los Angeles, e nota como o edificado não aspira enquadrar-se na sua envolvente, mas pelo contrário, tenta sobrepor-se, anulá-la, substituí-la. Jameson compara esta intenção à economia liberal: ambos tentam introduzir um novo elemento de choque que rompe com a norma, e criar um precedente. O autor aponta vicissitudes características do pós-modernismo, mas aponta-o também como fruto inevitável da situação económica global, assim, sugere um olhar crítico, mas não julgativo, ciente dos seus aspetos negativos, mas não esquecendo a sua inevitabilidade, e vendo o positivo e negativo simultaneamente, sublinhado a importância do censo crítico na análise ao pós-moderno.

Após esta análise sucinta dos ideais fundamentais do trabalho de Jameson, tenho âmbito do presente estudo, importa reter a crítica à cultura pós-moderna, nomeadamente o tópico da **comercialização da cultura** e da identidade, que, no plano do urbanismo, é refletida de forma clara com o fenómeno da gentrificação, que produz espaços genéricos e sem identidade, ou como descreve Marc Augé, uma realidade produtora de *não-lugares*. Nas palavras de Marc Augé,

¹⁸⁴ SIMMEL, Georg – *"Metrópole e Vida Mental"*, Ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967, pág.27

¹⁸⁵ FREDRIC, Jameson – *"Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism"*, Ed. Duke University Press, Carolina do Norte, 1991, pág.79

¹⁸⁶ FINCHER, David – *"Fight Club"*, filme de 1999, produzido por Art Linson

“Se um lugar pode definir-se como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”¹⁸⁷.

Isto é, uma identidade urbana que se traduz numa espécie de cultura “fast food”, uma experiência turística e cultural de consumo rápido, genérica e adaptada para a sua própria comercialização¹⁸⁸.

O espaço urbano é um universo rizomático¹⁸⁹ e que se vai adaptando às novas realidades que contêm e que quotidianamente se confrontam, num sistema de engrenagens complexo.

3.1– Urbanismo em Portugal

Após enquadramento geral do pensamento sobre a cidade como foco no final do século XX e início de XXI, prossegue-se com a análise dos casos de estudos que ilustram a realidade da prática e pensamento urbano em Portugal no período aqui denominado “contemporâneo”, aproximando-nos agora da etapa final desta investigação. Com isto, de acordo com o modelo seguido até aqui, passamos à análise e reflexão de uma sequência de casos notáveis de estudo.

Plano para o Campus Universitário de Aveiro– Nuno Portas,

O caso de estudo selecionado para inaugurar a última etapa do nosso estudo é o Campus da Universidade de Aveiro, por se tratar de um caso onde a retórica espacial é posta em evidência por Nuno Portas, constituindo lição exemplar de pensamento urbano.

Fundada em 1973, a Universidade de Aveiro nasceu ainda sobre o antigo regime para dar resposta a uma antiga visão: criar um campus académico organizado e inserido na malha urbana, estimulando Aveiro enquanto cidade multinuclear e académica, atrativa para os jovens. Assim consolidando-a como pólo de educação e cultura nacional, desenhado como uma cidade universitária, para que tal fosse peça central na composição do urbanismo em Aveiro.

¹⁸⁷ AUGÉ, Marc – *“Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade”*, Ed. Papyrus, Paris, 1994, pág. 21

¹⁸⁸ RITZER, George – *The McDonaldization of Society*, 6ª Edição, Editorial Sage Publications, 2011

¹⁸⁹ MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida – *“Arquitetura e Política: Ensaio para Mundos Alternativos”*, Ed. Gustavo Gili, 2014, pág. 40

Desde cedo foi criado um PU que se focaria no projeto do Campus e instituições integrantes, pensado de forma a prever a matriz de crescimento para a Universidade nas décadas vindouras. Este plano chamar-se-ia de PGUAZ¹⁹⁰ (Plano Geral da Universidade de Aveiro – Zoneamento), que inclusivamente, veio a ser integrado no Plano de Urbanismo de Aveiro, em 1979¹⁹¹. Dada a expansão demográfica nas camadas mais jovens que se observou nesta época, bem como um maior acesso ao ensino superior que se regista pós 1975, a Universidade de Aveiro necessitava de dar resposta a um corpo estudantil em expansão.

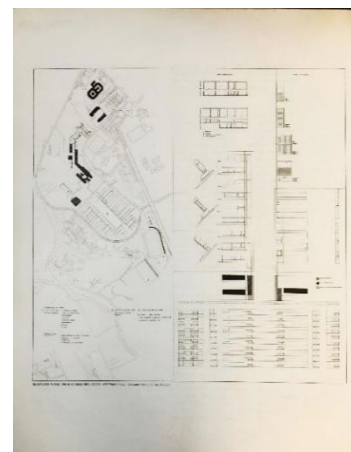


Figura 55 - PORTAS, Nuno – “A Cidade como Arquitetura” Ed. Livros Horizonte, Aveiro 2011

É neste contexto que Nuno Portas, enquanto coordenador da consultadoria urbanística do CEFA (Centros de Estudos da Faculdade de Arquitetura), é eleito para coordenar a Revisão do Plano Geral da Universidade de Aveiro (RPGUA), desenvolvido entre a década de 80 e 90.

Originalmente desenhado numa **lógica de megaestrutura**¹⁹², sendo esta ideal para um programa flexível, permitindo grande reconfiguração do interior de acordo com a necessidade. Contudo, este projeto não foi realizado na íntegra: apenas ¼ foram de facto edificadas¹⁹³. A megaestrutura é abandonada e substituída por uma estratégia mais atual.

Assim, foram definidas três grandes funções: uma zona desportiva a sudeste; uma zona de residência estudantil a nordeste; e uma zona central - que é estudada por Portas com maior enfoque - de propósitos administrativos. Também foi prevista uma estratégia de vias circundantes a estas zonas, que partem de uma área central ajardinada (prevista no PGUAZ), constituídas por alamedas, e desaguando nas vias circundantes ao Campus. O desenho destas vias foi o primeiro elemento a ser definido no Plano como elemento-chave da intervenção e a implantação dos lotes circundantes que as definem (mencionados acima) são fruto dos inter-espacos destas vias, tudo isto numa estratégia de planeamento que prioriza o espaço público, reflexo das convicções de, por exemplo, Távora em relação ao espaço público como eixo unificante da cidade¹⁹⁴.

¹⁹⁰ PORTAS, Nuno; JORGE, Arroetea; TOUSSANT, Michel – “Universidade de Aveiro: Arquitetura e Urbanismo” Ed. White & Blue, Aveiro 2000 pág. 179

¹⁹¹ PORTAS, Nuno; JORGE, Arroetea; TOUSSANT, Michel – “Universidade de Aveiro: Arquitetura e Urbanismo” Ed. White & Blue, Aveiro 2000 pág. 180

¹⁹² PORTAS, Nuno – “Arquitetura(s) – História e Crítica, Ensino e Profissão”, Ed. CEA / FAUP, Porto 2005

¹⁹³ PORTAS, Nuno; JORGE, Arroetea; TOUSSANT, Michel – “Universidade de Aveiro: Arquitetura e Urbanismo” Ed. White & Blue, Aveiro 2000 pág. 180

¹⁹⁴ PORTAS, Nuno – “A Cidade como Arquitetura”, Ed. Livros Horizonte, Aveiro 2011 pág. 137

Para a praça central já mencionada, o RPGUA sugere intervenções pontuais: claraboias que iluminariam o piso exterior, e a instalação de mobiliário urbano fixo. Esta praça é o epicentro do conjunto, abrindo-se para a larga alameda que constitui uma espécie de coluna dorsal, articulando os edifícios e departamentos com ritmo firme e regrado, que suscitam um jogo harmonioso de luz e sombra, num plano uníssono e disciplinado, onde é introduzida variedade, não apenas pelos seus momentos excecionais – como a praça ou o teatro aberto – mas também através do próprio edificado, que, inserindo-se nos lotes pré-determinados pelo RPGUA, é realizado por diferentes arquitetos convidados¹⁹⁵.



Figura 56 - Fotografia aérea da configuração atual da Universidade de Aveiro, visível a alameda central, a praça central, os volumes perpendiculares à alameda e a biblioteca, Fonte: Google Earth 2022

É realizado projeto para a biblioteca, prevista no PGUAZ mas ainda não construída à data do RPGUA, Portas aproveita a oportunidade e redesenha essa área. Sugere um núcleo com uma livraria e sala de exposições, ambos ao nível do Campos, na cobertura; ao nível da praça central uma estrutura de bancada, que seria utilizada como um teatro académico ao ar livre.

Para além disto, surge um conjunto de edifícios perpendiculares à alameda e que a ladeiam, todos com cerca de três pisos de altura, e entre 18 e os 20 metros de largura¹⁹⁶. Ainda algumas estruturas pontuais, previstas pelo arquiteto Álvaro Siza: uma Biblioteca e uma Torre de Água a noroeste da alameda principal referida.

O Campus de Aveiro ia-se “preenchendo” de forma faseada, que ia avançando mediante necessidade¹⁹⁷. Foram desenhados primeiramente os espaços públicos, para que o desenho de implantação do edificado pudesse ser flexibilizado consoante necessidade.

Esta metodologia já tinha sido referida por Portas antes como possível solução para lidar com a incerteza do crescimento do edificado espontâneo na cidade, desenhando primeiro o “projeto de chão”¹⁹⁸ (espaços públicos) que por sua vez definiria o loteamento, de forma a permitir um crescimento urbano flexível e adaptar implantações conforme necessário¹⁹⁹. É por este motivo que o

¹⁹⁵ PORTAS, Nuno; JORGE, Arrotea; TOUSSANT, Michel – “Universidade de Aveiro: Arquitetura e Urbanismo” pág. 192, Ed. White & Blue, 2000 pág. 192

¹⁹⁶ PORTAS, Nuno; JORGE, Arrotea; TOUSSANT, Michel – “Universidade de Aveiro: Arquitetura e Urbanismo”, Ed. White & Blue, 2000 pág. 192

¹⁹⁷ PORTAS, Nuno – “Arquitetura(s) – História e Crítica, Ensino e Profissão”, Ed. CEA / FAUP, Porto 2005 pág.80

¹⁹⁸ PORTAS, Nuno – “A Cidade como Arquitetura”, Ed. Livros Horizonte, Aveiro 2011 pág. 137

¹⁹⁹ PORTAS, Nuno – “A Cidade como Arquitetura”, Ed. Livros Horizonte, Aveiro 2011 pág. 138

Campus de Aveiro se configura em torno de um eixo principal vasto e ajardinado, e de uma ampla praça unificante²⁰⁰.

Acontece que um dos princípios fundamentais para a organização do Campus era o da **comunicação interdepartamental**, a fim de promover o **ensino multidisciplinar**, através de um plano urbano focado na comunicação fluente entre todos os agentes²⁰¹.

Atendendo agora ao final dos anos 80, interessa referir o caso de **Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães**, do arquiteto Fernando Távora. Selecionado por ilustrar a questão da intervenção urbana sobre património nacional, e por se tratar de um exercício singelo, complexo e exigente.

Assim, é em março de 1985 que é formado o Gabinete Técnico Local de Guimarães, que se encarregaria de diversas intervenções estruturais e infraestruturais que a cidade carecia. No âmbito do GTL, o arquiteto Távora forma um gabinete especializado na reabilitação do centro histórico, o qual sofria de vários problemas já identificados, como guetização e insalubridade infraestrutural. Nas palavras de Álvaro Domingues,

“Há uma opinião positiva muito consensual à volta do GTL de Guimarães, ao contrário do que acontece noutras cidades [...] Houve um respeito pela forma como as políticas se adequaram a quem vivia no centro histórico.”²⁰²



Figura 57 - Centro Histórico de Guimarães, img. pub. no Jornal Público, consult. nota de rodapé

De facto, a solução de Távora consistiu num reordenar não invasivo do centro da cidade, reabilitando vários equipamentos e propriedades privadas, mantendo a linguagem e materialidades típicas - como granito e taipa - técnicas construtivas tradicionais, e mão de obra local.

Também um aprimorar dos espaços públicos existentes, que se tornam mais propícios ao comércio e se revestem de esplanadas.

No entanto, a proposta de Távora, não se limitava a reconstruir ou reabilitar a tradição, almejava também projetar um novo centro, expansivo e pronto para comportar as transformações sociais que abeiravam.

²⁰⁰ PORTAS, Nuno; JORGE, Arrotea; TOUSSANT, Michel – “Universidade de Aveiro: Arquitetura e Urbanismo”, Ed. White & Blue, 2004 pág. 192

²⁰¹ PORTAS, Nuno – “Arquitetura(s) – História e Crítica, Ensino e Profissão”, Ed. FAUP CEA /, Porto 2005 pág.80

²⁰² DOMINGUES, Álvaro “Daqui nasceu a Guimarães Contemporânea Reabilitação”, entrevista ao Jornal Público, Porto 2010

Observando em maior detalhe este PU, constata-se que previa uma expansão em quatro frentes, que iria conectar o centro de Guimarães com alguns dispositivos até então mais distantes, destacam-se: a Universidade do Minho, e as vias EN 206 e EN 105, bem como a autoestrada A7. Note-se o desejo de aproximar o centro de Guimarães às vias estruturantes nas imediações, um gesto que se pode ler como intenção de conectar Guimarães ao país, e combater uma certa isolamento.²⁰³ Nas palavras de Álvaro Domingues,



Figura 58 - Desenho de Eduardo Fernandes do Plano de 1982, elaborado a partir do PU de Távora

“Trata-se de um plano geral [...] que, preconizando as grandes linhas de uma estrutura urbana coerente, constitua, sobretudo, um plano de síntese no qual se procurou compatibilizar a unidade e a variedade, o geral e o particular, a função e o desenho, o passado e o futuro”²⁰⁴

A chegada à cidade foi ainda um dos pontos focais no plano de Távora, que planeia a *promenade architecturale* de chegada à cidade de forma poética, através da muralha, e revestida de percursos circulares.

Certo é que o PU para a cidade de Guimarães permanece hoje um exercício de contrastes poéticos, o centro é compacto e bem organizado, e reflete a procura por uma solução que conjuga o espaço existente e os vários elementos de património, com uma nova estratégia de espaços públicos e percursos que prima pela expansão de Guimarães, e uma reabilitação / reativação das suas atividades na esfera social.

No âmbito de um completo enquadramento do urbanismo em Portugal pelo final do século XX, interessa referir a **Reabilitação do Centro Histórico de Aveiro**, liderada por Fernando Távora. Muito como o caso anterior, o próximo PU em foco entra na nossa seleção por constituir um caso exemplar de reabilitação / intervenção Urbana num centro histórico, com todos os desafios que isso inclui. No entanto o que difere neste caso é facto de ser apresentado como um Plano de Pormenor sobre um outro PU que, de certa forma, atua aqui também como uma pré existência com a qual Távora coopera, interage e elabora.

²⁰³ PORTAS, Nuno – “Arquitetura(s) – História e Crítica, Ensino e Profissão”, Ed. FAUP CEA / , Porto 2005 pág.80

²⁰⁴ DOMINGUES, Álvaro “Daqui nasceu a Guimarães Contemporânea Reabilitação”, entrevista ao Jornal Publico, Porto 2010

É no ano de 1962 que Fernando Távora dá início ao projeto de reabilitação do centro Histórico da cidade de Aveiro, que se iria estender até 1967. Como referido, este PU deriva das determinações do Plano Diretor existente, da autoria do arquiteto e urbanista italiano Robert Auzelle – autor que irá ser estudado em detalhe mais à frente - que Távora respeita de forma plena, e deste modo o seu projeto de intervenção é, no fundo, um plano de pormenor. Como refere Domingos Tavares,

[o Plano Diretor de Auzelle] *“continha, na sua simplicidade, toda uma feliz e poderosa conceção do arranjo da zona centeal de Aveiro (...) provando.se assim, e mais uma vez, a necessidade e a vantagem de estudos básicos em termos de urbanismo para a definição e enquadramento de soluções arquitetónicas.”*²⁰⁵

Junto dos seus colaboradores Alberto Neves e Joaquim Sampaio, bem como engenheiro civil Bernardo Ferrão, Távora determina uma intervenção minimalista no que toca a pré-existências: ajusta apenas as cérceas do edificando existente na área central de intervenção, conservando o seu carácter histórico. Os pontos focais são o Edifício-Torre, e a requalificação da Praça da República, que de forma geral assumem protagonismo na intervenção de Távora.

O arquiteto compreende o impacto e a importância do carro no paradigma moderno de mobilidade, e com isso em vista, propõe uma simplificação do sistema pedonal, e o aumentar das vias automóveis, sobretudo no que toca ao acesso a parques de estacionamento nas proximidades do núcleo central da zona a intervir, para facilitar o acesso dos visitantes.

Contudo, Távora pretende privilegiar a experiência pedonal, e deste modo desenha vias que nunca que cruzam com os automóveis, de forma a conservar o máximo de salubridade, e desenha vias pedonais que funcionam de forma “giratória” em torno dos canais, com grande proximidade à linha de água. Ao longo destes percursos, a largura das vias vai variando, algo que o arquiteto explica ser com intenção de criar espaços de estar e de convívio para o transeunte em plena via pedonal.



Figura 59 – “Esquízo do arquiteto Fernando Távora”
Vitruvius: Arquitectos, 2008

²⁰⁵ TAVARES, Domingues “Fernando Távora em Aveiro” Ed. Dafne CEAU / FAUP, Porto 2022

Távora propõe ainda um “Edifício Municipal”, que vem dar resposta ao desejo da Camara de ter uma estrutura que concentraria em si todas as funções e serviços públicos. Esta estrutura viria a ser colocada entre a Praça da República e o canal, contrariando a visão de Auzelle de uma praça aberta em todas as direções, contudo Távora resolve esta questão desenhando o edifício vazado no piso térreo, libertando as visuais entre a praça e o canal.

Deste modo respeitando a visão original de Auzelle com espaços públicos “desafogados”, dando resposta ao pedido da Camara de uma estrutura de serviços públicos multiusos, e criando um novo e interessante dinamismo a este espaço. Nas palavras de Domingos Tavares,

*“E à horizontalidade da Região, contrapor-se-á a verticalidade do edifício-torre que ficará a marcar, com um sinal, o esforço de Aveiro na Recuperação do Centro.”*²⁰⁶

A estratégia de Távora era composta por duas frentes:

1ª – Manter a zona histórica relativamente intocada, apenas com reabilitações pontuais que consistiam em ajustes de cérceas, manteando o carácter histórico intacto.

2ª – Propor a construção do Edifício-Torre, e a requalificação da praça da República para o centro, ambos no âmbito de conferir uma nova identidade à cidade, e que se enquadraria bem com a visão de Auzelle de um Aveiro mais dinâmico e monumental.

Por fim, Távora planeia uma Torre, essencialmente destinada a comércio, colocada entre a Rua do Batalhão de Caçadores e o Cais do Cojo.

Esta estrutura é pensada de forma a ocupar uma área de implantação mínima, e assumir uma verticalidade marcada. Esta orientação iria criar um contraponto estético com a horizontalidade tão marcante da zona circundante, e pontuar a recuperação de Aveiro com um edificado *statement* de modernização, e símbolo do esforço de reabilitação urbana e social.

²⁰⁶ TAVARES, Domingues “Fernando Távora em Aveiro” Ed. Dafne CEAU / FAUP, Porto 2022

No âmbito do estudo do fenómeno da globalização e metamorfoses no modelo cultural / económico que domina as cidades globais do séc. XXI, interessa referir a **Expo 98**, em **Lisboa**. De toda a pretinência para a presente investigação por ser um momento incontornável na história do urbanismo em Portugal, mas acima de tudo, por assinalar possivelmente o momento em que o país entra na retórica pós industrial – tema que será elaborado mais a frente, nas notas conclusivas deste capítulo – agora secundarizando a produção de bens como meio de produção por excelência, e tomando consciência do turismo e das redes de informação como novo e eficaz meio de agregação de riqueza.

É deste modo que o *happening* que foi a Expo 98 vem firmar a cidade de Lisboa como uma verdadeira capital europeia em pleno auge de modernismo.

Inicialmente eleita a pretexto da comemoração dos 500 anos dos Descobrimentos, a cidade de Lisboa foi o palco da Expo, uma iniciativa de reabilitação urbana fomentada pela união Europeia.

No total, Portugal teve acesso a 319 milhões de euros provenientes do Fundo de Coesão da União Europeia e 299 milhões de euros emprestados pelo Banco Europeu de Investimentos. Esta soma foi o que possibilitou a construção dos vários pavilhões que animaram a zona oriental de Lisboa, hoje conhecida por Parque das Nações, bem como a construção da Ponte Vasco da Gama, investimento necessário para aliviar a tensão da congestionada Ponte 25 de Abril.

A motivação por trás de tal investimento está relacionada com um esforço por integrar Portugal melhor no espaço europeu – sobretudo a nível económico e cultural, duas esferas que, como temos visto até aqui, são por vezes difíceis de distinguir - estimulando a economia da sua capital para que pudesse ultrapassar o paradigma industrial e se se torna uma cidade global²⁰⁷. Como documentado na edição de 1998 da Revista *Architecti*

“Para nós arquitetos e urbanistas que agimos e refletimos sobre a cidade, a Expo 98 representa uma mudança inequívoca para Lisboa” ²⁰⁸

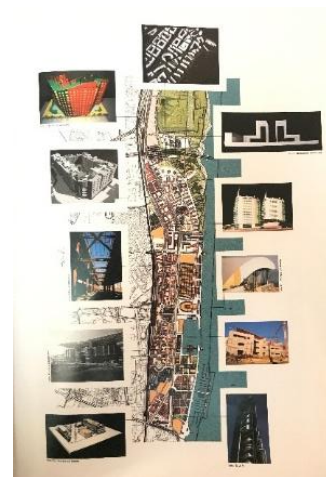


Figura 60 - ArchNews 2002: “Expo 98” 2002, Mapa gráfico do “recinto” Expo 98

²⁰⁷ SASSEN, Saskia – “*The Global City: Introducing a Concept*”, Princeton University Press, Massachusetts, 1991 pág.34

²⁰⁸ “Expo 98” in Revista *Architecti*, 1998

Entre os edificadados construídos para a Expo, destacam-se: a Gare do Oriente, estação ferroviária projetada pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava; a Torre Vasco da Gama, amplamente utilizada como miradouro durante este evento; o Teatro Camões; o atual pavilhão da FIL, o teleférico; o Pavilhão do Conhecimento; o Pavilhão do Futuro, hoje convertido em casino; o Pavilhão da Utopia, atualmente com o nome Altice Arena, o Oceanário, e claro, o Pavilhão de Portugal do arquiteto Siza Vieira, peça central nesta exposição e intervenção urbana. Para além disto, ainda a linha vermelha do metro de Lisboa e todas as sete estações ao longo do seu percurso, que vem conectar o centro da cidade à área da Expo, e que, atualmente conecta também ao aeroporto de Lisboa, graças a uma extensão concluída em 2013²⁰⁹.

É neste momento que a cidade de Lisboa se começa a firmar com uma cidade global – conceito já abordado antes neste estudo - deste modo exigindo um acelerado processo de crescimento e centralização que trouxe inúmeros desafios, bem como questionamentos acerca de o que viria a ser Lisboa no futuro, o que eventualmente, e naturalmente, se concretizou num espaço metropolitano e concorrencial²¹⁰.

Contudo, a Expo 98 foi, em primeiro lugar, uma iniciativa de renovação da cidade de Lisboa para que, através de uma intervenção pontual, mas cirúrgica, o paradigma económico e cultural de Portugal pudesse iniciar uma metamorfose que o aproximasse mais aos dos outros países Europeus e firmar Portugal como uma economia

Posto isto, interessa analisar o que pode ser tido como fenómeno simétrico à Expo 98 na cidade do Porto, por ter estimulado a sua condição global e pós industrial, e fomentado a sua atual postura face ao turismo. Refere-se ao **Porto 2001**.

Com o reconhecer do Porto como Património Cultural da Humanidade por parte da UNESCO em 1996, a cidade iniciou o seu processo de internacionalização como uma verdadeira capital europeia de cultura e cidade global.

Este processo, que em grande parte engloba a sua turistificação e marca o princípio da sua condição contemporânea pós-industrial, encontra o seu ápice no evento Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, promovida pela União Europeia. Este evento estabeleceu definitivamente a cidade do Porto como uma grande centralidade no séc. XXI, obrigou a cidade a uma rápida reconfiguração do seu quotidiano artístico e cultural em preparação a esta nova realidade muitas vezes exigente, como já existia experiência com o caso de Lisboa.

²⁰⁹ "Expo 98" in Revista *Architecti*, 1998

²¹⁰ LOBO, Manuel_ ARCH NEWS2002 : "Expo 98" 2002 Ed.1 pág 54

Neste momento estava a decorrer o processo PÓLIS - que irá ser analisado em detalhe mais à frente – e que, com fundos nacionais e europeus, visava a reabilitação urbana de cidades mais periféricas, não abrangidas pela força centrípeta do Porto e Lisboa que tendiam a atrair para si todos os fundos disponíveis. Naturalmente, a cidade do Porto não seria beneficiária desta iniciativa, contudo, a pretexto da sua nomeação para Capital Europeia da cultura em 2001 (bem como Roterdão), os fundos PÓLIS foram, exceccionalmente, usados para intervir no Porto e preparar a cidade para a ocasião.

Na prática, a CMP estabeleceu uma estratégia de reabilitação urbana que consistia em dois capítulos: a Frente Marítima, a Frente Ribeirinha. A título de nota, diga-se que esta estratégia surge, porventura, da realização que as linhas de água serão provavelmente sempre pontos focais e atrativos para o turismo.

Na frente Marítima, o projeto contemplava o Parque da Cidade a entrar pelo mar e vias automóveis que passariam por cima, um cruzamento com formato de viaduto, e o icónico Edifício Transparente, de comércio e atividades de lazer. Todos estes elementos seriam da autoria do arquiteto catalão Solá-Morales, mas apenas o último foi efetivamente construído. Para além disto, a construção de um grande parque de estacionamento sob a rotunda do Castelo do Queijo, a abertura de um corredor panorâmico sobre a linha de costa, e a requalificação urbana do troço Marginal entre a Rotunda do Castelo do Queijo e a zona do Molhe.

Na frente Ribeirinha, a base da estratégia assentava na reconstituição da memória do lugar, mais corretamente, na valorização da Muralha Fernandina e reconstituição do acesso pelo Postigo do Carvão, o ordenamento e hierarquização do espaço da intervenção enquanto unidade de conjunto, e a requalificação funcional da área de intervenção.

Para além disto, é projetada a icónica Casa da Música, por Rem Koolhaas, que veio abalar e redefinir todo o cenário urbano da zona da Boavista.



Figura 61 – “Edifício Transparente, arquiteto Solá-Morales - vista do interior” Portal de notícias do Porto, Consult. 13-05-2024



Figura 62 – “Muralha Fernandina - Postigo do Carvão” Portal de notícias do Porto, Consult. 13-05-2024

O passar do tempo pesa em algumas destas estruturas que atualmente se apresentam relativamente degradadas e carecem urgentemente de reabilitação, sobretudo no que toca aos elementos da frente Marítima, que, de certa forma, se pode dizer que foram abandonados pela CMP quando a sua utilidade e protagonismo aquando do Porto 2001 findou. Contudo, esta iniciativa marcou a cidade muito positivamente, sobretudo pelo seu papel fundamental na melhoria do sistema rodoviário entre Porto e Matosinhos, pela melhoria na acessibilidade à praia com tuneis e parque de estacionamento, a reabilitação e construção de infraestruturas de espaços públicos, e pela reabilitação da Muralha Fernandinha.

Este não foi um momento singelo de investimento urbano e cultural, mas sim, muito pelo contrário, o evento que marcou o início de um forte permanente investimento no turismo e cultura na cidade do Porto que tanto veio marcar as décadas seguintes.

No seguimento do apresentado, interessa referir o **Programa Polis**, como exemplar de Urbanismo em função da coesão territorial e desenvolvimento regional.

Na transição para o segundo milénio, a coesão territorial é uma das questões mais problemáticas para os arquitetos e urbanistas portugueses, que se deparam com um país severamente assimétrico nos seus índices de desenvolvimento. Porto e Lisboa concentram a maioria dos investimentos e mantêm-se as únicas “metrópoles” do país. Por este motivo, o país investia seriamente em iniciativas para combater a incoesão territorial, entre estas destaca-se o PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social.

Na Europa, discutia-se a capacidade de as cidades evoluírem no caminho da sustentabilidade e modernização, e nessa linha foi elaborado o “*Relatório das Políticas para as Cidades Sustentáveis*”, em 1996. Foi concluído que, apesar das cidades europeias terem ao seu dispor todos os recursos e ferramentas necessárias para iniciar essa transição, a execução de tal processo seria muito difícil devido a uma grande dependência no setor privado do mercado para a transformação urbana.

É à luz destes debates que em Portugal é inaugurado o PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano e Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais – que visava essencialmente dar apoio à execução dos PDMs sobretudo em áreas fora da redoma centrípeta do Porto e Lisboa. Coordenada por um gabinete central que contava, entre outras figuras, como o então Ministro do Planeamento e da Administração do Território, a medida é publicada pela primeira vez em Diário da República a 26 de janeiro de 1994. Como referido em Diário de República,

“Visa o desenvolvimento de centros Urbanos que desempenhem um papel estratégico na organização do território nacional, dotando-os de equipamentos e

infraestruturas de apoio ao seu dinamismo económico e social, o PROSIURB destina-se aos centros urbanos localizados fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.”²¹¹

É também nesta linha que nasce o programa Polis, num esforço para favorecer outros possíveis centros urbanos fora da esfera centrípeta do Porto e Lisboa, e que, no limite, pudessem vir a ser peça central e estratégica para o desenvolver e estimular de outras localidades sub-regionais na sua periferia. Quase como que numa lógica de criar epicentros de expansão urbana afastados das grandes centralidades já estabelecidas, para além disto, o POLIS ficou também marcado por um grande foco na questão da sustentabilidade e pegada ambiental, um tema relativamente novo no debate sobre as cidades em Portugal²¹².

“Embalado pelo sucesso da renovação urbana que a construção do recinto da Expo’ 98 dera lugar [...] o governo da altura decidiu que essa importante experiência de requalificação urbana deveria ser alargada a outras cidades do país. Assim nasceu a ideia do Programa Cidades, batizado depois como Polis.”²¹³

O financiamento do Polis foi repartido por entidades diversas, mas contou principalmente com fundos do Estado, fundos Europeus relacionados com a iniciativa INTERREG, e algum financiamento das próprias Autarquias visadas pelo programa.

Foi previsto um orçamento inicial de 160 milhões de contos para globalidade desta iniciativa, e que na prática se traduziam em medidas como:

- Requalificação de espaços públicos no âmbito da sua valorização ambiental
- Redução da presença de automóveis nos centros urbanos
- Promoção de transportes coletivos e vias pedonais bem como ciclovias
- Construção de vários equipamentos públicos – mercados, escolas, estruturas de atividade cultural.

²¹¹ Ministério do Planeamento e da Administração do Território, DIÁRIO DA REPÚBLICA - 2.ª SÉRIE, Nº [21], de 26.01.1994

²¹² SILVA, Fernando “O Programa Pólis, da Escala 1/10 000 à Escala 1/1”, Jornal dos Arquitetos Ed. 209, Porto 2003 pág. 11

²¹³ SILVA, Fernando “O Programa Pólis, da Escala 1/10 000 à Escala 1/1”, Jornal dos Arquitetos Ed. 209, Porto 2003 pág. 12

- Medidas para maior monitorização de variáveis ambientais, tais como,
 - Sistemas de recolha seletiva de resíduos
 - Sistemas para reutilização de água entre outros recursos naturais
 - Sistemas de monitorização dos níveis de salubridade ambiental ou “verde” dos espaços públicos²¹⁴

Contudo, existia um espírito de “desconfiança” popular em torno desta iniciativa e daquilo que eram os seus objetivos, devido a uma certa opacidade nos processos de decisão que tomaram lugar nas esferas superiores de chefia.

As cidades inicialmente eleitas para beneficiarem da iniciativa Polis foram: Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Real, Bragança, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Viseu, Coimbra, Covilhã, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Cacém, Costa da Caparica, Beja, Albufeira, Guimarães, Sintra, Évora e Angra do Heroísmo. Inicialmente foram escolhidas 18 cidades, maioritariamente no Norte do País, e em segunda fase, mais outras 10, desta vez mais pelo centro, totalizando 28 cidades abrangidas pelo POLIS.

Para além destas, a cidade do Porto também consta, ineditamente, por ter sido eleita capital Europeia da Cultura no mesmo ano, alinhando os interesses nacionais com os internacionais, aproveitando o capital disponível para o efeito.

Esta iniciativa acabou por ter mais expressão na dimensão de requalificação reabilitação urbana do que propriamente nas diversas questões ambientais, sobretudo devido às iniciativas relacionadas com novos equipamentos coletivos e a instalação de atividade económica no seio das comunidades, pois seriam estes os principais tópicos dos PDMs das diversas localidades / distritos, e que o POLIS veio revigorar.

Este ficou marcado como um momento singular onde o Estado e os diversos órgãos públicos envolvidos tomaram iniciativa na resolução urbana do país, contrariando a dependência no setor



Figura 63 - SILVA, Fernando “O Programa Pólis, da Escala 1/10 000 à Escala 1/1” pág. 10, Jornal dos Arquitetos Ed. 209, Porto 2003



Figura 64 - SILVA, Fernando “O Programa Pólis, da Escala 1/10 000 à Escala 1/1” pág. 16, Jornal dos Arquitetos Ed. 209, Porto 2003

²¹⁴ SILVA, Fernando “O Programa Pólis, da Escala 1/10 000 à Escala 1/1”, Jornal dos Arquitetos Ed. 209, Porto 2003 pág. 11

privado que até então era sistémica, revigorado o clima urbano em Portugal naquilo que foi uma abordagem pragmática que veio estimular o ambiente social e económico e o revitalizar as localidades não centralistas.

No seguimento do apresentado, interessa agora proceder à análise do caso singelo da **Aldeia da Luz**. A barragem de Alqueva sempre foi um elemento de preocupação entre os moradores da região, pois como feche das suas comportas, a Aldeia da Luz corria o risco de ficar submersa. É em 1981 que criada uma comissão de moradores para definirem o futuro da aldeia, que cada vez parecia mais iminente. Três soluções foram propostas: ressarcir os habitantes pela sua perda imóvel; realocar as famílias em outros lugares; ou construir uma nova aldeia de raiz, sendo esta claramente a solução mais ambiciosa²¹⁵.

Foi feito um inquérito porta a porta para definir a estratégia a tomar, a última medida mencionada acabou por vencer, não sem alguma polémica. Em 1996 é lançado o concurso e as obras começam oficialmente em 1998.

A nova povoação foi edificada em 2002 em local muito próximo da antiga Luz. Implicou a construção de 212 casas de habitação, de arruamentos, largos e estradas, de estabelecimentos comerciais e de equipamentos coletivos - escolas, centro de saúde, equipamentos desportivos, praça de touros, lavadouro, jardim público e cemitério, até mesmo um café local foi reconstruído / reproduzido²¹⁶.



Figura 65 - Fotografia aérea da "nova" Aldeia da Luz, Museu da Luz - Arquivo Fotográfico MuseuLuz, Consult. MuseuLuz..pt.org

Foi feito o santuário de N^a Sr^a da Luz, à imagem do original de fundação quatrocentista e procedeu-se à transladação do cemitério, o que gerou muito controvérsia entre a população, que criou resistência à ideia de “mexer” com os mortos. Eventualmente, a operação de transladação foi feita, tendo sido até um dos primeiros passos na realocação da aldeia, e tendo deixado os moradores sem opção senão deslocarem-se.

Segundo depoimentos, alguns detalhes acerca da operação não foram comunicados com clareza aos moradores. Como nota de referência, alegadamente os moradores teriam sido informados

²¹⁵ HENRIQUES, Gonçalo “Aldeia da Luz: Uma Consequência do Alqueva”, Num Postal, 2020 [Consult.: numpostal.com/aldeia-da-luz/]

²¹⁶ SOARES, Dina “A Aldeia da Luz não mora aqui” Especiais Rádio Renascença, Junho 2015 [Consult.: especiais.rr.pt/aldeia-da-luz/default.html]

que a “antiga” aldeia seria deslocada “pedra por pedra”, conservando a expressão arquitetónica original, algo que nunca chegou a acontecer, pois a “nova” aldeia foi feita de raiz, o que desagradou os moradores pois o novo cenário urbano era impessoal, frio, e homogeneizado, com todas as casas sendo muito semelhantes, numa organização geral quase militar. Foi também prometido aos moradores que iria existir um investimento no comércio da aldeia, que viria criar postos de trabalho, dinamizar a economia, e atrair turistas, bem como possíveis novos moradores, assegurando o futuro da aldeia, no entanto, estes investimentos nunca aconteceram. Para além disto, existia ainda a questão de atribuir a cada morador uma parcela de terreno equivalente à que ele teria originalmente na “antiga” aldeia, algo que gerou muitas confusões burocráticas, e alegadamente, ainda hoje não foi totalmente resolvido, e os moradores ainda não foram totalmente ressarcidos pela sua perda²¹⁷.

Com toda a comoção e controvérsias que foram sendo geradas ao longo de todo o processo, muitos dos moradores originais da Aldeia da Luz acabaram por abandonar aquela região, e ir morar com familiares de outras localidades, deixando vazias as casas que lhes estavam destinadas na “nova” Aldeia da Luz²¹⁸.

Por este motivo, e também por se tratar de uma população, de forma geral, envelhecida, atualmente trata-se de uma aldeia relativamente deserta e abandonada, à semelhança de tantas outras aldeias, que não são tocadas pela turistificação rural.

A Aldeia da Luz permanece como um raro ícone de urbanismo em meio rural não dominada ou estimulada pela ambição comercial. Uma empreitada ambiciosa, mas não sem os seus pecados.

Os habitantes da “nova” Aldeia da Luz não se acanham em expressar o seu desgosto pelo novo cenário urbano despersonalizado e homogéneo, pelas promessas de dinamismo económico que ficaram por cumprir, e pelo tumulto que os encargos burocráticos causaram nas suas vidas, muitos ainda por resolver. A Luz permanece uma operação que expõe e reflete sobre as fragilidades do recriar da memória.

3.2– Análise da Evolução Urbana e Morfológica do Porto no período Contemporâneo

Após esta análise de uma seleção de casos de estudo que permitiram ilustrar os principais temas do urbanismo no contemporâneo da cronologia estabelecida na presente Dissertação, passamos, mais

²¹⁷ SOARES, Dina “A Aldeia da Luz não mora aqui” Especiais Rádio Renascença, Junho 2015 [Consult.: especiais.rr.pt/aldeia-da-luz/default.html]

²¹⁸ HENRIQUES, Gonçalo “Aldeia da Luz: Uma Consequência do Alqueva”, Num Postal, 2020 [Consult.: numpostal.com/aldeia-da-luz/]

uma vez, a estabelecer um paralelo com a evolução urbana e morfológica da cidade do Porto no mesmo espaço de tempo, de forma a estabelecer uma cronologia paralela, que nos permite compreender as influências mútuas entre as diferentes escalas e a forma como a cidade do Porto foi, de facto, acompanhando o debate internacional sobre o pensamento da cidade.

Para este levantamento histórico, recorreremos aos Planos Urbanos apresentados na CMP no mesmo período como fonte referencial, de forma a rastrear a sua evolução urbana de forma analítica e documental.

Analisando em maior detalhe o ano de **1978** regista-se a criação do Gabinete de Planeamento Urbanístico (GPU) por parte da CMP, de onde decorre concurso para eleição de um arquiteto responsável pelo **Plano Geral de Urbanização**. É escolhido Duarte Castel-Branco (1928 – 2015), que viria a comandar este trabalho até 1987²¹⁹.

A título de nota biográfica, refere-se que é nascido em Macau, em 1928, Castel-Branco formou-se em arquitetura na cidade do Porto, e estudou urbanismo em França e Itália, área que dominou a sua carreira, tendo exercido maioritariamente em Lisboa, onde realizou o Plano Diretor da Cidade²²⁰. Sublinham-se o Grémio da Lavoura, o monumento a D. Nuno Álvares Pereira e o restauro de parte do Convento de S. Domingos que abriga a Biblioteca Municipal de António Botto, como alguns dos seus principais projetos realizados. Teve também forte presença no mundo académico, como professor catedrático na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.



Figura 66 - Duarte Castel-Branco

Ao longo de quase uma década de desenvolvimento, o Plano Geral de Urbanização de Castel-Branco constitui um conjunto vasto e complexo de estudos que incidem sobre diferentes tópicos de estruturação urbana e com vários níveis de aproximação / escalas²²¹. Como referido por Castel Branco na submissão deste documento à CMP,

²¹⁹ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI", Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011 pág. 13

²²⁰ Duarte Castel-Branco "PAPELPAREDE objetourbanoemespaçorural" [consult. em <http://objectourbanoemespaçorural.blogspot.com/2015/01/duarte-castel-branco-1927-2015.html>]

²²¹ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI" pág. 13, Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

“O Plano Geral de Urbanização (PGU) foi o resultado de vários documentos municipais tais como as "Opções do Plano " de 1984, as " Opções Políticas" de 1985 e a "Proposta do Plano " de 1986, enquadrado pelo Decreto-Lei nº 560/71.”²²²

Castel-Branco define um **Coeficiente de Ocupação** com o objetivo de reger uma expansão controlada da cidade para o futuro, garantindo moderação no processo de edificação da zona central evitando construção excessiva, e uma expansão / valorização uniforme das zonas não centrais. Define uma **hierarquização clara para as vias**: vias rápidas urbanas; vias em anel; vias fundamentais de ligação; vias em bolsa; vias de servidão local; e vias de peões, de forma crescente no seu nível de importância / impacto urbano. São também definidas as autoestradas A1, A3 e A4, **a finalização da VCI**, e a Avenida 25 de Abril, que foi aqui abordada em pormenor. Existe um esforço no sentido de redesenhar a **estratégia de zoneamento**. Apesar das áreas / funções estipuladas serem semelhantes às que foram observadas na estratégia de uso dos solos no Plano de Robert Auzelle em 1962 (sem deixar de reparar que existe uma certa maturação / definição dessas funções), agora verifica-se que existe um foco maior nas zonas periféricas ao centro, entenda-se, os concelhos exteriores à VCI, revelando assim um Porto em franca expansão, que carece de organização e estruturação nos seus limites mais alargados. Na planta apresentada abaixo, submetida em 1987 por Duarte Castel-Branco no âmbito do PU, é possível constatar um maior foco no zoneamento / densidade de mancha nas regiões exteriores à VCI²²³.



Figura 67 - ALVES, Isabel - " Plano Geral de Urbanização, por Duarte Castel-Branco, 1987" Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

²²² PORTO. – Urbanismo, Plano Geral Urbanização, 1987 [consult. 29/08/2021]. Disponível: https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-urbanizacao-1987

²²³ ALVES, Isabel - "Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI", Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011, pág.17

Transformações efetivadas na cidade neste período.

Em 1987, apesar do carro privado não ser ainda uma realidade comum como se viria a tornar nas próximas décadas, o uso do carro era já uma corrente para uma parte da população, isto em conjunto com o facto de que os sistemas de transportes públicos eram cada vez mais maduros, descreve uma evolução no paradigma de mobilidade na cidade do Porto, que provavelmente está na base das razões pelas quais a cidade se começa a expandir para concelhos vizinhos de forma tão demarcada.

Este momento marca-se pelo surgimento de infraestruturas como as autoestradas e a VCI, que agem como complementos às ruas existentes. Também pelo surgimento do Parque da Cidade e requalificação da frente marítima, que se tornam espaços públicos de grande afluência. Os novos Polos Universitários, nas zonas do Campo Alegre e da Asprela, que marcam o deslocar do ensino superior do centro do Porto para zonas mais periféricas. E ainda, pela presença de bairros sociais, que surgem especialmente em Campanhã, Paranhos, Lordelo do Ouro, Aldoar e Ramalde. Neste momento, é de certa forma quando se começa a assistir às origens do Porto enquanto cidade transgénica²²⁴.

Verifica-se no início da década de 90 alterações a nível da mobilidade que praticamente alteram o paradigma da cidade, como por exemplo: o surgimento da VCI, da A3 e A4, que firmam o Porto como uma cidade de dimensão regional, e vêm permitir o acesso a comércio e serviços internacionais. A VCI (lançada em 1992) termina a construção em 1997, bem como a sua ligação à ponte do Freixo, permitindo a circulação para Gaia, e contem um conjunto de oito nós que estabelecem ligação com outros eixos de mobilidade importantes, como a A3, A4, Avenida AIP, e a Via Norte, estabelecendo esta como um eixo essencial no traçado urbano e no âmbito da mobilidade. E finalmente, a avenida de Fernão de Magalhães, que faz ligação entre o campo 25 de agosto e a Areosa, atinge agora a sua conclusão²²⁵.

No âmbito das estruturas de ensino no Porto, assiste-se ao surgimento do polo universitário do Campo Alegre em terrenos próximos à ponte da Arrábida, bem como a inauguração da Faculdade de Economia, na zona da Asprela, que a vem estabelecer como um polo universitário, assim estruturando esta região.

A Boavista assume-se como uma frente urbana em desenvolvimento, marcada por construções verticais até à rua Antunes Guimarães, e por moradias daqui até à sua frente atlântica. Neste âmbito, surgiu o conjunto habitacional do Foco, como o primeiro grande conjunto habitacional privado, e contribui para a consolidação da Avenida como centro de comércio, lazer, e agora, habitação²²⁶.

²²⁴ DOMINGUES, Álvaro - *"A Rua da Estrada"*, Ed. Dafne Editora, Porto, 2009, pág. 60

²²⁵ ALVES, Isabel - *"Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI"* pág.17, Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

²²⁶ SANTOS, Victor - *"A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX"*, Ed. U. Porto, Porto 2013 pág. 111

Em 1997 regista-se a expansão do parque da cidade para a zona de feira popular, que o vem consolidar como o grande espaço verde privilegiado e de uso público da cidade. Este momento é característico das novas formas de apropriação do espaço público e lazer que na época emergiam: enquanto anteriormente a população se apropriava para lazer apenas de ruas, praças e largos, agora a população tirava partido também de parques e frentes marítimas ou fluviais. **Reflexo da crescente importância atribuída ao lazer**, pois este espaço era anteriormente ocupado por praças relativamente abandonadas, que agora se tornam espaços públicos privilegiados e recreativos.²²⁷

Finalmente, passamos à análise da Revisão do **Plano Diretor Municipal**, realizada entre 2000 e 2006 pelo arquiteto Fernandes Sá (1943)²²⁸, o mais contemporâneo e já revisto em 2021.

Licenciado em arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1968 e especializado na Universidade de Manchester na Inglaterra, onde estudou Planeamento Urbano e Regional. Em 1972 iniciou atividade como Professor Académico de volta na instituição onde se licenciou, e mais tarde na FAUP, onde leciona até à data presente enquanto Professor Catedrático.



Figura 68 - Fernandes Sá –
SIGARRA_ Miarq. 2023 / 2024

As suas contribuições a nível nacional e internacional na área de urbanismo e reabilitação urbana são inúmeras e as suas obras vastas. Sublinham-se as obras que realizou ao serviço do governo de Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, em Lisboa o projeto da urbanização da Avenida da Liberdade e envolvente, no Porto o arranjo urbanístico da zona Ribeirinha bem como da Foz do Douro entre a Igreja de S. Francisco e os Pilotos da Barra, e em Santiago de Compostela, onde foi assessor do Plano de Urbanização.

Para entender a direção assumida na Revisão do Plano Direito Municipal para o Porto, elaborado por Manuel Fernandes de Sá, é primeiramente necessário compreender que, relativamente às propostas anteriormente realizadas e que foram aqui alvo de estudo, assiste-se agora a uma **realidade urbana que sofreu alterações profundas**. Essencialmente, parece sensato sublinhar dois grandes fenómenos emergentes que definem este enquadramento, sendo estes: o **apogeu do veículo privado**, que passou a dominar a paisagem urbana e a ser um dos fios condutores das suas dinâmicas; e a **valorização das atividades de lazer e / ou lúdicas que invadem e animam os espaços públicos**, como já atentamos, em grande parte devido à evolução económica e social do país que estimulou a procura por melhores

²²⁷ PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – *Políticas Urbanas II*, 1ª Edição, Editorial Fundação Calouste Gulbenkian

²²⁸ Ezequiel de Campos – *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto*, U.Porto, [consult. em U.Porto - Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Ezequiel de Campos (up.pt)]

condições de vida. Fenómeno que Fernandes Sá utiliza com base para a sua proposta como elemento valorizante, sobretudo a zona central do Porto, provida de equipamentos, comércio e cultura bastantes. Como documentado no Plano Diretor Municipal:

“Afirmação do centro histórico e da área central como referências insubstituíveis do desenvolvimento urbano de toda a área metropolitana do Porto, potenciando e reforçando a sua revitalização e animação.”²²⁹

Na questão da mobilidade, Fernandes de Sá sugere uma **hierarquização do sistema viário**, assente em eixos estruturantes de articulação inter-regional e canais de ligação inter-níveis – ruais e ramais.

Sugere também a **definição de um sistema de transportes públicos** baseado em três modalidades: transportes públicos em carril, transportes públicos rodoviários e transportes públicos individuais, sendo a última promovida através de parque de estacionamento dissuasor.

Relativamente à questão de áreas coletivas / recreativas, é proposta a definição de uma estratégia de abordagem que assenta num sistema constituído por zonas de três categorias: equipamentos públicos, áreas verdes e percursos e corredores de elétrico.

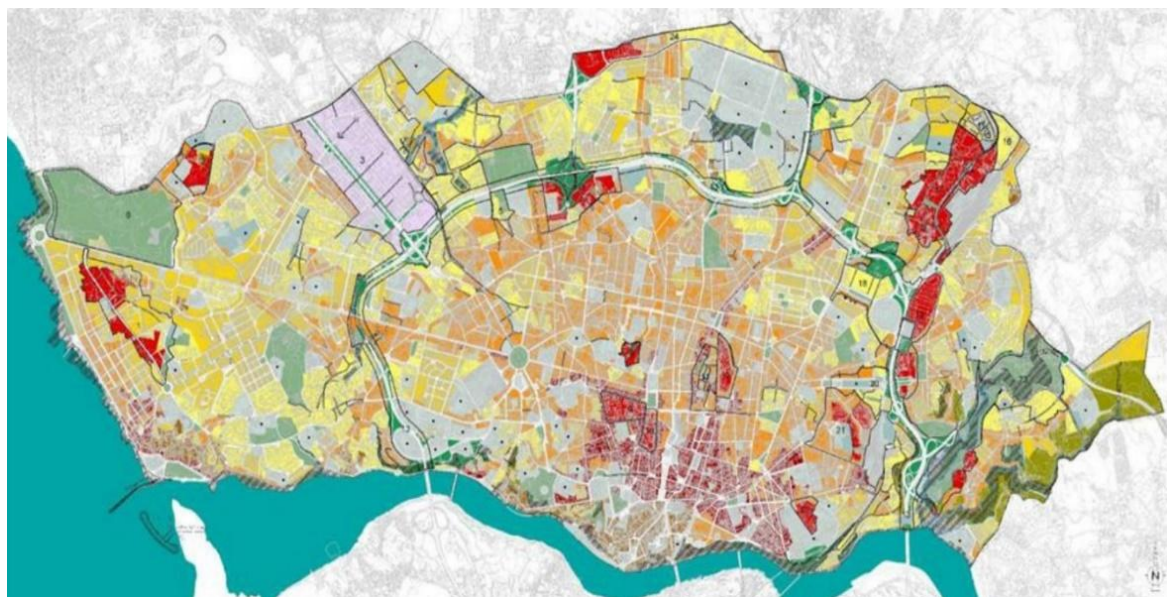


Figura 69 - ALVES, Isabel - " Plano Diretor Municipal, por Manuel Fernandes de Sá, 2006" Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011

²²⁹ PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto, 2006 [consult. 30/09/2021]. Disponível: <https://dre.pt/application/conteudo/552282>

Transformações efetivadas na cidade neste período.

Ao analisar em este Plano em maior detalhe, constata-se que um dos focos de Fernandes Sá era o de “desburocratizar” a cidade e agilizar os seus processos, partindo de uma base urbana fragmentada, e sugerindo uma intervenção lógica e unificante, nas palavras do autor,

“[...] a ideia “força”, e que as Camaras tinham, era a ambição de desburocratizar os processos [dos Planos Operativos] e encontrar formas mais rápidas e ágeis de resolver as questões. Tenho impressão de que esta foi a grande conclusão deste trabalho, embora tenha sido um trabalho muito científico...”²³⁰

Digno de menção é o valor e mérito das peças gráficas que constituíram esta proposta, que refletem um novo olhar crítico sobre a cidade, e que compreendem as suas dinâmicas numa matriz atual, contemporânea e rizomática, por contraste com as abordagens quantitativas que marcaram as fases de planeamento urbano anteriores na cidade do Porto, como o autor refere,

“Questionava-se como é que era o “certo” das plantas, porque basicamente era disso que estávamos a sair: daquela abordagem muito racionalista do movimento modernista, que era muito quantitativa., e nós estávamos a começar a “espernear” contra essa visão, contra essa postura, e é assim que surgem estas propostas. Inclusivamente, em termos de desenho, não tem nada a ver com o desenho que se fazia 5 anos antes, isto já é um passo em frente.”²³¹

A revisão ao plano realizada por Fernandes de Sá incide sobre um Porto maturo, que já não se encontra em fase de expansão, mas sim maturação de suas bases pré-estabelecidas. Os novos fenómenos que caracterizam o Porto do século XXI - mobilidade e usufruto do espaço público - tornam-se tópicos intimamente relacionados e que refletem as dinâmicas de uma população que se apropria da cidade para estimular a sua cultura e para dar resposta à procura de lazer. Uma cidade que alberga práticas que vão além de um funcionalismo mecânico e é invadida pelas dinâmicas sociais de uma realidade complexa pós-industrial²³².

²³⁰ SÁ, Fernandes; *Seminário “Práticas: A Escola de Urbanismo do Porto”* Seminário Ciclo de Estudos, FAUP Março de 2022

²³¹ SÁ, Fernandes; *Seminário “Práticas: A Escola de Urbanismo do Porto”* Seminário Ciclo de Estudos, FAUP Março de 2022

²³² SANTOS, Victor - “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX”, Ed. U. Porto, Porto 2013 pág. 111

3.3– Plano de Estudos, Período Contemporâneo

Agora inicia-se a análise do Plano de Estudos da Escola do Porto pelo período aqui definido como contemporâneo ou proto moderno. Para isto, recorre-se sobretudo à plataforma digital SIGARRA como principal fonte referencial.

Mais uma vez, vai-se estabelecendo um estudo comparativo entre a prática do urbanismo em Portugal, e a sua presença no plano académico enquanto área científica. A título de nota conclusiva, será analisada a esfera de influências mútuas entre estes dois planos – prática e ensino.

No ano letivo de 2008 / 2009 verifica-se o início de um novo ciclo, passando agora o Plano de Estudos a ser atualizado e publicado na íntegra na plataforma digital SIGARRA (bem como todas as informações úteis anteriormente constantes do Guia do Estudante).

Mediante breve análise, é possível concluir que o Plano atual é herdeiro direto do que observamos anteriormente, e ergue a sua Escola com base nos mesmos quatro pilares essenciais, sendo esses: o projeto, a construção, a teoria, o desenho, e a história da arquitetura. No entanto, já não existem algumas unidades que pertenciam a áreas científicas mais “satélite” à arquitetura, como sendo, por exemplo, Matemática, Química ou Física, entre outras. Notar ainda que, agora, o Plano de Estudos apresenta-se mais volumoso, dando particular atenção às **unidades curriculares optativas** de correspondem a 3 ECTS e que surgem no 4º ou 5º anos letivos. Destas consta de uma lista extensa, inclusivamente, **sendo aqui que reside larga parte das unidades da área do urbanismo**. Entre estas destacam-se:

- A Unidade de **Economia Urbana**. Uma unidade curricular que já é objeto de análise nesta investigação desde a sua génese no Plano de Estudos, no início da década de 70, e que se mantém desde então. No que toca a bibliografia obrigatória, esta unidade compreende autores tais: Michael Storper, Luís Carvalho, Leo van den Berg, Hazem Galal, Peter Teunisse e Philip McCann. A sua mais recente iteração no Plano de Estudos, tal como surge no SIGARRA, descreve-se da seguinte forma,

“A unidade curricular de Economia Urbana procura fornecer um quadro de leitura da cidade do ponto de vista da ciência económica. A cidade é entendida não apenas como consequência espacial do funcionamento da economia, mas como lugar de múltiplas sinergias e tensões entre economia, sociedade e ambiente construído”²³³

²³³ SIGARRA – “Economia Urbana”, FAUP – Plano de Estudos, consultado em outubro de 2024, Porto

- A Unidade de **Grandes Projetos Urbanos**. Unidade teórico prática, que surge um pouco como reflexo da unidade nuclear de Projeto, onde o aluno é incentivado a produzir uma série de relações / observações acerca de um contexto urbano pre-determinado, e sugerir uma solução projetual. No que toca a bibliografia obrigatória, esta unidade compreende autores tais: Wayne Attoe, Marc Augé, Leonardo Benevolo, Peter Hall, Maria Paris e Nuno Portas. Nesta unidade pretende-se,

*[...]estimular a compreensão, no âmbito dos grandes projetos urbanos, dos problemas de escala nas intervenções, do papel dos agentes de transformação urbana, da questão do valor do solo e a questão da importância do "project financing".
[...] o estudante deverá ser capaz de analisar tais questões em projetos urbanos consolidados, bem como de entender o papel da inovação na conceção, projeção e construção de intervenções urbanas no que respeita à alteração das condições de funcionamento do sistema urbano.”²³⁴*

- A Unidade de **Instalações Urbanas**. Uma unidade focada no universo técnico do urbanismo. De natureza essencialmente teórica, introduz os alunos ao rizoma da infraestrutura urbana. No que toca a bibliografia obrigatória, esta Unidade compreende autores tais: Jordi Borja, Zaida Muxi, Santos Nuno Filipe Carvalho, Witold Zmitrowicz e Ferrater Carlos. Como descrito no SIGARRA,

“Adquirir um conjunto de conhecimentos técnicos básicos relacionados com as infraestruturas urbanas necessárias para a realização de uma intervenção no espaço urbano.”

“[...] desenvolver uma primeira abordagem à conceção e dimensionamento de arruamentos e praças em meio urbano”²³⁵

- A Unidade Curricular de **Urbanização da Pobreza**. Unidade focada na dimensão social do urbanismo. Inteiramente teórica, percorre temas satélites à sociologia, política, economia e cultura. No que toca a bibliografia obrigatória, esta Unidade compreende autores tais: Turner John F.C., Davis Mike e Bandeirinha José António. Descreve o seu foco como,

“criar um campo de discussão teórica e prática em torno da espacialização da pobreza e das disparidades nesse processo de urbanização, das preocupações sociais no

²³⁴ SIGGARA – “Grandes Projetos Urbanos”, FAUP – Plano de Estudos, consultado em outubro de 2024, Porto

²³⁵ SIGGARA – “Instalações Urbanas”, FAUP – Plano de Estudos, consultado em outubro de 2024, Porto

*campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, assim como das limitações e potencialidades das políticas redistributivas, de interesse social e de gestão equitativa do ambiente construído [...] propõe-se aqui o estudo das disparidades nos processos de produção e gestão do ambiente construído, nomeadamente discutindo a visibilidade e o papel das faixas populacionais de menores rendimentos económicos*²³⁶

Para além disto, destaca-se também a Unidade de Urbanística 1 e 2. De frequência obrigatória, e que introduz os alunos às questões fundamentais do urbanismo. Constituindo base de conhecimento na disciplina do urbanismo para todos os alunos de arquitetura, e assim configurando elemento essencial no Plano de Estudos na sua iteração mais contemporânea. No que toca a bibliografia obrigatória, estas Unidades compreendem autores tais: Mazza Luigi, Nuno Portas, Peter Hall, Leonardo Benevolo, Alessandro Coppola, Augè Marc, Lorenzo Bellicini, Roberto Camagni e Wayne Attoe. Como descrito por Rui Bráz na introdução à unidade de Urbanística 1,

*“constitui uma abordagem teórica da evolução das atividades de planeamento e intervenção sobre os sistemas urbanos e territoriais, visando orientar as suas formas de evolução através do crescimento ou através da reconversão da realidade urbana.”*²³⁷

Ou mesmo de acordo com nota introdutória à unidade de Urbanística 2, pelo mesmo docente,

*“Pretende-se estimular o estudante para a compreensão dos mecanismos da produção de solo urbano nos seus aspetos técnicos, próprios do domínio conceptual do planeamento e para as diversas dimensões do debate teórico atualmente em desenvolvimento nos principais espaços de debate disciplinar.”*²³⁸

Focando atenções, mais uma vez, na evolução geral do Plano de Estudos na sua etapa última, verifica-se que no ano letivo de 2012 / 2013 é possível verificar um conjunto de alterações significativas, e que remodelou praticamente todos os anos letivos do programa de Mestrado em Arquitetura, destacando este ano letivo muito claramente de todos ou outros após análise. Essencialmente verifica-se que o curso se tornou mais compacto, com menos unidades curriculares em cada ano (e do mesmo modo, um ajuste geral nos valores ECTS de cada unidade), verifica-se também uma reestruturação bastante larga da lista das unidades curriculares optativas disponíveis e a sua posição no Plano. Em

²³⁶ SIGGARA – “Urbanização da Pobreza”, FAUP – Plano de Estudos, consultado em outubro de 2024, Porto

²³⁷ SIGGARA – “Urbanística 1”, FAUP – Plano de Estudos, consultado em outubro de 2024, Porto

²³⁸ SIGGARA – “Urbanística 2”, FAUP – Plano de Estudos, consultado em outubro de 2024, Porto

consequência da “experimentação” que se verifica em 2012 / 2013, nos anos posteriores não se verificam nenhuma alteração significativa, tendo sido estas essencialmente no plano das unidades operativas. Isto mantém-se verdadeiro até ao ano letivo de 2021 / 2022.

O facto de que a última alteração ao 1º ano curricular do Mestrado Integrado em Arquitetura ocorreu no ano letivo 2012 / 2013, e em 2017 / 2018 a última alteração para o 3º ano curricular. Deste modo, dou por concluída a análise geral da evolução do Plano de Estudos. Posto isto, e analisando mais atentamente e especificamente a presença do Urbanismo como unidade curricular no Plano de Estudos atual, verifica-se que a sua presença, apesar de constante desde as suas primeiras iterações, tem vindo a aumentar muito significativamente no decorrer das décadas e de forma constante até à sua versão mais atual, eventualmente tendo tido um pico de expressão no Plano por volta da década de 80, aquando das grandes transformações e reformas que o país atravessava inclusivamente a nível das suas estruturas urbanas no contexto da queda do Antigo Regime.

3.4 – Notas conclusivas intercalares, período Contemporâneo / A cidade pós Industrial

Para concluir a etapa documental e investigativa desta Dissertação, tece-se algumas notas conclusivas intercalares, tomando para tal o autor Manuel Castells como principal fonte referencial. Um dos fenómenos mais proeminentes dos espaços urbanos do século XXI, especialmente em contexto de país desenvolvido e que traz novas realidades ao seu espaço, parece ser a transição relativamente gradual no que diz respeito ao tipo de comércio predominante, sendo esta possibilitada e potenciada pelo carácter cada vez mais conectado, “em rede”²³⁹, e claro, social que domina o universo do comércio e das industriais numa realidade cada vez mais globalizada²⁴⁰.

Assim, interessa atender à questão das cidades pós-industriais que caracterizam o século XXI, como epicentro e consequência natural das forças e mecanismos até aqui analisados. Para tal, atentamos no seminal autor Manuel Castells Oliván, Sociólogo e Professor Universitário, de grande influência no panorama do pensamento contemporâneo nos campos da sociologia, política e comunicação. Castells é, por fim, a última referencia da seleção enunciada inicialmente, que será analisada a fim de enquadrar o universo rizomático do urbanismo e sociologia no século XXI, e concluir este estudo numa nota que tece um conjunto de ilações, e remata o período atual.

²³⁹ CASTELLS, Manuel – “*The Network Society*”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 64

²⁴⁰ SASSEN, Saskia – “*The Global City: Introducing a Concept*”, Princeton University Press, Massachusetts, 1991 pág. 39

Como sempre, uma breve nota biográfica para introduzir o autor: entre 1967 e 1979 Castells lecionou na Universidade de Paris, primeiro no campus de Nanterre e, em 1970, na "École des Hautes Études en Sciences Sociales". Defensor de noções como "capitalismo informacional" e "sociedade em rede", fortemente inspirado por Daniel Bell e as suas previsões da *sociedade informacional*²⁴¹.

Foi nomeado em 1979 professor de Sociologia e Planejamento Regional na Universidade de Berkeley, Califórnia. Em 2001, tornou-se docente na Universidade Aberta da Catalunha em Barcelona. Em 2003, juntou-se à Universidade da Califórnia do Sul, como Professor de Comunicação.



Figura 70 - Manuel Castells –
"Os sistemas dos países não mudam por escolha, mudam por necessidade", *Jornal Público*, julho 2023

Castells introduz o conceito de "consumo coletivo" que desloca o foco do campo econômico para o campo político através da intervenção do Estado. No início da década de 80 abandona as estruturas de pensamento Marxista, e foca-se no papel das novas tecnologias de informação e comunicação na reestruturação econômica.

O autor defende que a nova etapa de evolução urbana se baseia menos na produção material, e é fortemente apoiada nas **tecnologias de comunicação**, assim emerge um novo paradigma social que altera o funcionamento do diafragma que são as cidades. Podemos chamar a esta nova condição de **cidade pós-industrial**²⁴². No essencial, a teoria do pós-industrialismo é caracterizada por três pontos essenciais:

1. *"A fonte de produtividade e crescimento reside na geração de conhecimentos, estendidos a todas as esferas da atividade económica mediante o processamento da informação."*²⁴³
2. *A atividade económica mudaria de produção de bens para prestação de serviços. O fim do emprego rural seria seguido pelo declínio irreversível do emprego industrial em benefício do emprego no setor de serviços que, em última análise, constituiria a maioria esmagadora das ofertas de emprego. Quanto mais avançada a economia, mais seu mercado de trabalho e sua produção seriam concentrados em serviços.*
3. *A nova economia aumentaria a importância das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimentos em suas atividades. As profissões administrativas, especializadas e técnicas cresceriam mais rápido que qualquer outra e constituiriam o cerne da nova estrutura social."*²⁴⁴

²⁴¹ BELL, Daniel – *"The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting"*, Ed. New York: Basic Books, Nova Iorque, 1973 pág. 141

²⁴² CASTELLS, Manuel – *"The Network Society"*, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 64

²⁴³ BELL, Daniel – *"The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting"*, Ed. New York: Basic Books, Nova Iorque, 1973 pág. 141

²⁴⁴ CASTELLS, Manuel – *"The Network Society"*, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 67

A cidade pós-industrial vem redefinir não apenas a cultura de produção, mas toda a cultura urbana e social, sendo estes inseparáveis para o autor. Trata-se de uma nova condição cultural, uma metamorfose nos moldes / dispositivos em que ocorre a produção de riqueza, para um modelo que se baseia em serviços. Não se trata de um abandono das estruturas industriais clássicas, caracterizadas por um modelo tradicionalista de produção de bens materiais, mas sim uma nova ordem de produção que se demarca, pela sua natureza baseada em fluxos de informação por meio da tecnologia e na comercialização de conhecimentos e serviços²⁴⁵.

“A distinção apropriada não é entre uma economia industrial e uma pós-industrial, mas entre duas formas de produção industrial, rural, e de serviços baseados em conhecimentos.”²⁴⁶

No caso do nosso objeto de estudo: a cidade do Porto, após o (parcial) abandono de antigas unidades fabris, ou pelo menos a sua secundarização (ainda existem antigas zonas industriais ativas como Campanhã ou Bonfim, mas sua expressão na economia é limitada) anuncia a transição para um modelo baseado em serviços, que se materializam sobretudo no setor do turismo e em estabelecimentos dedicados a serviço - hotéis, hostels, restauração, bares - que populam intensamente as zonas centrais da cidade, apontados a um público alvo que varia em faixas etárias e capacidade económica, que pode ser nativo ou turista.

Esta lógica de comércio e consumo capitaliza sobre aquilo que o espaço urbano oferece, que, no caso, encontra-se muito na sua cultura local e regional, e que se torna o bem de produção aqui produzido, publicitado e comercializado.

“Nesta perspetiva, as sociedades serão informacionais, não porque se encaixem em um modelo específico de estrutura social, mas porque organizam seu sistema produtivo em torno de princípios de maximização de produtividade baseada em conhecimentos, por intermédio do

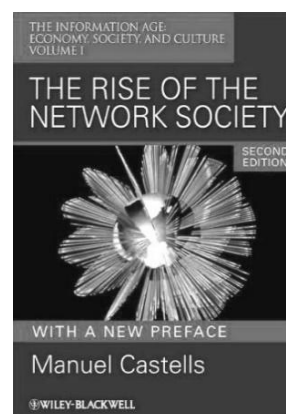


Figura 71 – CASTELLS, Manuel
“The Network Society”, Ed.
Blackwell, Barcelona 1996

²⁴⁵ SASSEN, Saskia – “The Global City: Introducing a Concept”, Princeton University Press, Massachusetts, 1991 pág.35

²⁴⁶ CASTELLS, Manuel – “The Network Society”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 268

desenvolvimento e difusão de tecnologias de informação e pelo atendimento dos pré-requisitos para sua utilização (principalmente recursos humanos infraestrutura de comunicações).²⁴⁷

Esta nova estrutura social das redes informacionais configura a materialização de instrumentos de comunicação utilizados como vetor de mobilização de fluxos urbanos que moldam a morfologia económica da cidade. Os estabelecimentos de serviços apoiam-se na capacidade de projeção que as redes sociais oferecem, com conteúdo próprio, ou gerado pelos consumidores. Pontos de comércio turísticos competem por indicação em guias e mapas turísticos, estabelecimentos noturnos com vista a atrair grupos jovens e “despreocupados” de consumidores têm páginas próprias nas redes sociais mais informais e “*mainstream*”, onde fazem atualizações regulares que apelam a um imaginário de estilo de vida boémio e hedonista²⁴⁸.

“Na atualidade, as comunicações em tempo real através da internet, que permitem ver e ser visto, as televisões que captam programas de todo o mundo, têm potencializado uma mudança total, que permite dissociar o local de trabalho e de residência do lugar dos sentimentos, dos imaginários e da pertença. Está-se fisicamente em um lugar, mas, mentalmente, pode-se estar em outro.”²⁴⁹

No caso da cidade do Porto existe uma mais recente zona industrial situada em Ramalde, a oeste de Viso, que se consolidou numa fase mais tardia do que as zonas de indústria tradicional, usualmente localizadas perto da baixa, resultantes de expansões antigas no núcleo da cidade, como será analisado mais à frente.

Parece seguro afirmar que esta recente zona industrial surge do acesso facilitado que a rede de autoestradas possibilita, aproximando-a das zonas centrais da cidade e da população. Por se tratar de um desenvolvimento recente, a indústria aqui também assume um contorno diferente daquilo anteriormente observado. O que domina a paisagem urbana nesta zona, além das clássicas unidades fabris, são agora os edifícios de natureza empresarial, usualmente com mais pisos, e dedicados a serviços, como *call centers*, denotando a crescente importância dos **fluxos de informação** na esfera económica da cidade.

²⁴⁷ CASTELLS, Manuel – “The Network Society”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 268

²⁴⁸ CASTELLS, Manuel – “The Network Society”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 270

²⁴⁹ MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida – “Arquitectura e Política: Ensaio para Mundos Alternativos”, Ed. Gustavo Gili, 2014 pág. 81

Segundo Castells, a cidade pós-industrial define-se ainda pelas suas periferias suburbanas, ou *Edge Cities*, fruto de uma tendência descentralista. É argumentado que a habitação próxima ao centro vai perdendo o seu interesse e atratividade, devido ao novo paradigma de mobilidade possibilitado pela forte presença de estruturas rodoviárias e meios de transporte que permite fácil deslocação, ainda pela grande acessibilidade a serviços possibilitada pelos fluxos de informação, e porque cada vez mais o centro da cidade se torna inóspito – sobretudo devido ao alto custo de vida²⁵⁰.

Assim, a população residente da cidade vai-se afastando do centro, onde o ritmo de vida é acelerado e a economia inóspita, em prole de zonas mais periféricas, onde, na era dos fluxos de comunicação, se tem acesso às mesmas oportunidades, com todo o tipo de serviços está à distância de uma “*app*”, e uma economia mais razoável. Através das *Edge Cities*, a periferia vai conquistando protagonismo.²⁵¹

"[...] o desenvolvimento dessas constelações livremente inter-relacionadas nas áreas metropolitanas enfatiza a interdependência funcional de unidades e processos diferentes num determinado sistema urbano por longas distâncias, minimizando o papel da continuidade territorial e maximizando as redes de comunicação em todas as suas dimensões. Fluxos de intercâmbio são componentes os essenciais da Edge City [...].

Contudo, não é rigoroso afirmar que zonas periféricas ao centro se trate já de *Edge Cities* (por se tratar de um modelo mais específico e encerrado), mas parece sensato concluir que o êxodo descentralista que as origina manifesta a sua presença, pela economia cada vez mais veloz, pelo ambiente de gentrificação que tem vindo a reinar, e pela sua natureza pós-industrial.

A título de nota conclusiva para a primeira etapa do presente estudo, parece plausível constatar que existe um conjunto de dinâmicas - económicas, políticas e culturais - que definem fluxos urbanos específicos e que têm vindo a definir a história das cidades no séc. XXI²⁵², com raízes no último século, e marcadas pela revolução tecnológica a que este assistiu.

Cédric Price sintetiza estas dinâmicas com o seu famoso esquema *the city as na egg*²⁵³, onde, como já referido, é descrito um movimento de expansão e descentralização, onde a cidade vai evoluindo além da sua natureza monocêntrica - ovo cozido - e se vai tornando numa rede rizomática²⁵⁴ que se apresenta agora policêntrica, não mais assente na visão classicista de urbanismo baseado numa

²⁵⁰ CASTELLS, Manuel – “The Network Society”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 268

²⁵¹ CASTELLS, Manuel – “The Network Society”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 271

²⁵² CASTELLS, Manuel – “The Network Society”, Ed. Blackwell, Barcelona 1996 pág. 63

²⁵³ THE CITY AS AN EGG – *Cedric Price Propositions* [Consult. 14/10/2021. Disponível: <https://www.cca.qc.ca/en/search/details/collection/object/420807>

²⁵⁴ DOMINGUES, Álvaro - “A Rua da Estrada”, Ed. Dafne Editora, Porto, 2009 pág. 60

centralidade, mas apresentando agora um território mais homogéneo e uma maior distribuição de serviços pelo espaço – ovo mexido.

*“All the animals come out at night”.*²⁵⁵

4 - Notas conclusivas

A presente Dissertação abordou a arquitetura e Urbanologia internacional e nacional com foco no séc. XX, estruturada em três momentos: moderno, pós-moderno, e contemporâneo, aludindo a uma seleção de autores para prefaciá-la cada período. Atendemos aos Planos Urbanos da cidade do Porto, e estabelecemos paralelo com o percurso do ensino na sua Escola da cidade. Assim, compreende-se uma retrospectiva do urbanismo em Portugal e no Porto no séc. XXI e a sua condição global, bem como os processos de metamorfose urbana que definem a sua narrativa do século XX. Sugere-se uma leitura da cidade através do seu enquadramento na esfera académica para compreender os seus fenómenos geradores de espaço.

Lançado o tema, atende-se aos fenómenos que lançaram a retórica na transição do século passado. Georg Simmel faz enquadramento sociológico que permite compreender a ascensão dos ideais modernistas e a transformação de espaços rurais e de grandes aglomerados urbanos.

Com base neste autor, refletiu-se na questão dos ritmos urbanos aceleradíssimos e hiper funcionalistas, que causam overdose de estímulos e respetivo impacto psicológico no indivíduo.

Nas primeiras décadas do século XX acontecem os **Congressos Internacionais**, onde se discutem as profundas metamorfoses no pensamento sobre a cidade que alteram o paradigma urbano. Em 1933 o grupo publica a seminal *Carta de Atenas*, como um “código de conduta” para o Urbanismo.

Estas lições marcam presença em Portugal pela primeira vez no **Plano para a Costa de Caparica**, definido por grandes vias de fluxo automóvel, espaços verdes, rejeição da “rua tradicional”, megaestruturas exuberantes e uma hidroestrutura urbana colossal. Permanece exemplo de **urbanismo utópico**, que permite compreender a realidade urbana no início do séc. XX

Na sequência do exposto, interessa o caso do **Bairro do Restelo**, de Faria da Costa. Intervenção baseada em habitação económica fora dos centros de saturação. Refletiu uma estrutura hierárquica dos elementos que o compõem, eixos viários, espaços públicos, equipamentos, habitações e espaços privados, criando uma unidade autónoma no Restelo. Permanece um dos exemplares pioneiros de Modernismo experimentalista em Portugal, contudo retomando a ideia de bairro tradicional composto por ruas e quarteirões, ideais rejeitados pelas primeiras gerações.

²⁵⁵ SCORSESE, Martin *“Taxi Driver”*, 1976

Em 1948 Lisboa acolhe o 1º Congresso Nacional de Arquitetura, a crise na habitação dominou o debate, o discurso da utopia socialista de cidade justa aliciava os jovens modernistas. Havia grande ambição de estimular as iniciativas de habitação social. Nesta nota refere-se o bairro de **Alvalade, exemplo de habitação social** durante o Velho Regime.

Morfologicamente desenvolveu-se em altura, com blocos de quatro pisos dispostos em galeria, perpendiculares à via, e pátios comuns. Este momento do urbanismo ficou marcado pelos princípios do higienismo e funcionalismo e pelas ambições de natureza social, que popularizam quando o «*Inquérito às Condições de Habitação*» “incendiou” o debate da habitação económica.

Na mesma nota, referência para a **Unidade Residencial de Ramalde** por Távora, pioneiro do modernismo em Portugal, pelas lições de intervenção em pré-existências, pelos espaços verdes unificantes, e pelas materialidades que remetem à morfologia modernista, contudo, organicista.

Interessou também mencionar o fenómeno do urbanismo vernacular que são as **Ilhas do Porto**, populares pela resposta à necessidade de alojamento, redefiniram o anel de crescimento da cidade, contudo, desprezadas pelas classes políticas. A solução passou pelo dispersar das massas laboriosas que ocupavam estas habitações. Quase sempre as ilhas ficavam para os elementos mais idosos das famílias, enquanto os elementos mais jovens e ativos eram realojados pela CMP.

Para concluir a década de 60, nota para a **UIA**, seminal para promoção do modernismo nacional.

Com objetivo de definir identidade comum para publicação de um manifesto vanguardista, o UIA foi instrumental para a **propaganda modernista**.

Passamos a estabelecer um paralelo com a evolução urbana e morfológica da cidade do Porto. Recorre-se aos Planos Urbanos apresentados na CMP, sendo em 1881 que surge o **Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto**, de Correa de Barros.

Identificava as três principais deficiências que afetavam a cidade: fraca qualidade dos géneros alimentícios; deficiências do sistema sanitário, e isolamento em relação ao país. Foram propostos objetivos: estratégia **de ocupação do terreno**, infraestruturas para colmatar questões de **higiene**; e maior definição do **sistema viário**. Foi implementada uma rede infraestrutural básica de **saneamento e distribuição, também** a reformulação de algumas vias existentes.

Posteriormente, foco no **Prólogo ao Plano da Cidade do Porto** de 1932, pelo engenheiro Ezequiel de Campos (1984-1965). Dava-se início a uma nova fase da evolução da cidade, baseada na **expansão territorial e relacionamento inter-regional**, marcando o início de um “grande Porto”, definido pela **renovação das redes viárias, previu-se a criação de novos eixos de circulação estruturantes** na articulação entre municípios, **e uma estratégia de zoneamento**.

Em 1934, a Camara do Porto convida Marcello Piacentini (1881 – 1960) para elaborar **Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto**, que seria concluído em 1940. Este baseou-se em: **redefinição do sistema viário e estratégia geral de usos do solo**. Sublinha-se a proposta para o “centro monumental”,

prevendo uma Avenida que conectava a CMP com a Sé. Verificam-se ainda os primeiros bairros de habitação unifamiliar de promoção publica em zonas periféricas.

Segue-se com a **Proposta para o Centro Monumental de 1940 / 1942**, por Giovanni Muzio. A estratégia consistia na **reestruturação do sistema viário e a utilização de solos**, na abertura de dois eixos estruturais, no sentido Nascente / Poente, e outro no sentido Norte / Sul.

Procede-se à análise do Plano de Estudos da Escola do Porto. Serão tomadas as Exposições Magnas, de Carlos Ramos (1907–1969), como principal fonte documental. Serão ainda abordados os CODA de alguns alunos a fim de ilustrar o conteúdo programático do Plano.

É no ano de 1955 aquando da *IV Exposição Magna*, que se regista um Plano de arquitetura maduro, constituindo uma matriz estável de evolução, e muito multidisciplinar. Carlos Ramos deixa claro na sua nota de introdução à edição *IV das Exposições Magnas* o valor que atribui ao modelo transdisciplinar, e **conjugação das três artes – Arquitetura, Escultura e Pintura**.

É no ano de 1952 que o arquiteto e urbanista João Andersen apresenta o CODA “*Uma Casa de Habitação Unifamiliar*”. Prende-se muito com a implantação, dado estar numa encosta a 2 Km de Lamego, a vista a nascente é “desafogada”, e permite visuais igualmente cativantes. O autor conclui com algumas elações acerca do projeto em contexto rural, ou semirrural. Já em 1953, o autor Octávio Lixa apresenta o seu CODA: “*Urbanismo: Um Tema Rural*” aqui acompanha exaustivamente os PDMs. Por contraste com o analisado anteriormente, tem um corpo de texto denso e robusto. O autor define-se como um académico de recorte marcadamente teórico.

No ano de 1957 Arnaldo Araújo apresenta o seu CODA “*Formas do Habitat Rural – Norte de Bragança: Contribuição para a Estrutura da Comunidade*”. Debruça-se sobre as condições da habitação rural em aldeias e pequenos aglomerados civilizacionais no Norte de Bragança. Arnaldo defendia que a organização territorial nacional passaria por um “transbordo” da população dos centros que acabaria por invadir áreas rurais de baixa densidade populacional.

Dois anos depois é quando Nuno Portas apresenta o seu CODA na ESBAP: “*A Habitação Social, Proposta para a Metodologia da sua Arquitetura*”. Esta investigação insere-se numa tarefa incutida pelo Concelho Superior de Previdência, que requereu um estudo acerca dos “*Aspetos Sociais do Habitat*”. O ator critica a habitação “não pensada” não informada por nenhum estudo de natureza sociológica e desadequada. Defende que tese em arquitetura é válida apenas quando informa uma realidade construída.

É no mesmo ano que Duarte Castel-Branco apresenta “*Grémio da Lavoura de Abrantes*”, onde sugere tal programa pela presença da indústria, maioritariamente com o desenvolvimento do entroncamento rodoviário e ferroviário. Tal surgiu como catalisador de uma região que até então subsistira de processos de produção tradicionais.

Retoma-se a análise do Plano de Estudos, e é no ano de 1963, aquando da *Carta Magna XII*, assume-se um momento catalisador. Ocorre uma reformulação profunda do Plano, que se “emancipou” das unidades artísticas, em favor de um currículo mais focado em arquitetura.

Inicia-se a segunda parte desta investigação: o pós-moderno. Prefaciado pelo autor Lewis Mumford (1895 -1990), para enquadrar sociologicamente o fenómeno das grandes cidades, e o surgimento da Urbanologia como ferramenta de análise desta nova realidade. No caso de estudo em foco: Portugal, a lente “historicista” que Mumford sugere é central para noção da cidade como resultante do rizoma económico e de consumo, numa natureza expansiva, e fomentando a gestação do “embrião” urbano.

O caso de estudo que inaugurou este subcapítulo ilustra a questão da habitação económica, que se tornava emergente com a crescente industrialização do país, Em 1955 a CML elaborou um *Estudo Base* a fim de enquadrar uma solução de crescimento urbano para a zona de **Olivais Norte**

Na mesma década, estava a ser elaborado um novo Plano Diretor, e desejava-se uma solução para a zona dos Olivais que configurasse um novo núcleo habitacional, a fim de dar resposta à eminente necessidade de habitação, tendo em conta a **pré-existência de zona industrial**.

É incluso no plano de intervenção de **Olivais Norte, a escola 175**, enquadrado na doutrina modernista e sua visão de “célula” urbana, onde um conjunto de habitação e de equipamento formam um micro-clima funcional.

Na mesma nota, interessa referir o caso de **Chelas**, caso de estudo pela busca da requalificação da qualidade de vida, prevendo habitação, equipamentos, e renovação urbana. Com objetivo de incrementar uma estrutura urbana plurifuncional e diversificada, compõe um conjunto de núcleos habitacionais de alta densidade e um núcleo principal de equipamento e atividades mistas. Chelas documenta a realidade de uma cidade que se vai tornando multinuclear.

Interessa compreender o desejo de cidade no pós-revolução, por isso o caso do **SAAL** foi selecionado por ilustrar o início de uma nova fase no desenvolvimento do país.

Aqui foram aplicadas muitas das lições estudadas, como associações de arquitetos e moradores; a noção de “direito ao local”. Iniciativa de ambições semelhantes foi o **CRUARB**. Durante a ditadura o país enfrentou escassez de habitação devido ao persistente negligenciar das estruturas existentes. Estas dificuldades provinham da postura do Regime de manter um clima de obscurantismo em relação ao assunto.

Após esta análise, voltamos a estabelecer um paralelo com a evolução urbana e morfológica da cidade do Porto no mesmo espaço de tempo.

O primeiro Plano analisado foi o **Plano Regulador da Cidade do Porto, por Almeida Garret**. No que respeita ao sistema viário sugere **vias radiais de penetração, cinturas urbanas e circulares**. Começam a surgir os primeiros edifícios de habitação social em altura, normalmente com 4 pisos e acesso em

galeria. Situados em zonas onde a malha urbana está consolidada, a sua localização foi elemento-chave para a integração social, retomado o tema do “direito à cidade”.

Ainda nos anos 60 interessa atender ao Plano Diretor do arquiteto francês Robert Auzelle (1913 – 1983), entre 1960 e 1962. Assenta em alterações sobre o Plano do Engenheiro Almeida Garret, com maior nível de pormenorização, sobretudo no Sistema Viário. Firma-se nos principais tópicos de intervenção inicialmente lançados por Almeida Garret, nomeadamente o **reforço e alargamento das vias radiais de penetração**, VCI, Estrada da Circunvalação, Marginal, vias exteriores à VCI e vários eixos principais. Este foi o último Plano Diretor para o Porto efetuado por arquitetos estrangeiros.

Na próxima etapa desta investigação, analisou-se o Plano de Estudos da Escola do Porto pelo período pós-moderno, recorrendo ao “Guia do Estudante”. A título de complemento, foi exibida uma série de trabalhos de alunos durante este período, pela falta de informação entre a década de 70 e 80, derivado do “período experimental” de instabilidade na transição de regimes.

A unidade curricular de Urbanologia era central no Plano, e a única na área do urbanismo. O seu conteúdo prendia-se com trabalhos práticos à mão levantada onde os alunos redesenhavam centros urbanos de interesse histórico. Foi revisitado o exercício de Joaquim Fazenda, que percorre uma série de praças europeias com desenhos a lápis de cor, ainda o exercício de Sérgio Fernández, que desenha a praça Teófilo Braga em pirografia, bem como o trabalho de Alberto Mesquita, que faz um registo fotográfico da Figueira da Foz, numa linguagem mais documental. Urbanologia define-se como uma unidade de recorte introdutório ao urbanismo, que perdurou por décadas.

Com isto, é no ano de 1984 / 1985 que se regista a primeira publicação Guia do Estudante consultável. O Plano de Estudos revela-se mais maduro e bem definido, agora muito pautado em trabalhos de grupo. Na edição de 1988 existiu uma reformulação extensiva, incluindo alterações no corpo docente, começando a estabilizar do “período experimental” associado a Portas. Nos anos seguintes não existiu nenhuma alteração muito impactante, excetuando apenas o processo de Bolonha em 1999 / 2000.

Para introduzir o período contemporâneo, foi referenciado o autor Fredric Jameson (1934), pelo seu estudo dos mecanismos –economia, cultura, tecnologia ou política – que introduzem o tema das cidades globais, e a sua relação com os meios de produção. O **progresso tecnológico dissolve fronteiras na expansão económica global**. A economia torna-se menos uma malha de ecossistemas individuais e mais uma rede global. Fredric sugere que a **condição pós-modernista** está vinculada à **sociedade de consumo**. A velocidade de produção, a cultura de massas, e a facilidade no acesso a bens, serviços e cultura são fatores que banalizam as suas produções.

Prosseguiu-se com a análise dos casos que ilustram a realidade da prática em Portugal no período “contemporâneo. O caso de estudo selecionado para inaugurar a última etapa do estudo foi o **Campus da Universidade de Aveiro**, de Nuno Portas, fundada em 1973, com princípio fundamental de estimular **comunicação interdepartamental**, e fomentar **ensino multidisciplinar**.

Referiu-se a **Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães**, de Fernando Távora. Selecionado por ilustrar questão da intervenção urbana em património. No âmbito do GTL, Távora forma um gabinete especializado na reabilitação do centro histórico, o qual sofria de guetização e insalubridade infraestrutural. Guimarães reflete uma nova estratégia de espaços públicos e percursos que primam pela expansão de Guimarães, e uma reabilitação / reativação das suas atividades na esfera social. Referiu-se também a **Reabilitação do Centro Histórico de Aveiro**, que inicia em 1962, e se estende até 1967. O que difere neste caso é facto de ser apresentado como um Plano de Pormenor sobre um outro PU de Robert Auzelle. Respeita a visão original, com espaços públicos “desafogados”.

No âmbito fenómeno da globalização, referiu-se a **Expo 98**, em **Lisboa**, por assinalar o momento em que o país entra na retórica pós industrial. Portugal teve acesso a 319 milhões de euros provenientes do Fundo de Coesão da União Europeia, e 299 milhões de euros emprestados pelo Banco Europeu de Investimentos. A Expo 98 foi uma iniciativa de renovação da cidade de Lisboa para que pudesse iniciar uma metamorfose que o aproximasse mais às outras capitais europeias, e firmar Portugal como uma economia global. Analisa-se fenómeno simétrico à Expo 98 na cidade do Porto, por ter estimulado a sua condição global e pós industrial. Refere-se ao **Porto 2001**. Com o reconhecer do Porto como Património Cultural da Humanidade por parte da UNESCO em 1996, a cidade iniciou o seu processo de internacionalização como capital europeia de cultura e cidade global. Esta iniciativa incide essencialmente em duas zonas: **frente marítima e frente ribeirinha**, estimulando dois núcleos de crescimento para a cidade, e fomentando a sua economia. Na mesma nota, conclui-se com o **Programa Polis**, como exemplar de Urbanismo em função da coesão territorial e desenvolvimento regional, pois Porto e Lisboa concentravam a maioria dos investimentos e mantinham-se as únicas “metrópoles” do país. Por este motivo, o país investia seriamente em iniciativas para combater a incoesão territorial, entre estas destaca-se o PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. O POLIS ficou marcado por um grande foco na questão da sustentabilidade e pegada ambiental. Este ficou marcado como um momento singular onde o Estado contrariou a sua dependência sistémica no setor privado, revigorado o clima urbano em localidades não centralistas.

Passamos a analisar a evolução urbana e morfológica da cidade do Porto, analisando em detalhe o ano de **1978**, aquando da criação do Gabinete de Planeamento Urbanístico (GPU) por parte da CMP, responsável pelo **Plano Geral de Urbanização**, de Duarte Castel-Branco (1928 – 2015), que viria a comandar este trabalho até 1987. O plano constitui um conjunto vasto de estudos que incidem sobre diferentes tópicos de estruturação urbana. Marca-se pelo surgimento de infraestruturas como as autoestradas e a VCI. Também pelo surgimento do Parque da Cidade.

Concluimos com a análise da Revisão do **Plano Diretor Municipal**, realizada entre 2000 e 2006 pelo arquiteto Fernandes Sá (1943), sugere uma **hierarquização do sistema viário**, e a **definição de um**

sistema de transportes públicos. O principal foco era “desburocratizar” a cidade e agiliza-la, partindo de uma base urbana fragmentada, e sugerindo uma intervenção unificante.

Foi feita análise do Plano de Estudos da Escola do Porto. Constatou-se no ano letivo de 2012 / 2013 um conjunto de alterações significativas, e que remodelou todos os anos letivos do programa de Mestrado em Arquitetura. O curso tornou-se mais compacto e, em consequência desta “experimentação” nos anos posteriores não se verificam alterações significativas.

Em termos de unidades curriculares no campo do urbanismo, vê-se agora um vasto leque de opções, essencialmente de cariz teórico, no entanto, correspondendo maioritariamente a unidades optativas, detalhadas no corpo da presente Dissertação.

A título de nota conclusiva, atentamos no seminal autor **Manuel Castells Oliván**. O autor defende que a última etapa de evolução urbana se baseia menos na produção material, e é fortemente apoiada nas **tecnologias de comunicação**, assim emerge um novo paradigma social que altera o funcionamento do diafragma que são as cidades. Podemos chamar a esta nova condição de **cidade pós-industrial**. Esta vem redefinir toda a cultura urbana e social, sendo estes inseparáveis. Trata-se de uma nova condição cultural, uma metamorfose nos moldes / dispositivos em que ocorre a produção de riqueza, para um modelo que se baseia em serviços. Não se trata de um abandono das estruturas industriais clássicas, mas sim uma nova ordem de produção baseada em fluxos de informação por meio da tecnologia, e na comercialização e turistificação de conhecimentos e serviços. No caso do nosso objeto de estudo: a cidade do Porto, o abandono de antigas unidades fabris, anuncia a transição para um modelo baseado em serviços, que se materializam no setor do turismo e em estabelecimentos dedicados a serviço, que populam as zonas centrais da cidade. Esta nova estrutura social das redes informacionais configura a materialização de instrumentos de comunicação utilizados como vetor de mobilização de fluxos urbanos que moldam a morfologia económica da cidade. Os estabelecimentos de serviços apoiam-se na capacidade de projeção que as redes sociais oferecem, com conteúdo próprio, ou gerado pelos consumidores. Segundo Castells, a cidade pós-industrial define-se ainda pelas suas periferias suburbanas, ou *Edge Cities*, fruto de uma tendência descentralista. Argumenta-se agora que a habitação próxima ao centro vai perdendo o seu interesse e atratividade, devido ao novo paradigma de mobilidade característico do séc. XXI, ainda pela acessibilidade a serviços graças aos fluxos de informação. Assim, a população residente da cidade vai-se afastando do centro, onde o ritmo de vida é acelerado e a economia inóspita, em prole de zonas mais periféricas, onde, na era dos fluxos de comunicação, se tem acesso às mesmas oportunidades, com todo o tipo de serviços está à distância de uma “app”, e uma economia mais razoável. Através das *Edge Cities*, a periferia vai conquistando protagonismo. Contudo, não é rigoroso afirmar que zonas periféricas ao centro se trate já de *Edge Cities*, mas parece sensato concluir que o êxodo descentralista que as origina manifesta a sua presença, pela economia cada vez mais veloz, pelo ambiente de gentrificação que tem vindo a reinar, e pela sua natureza pós-industrial, na

cidade do Porto. A título de nota conclusiva, parece plausível constatar que existe um conjunto de dinâmicas - económicas, políticas e culturais - que definem fluxos urbanos específicos e que têm vindo a definir a história das cidades no séc. XXI, com raízes no último século, e marcadas pela revolução tecnológica a que este assistiu, e que atualmente é vetor primário para compreender as metamorfoses da cidade do Porto.

Bibliografia

Referencias bibliográficas nacionais

- ALVES, Isabel - "*Génese e Evolução Urbana do Porto - Das Origens ao Século XXI*", 1ª Edição, Direção Municipal de Urbanismo: Divisão Municipal de Projetos e Planeamento Urbano, 2011
- ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO: "*vista parcial dos blocos habitacionais de Ramalde, Projeto de Fernando Távora*" Consult: Gisa – Documento subordinado/Ato informacional – Bairro de Casas de Renda Económica de Ramalde (cm-porto.pt)
- BRANCO, Cassiano: "*Costa da Caparica, Praia Atlântica*" – Arquivo Municipal de Lisboa, 1930 / Código de referência: PT/AMLSB/CB/09/02/06, Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>
- BRANCO, Cassiano: "*Costa da Caparica, Praia Atlântica - Casino*" – Arquivo Municipal de Lisboa, 1930 / Código de referência PT/AMLSB/CB/09/02/11, Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>
- BRANCO, Cassiano: "*Costa da Caparica, Praia Atlântica - Hotel*" – Arquivo Municipal de Lisboa, 1930 / Código de referência: PT/AMLSB/CB/09/02/12, Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>
- BRITO, António – "*Exposição de Homenagem a Mestre Carlos Ramos – XVI Exposição Magna Da Escola Superior de Belas-Artes do Porto*", 1968
- DIARIO DDO GOVERNO, *Decreto de Lei 166667* - 27 de março de 1929, Ministério das Finanças: Secretária-geral
- DIÁRIO DO GOVERNO, Decreto-lei nº. 24:802, Disp.: <https://dre.pt/application/conteudo/447162>, 1934
- DOMINGUES, Álvaro *A Rua da Estrada*. 1ª Edição, Editorial Dafne Editora, 2009
- FAUP, Guia de estudante: 1984-1985 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- FAUP, Guia de estudante: 1985-1986 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- FAUP, Guia de estudante: 1986-1987 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- FAUP, Guia de estudante: 1988-1989 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- FAUP, Guia de estudante: 1990-1991 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- FAUP, Guia de estudante: 1992-1993 / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- FERNANDES, Maria – *Esboço histórico sobre a Costa da Caparica. Notícias da Gandaia*, 2012 - Disponível em <https://gandaia.info/esboco-historico-sobre-a-costa-da-caparica/>

- FERNANDO, Távora – “*Proposta de Urbanização*” Disponível para consulta: Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva
- GAMA, António; SANTOS, Norberto Pinto dos – *Tempo Livre, Lazer e Terciário*, em «Cadernos de Geografia», Coimbra 1991
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – *Políticas Urbanas II*, 1ª Edição, Editorial Fundação Calouste Gulbenkian, 2012
- PORTAS, Nuno; JORGE, Arrotea; TOUSSANT, Michel – “*Universidade de Aveiro: Trinta Anos de Arquitetura*” 1ª Edição Editorial White & Blue, 2004
- PORTAS, Nuno – “*Arquitetura(s) – História e Crítica, Ensino e Profissão*”, 1ª Edição Editorial FAUP, 2005
- PORTAS, Nuno – “*A Cidade como Arquitetura*” 4ª Edição Editorial Livros Horizonte, 2011
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – “*Políticas Urbanas II*”, 1ª Edição, Editorial Fundação Calouste Gulbenkian, p. 105
- PORTO. – Urbanismo, Plano Geral Urbanização, 1987 [consult. 29/08/2021]. Disponível: https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-urbanizacao-1987
- *Habitacões Económicas – Federação de Caixas de Previdência* 1ª Edição, CEAU / FAUP, 2010
- PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto, 2006 [consult. 30/09/2021]. Disponível: <https://dre.pt/application/conteudo/552282>
- RAMOS, Carlos – “*II Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1953
- RAMOS, Carlos – “*IV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1955
- RAMOS, Carlos – “*V Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1956
- RAMOS, Carlos – “*VI Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1957
- RAMOS, Carlos – “*VII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1958
- RAMOS, Carlos – “*VIII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1959
- RAMOS, Carlos – “*IX Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1960
- RAMOS, Carlos – “*X Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1961
- RAMOS, Carlos – “*XI Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1962
- RAMOS, Carlos – “*XII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1963
- RAMOS, Carlos – “*XIII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1964
- RAMOS, Carlos – “*XIV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1965
- RAMOS, Carlos – “*XIV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1966
- RAMOS, Carlos – “*XV Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*”, 1966

- RAMOS, Carlos – “XVI Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, 1968
- RTP Arquivos – *A Exposição do Mundo Português*, Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/exposicao-do-mundo-portugues/>
- RUFINO, António - *Costa da Caparica: de Cassiano Branco à Realidade*, 2015 Coleções ULL-FAA
- SANTOS, Victor - "*A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*", 1ª Edição, Editorial U. Porto, 2013
- TAVARES, Maria: "*HE.FCP Uma Perspetiva Estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]*"

Referencias bibliográficas internacionais

- AUGÉ, Marc – *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*, Editorial Papirus Editora, 1994
- BELL, Daniel – “*The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*” 1ª Edição, Editorial New York
- CASTELLS, Manuel – *A Sociedade em Rede*. 6ª Edição, Editorial Paz e Terra, 2002
- CASTELLS, Manuel – *Communication Power*, 1ª Edição, Editorial Oxford University Press, 2009
- CORBUSIER, “*The city of Tomorrow and its Planning*” - 8ª Edição, Editorial Dover Publications, 1987
- DOMINGUES, Álvaro *A Rua da Estrada*. 1ª Edição, Editorial Dafne Editora, 2009
- FREDRIC, Jameson – “*Postmodernism, Or, the Cultural Logic of Late Capitalism*”, 1991
- GARNIER, Tony – “*Une Cité Industrielle*”, 1917 1ª Edição, Editorial Rizzoli
- HALTON, Eugene – *A Brief Biography of Lewis Mumford (1895-1990)* [consult. 16/06/2021]. Disponível: <https://www3.nd.edu/~ehalton/mumfordbio.html>
- JAMESON, Fredric – *Marxism and Form: 20th-Century Dialectical Theories of Literature*. 1ª Edição, Editorial Princeton University Press, 1972
- JAMESON, Frederic – *Postmodernism or The Cultural Logic of Late Capitalism*. 1ª Edição, Editorial Duke University Press
- JAMESON, Fredric – *The Political Unconscious; Narrative as a Socially Symbolic Art*. 1ª Edição, Editorial Cornell University Press – 1981
- LERUP, Lars – “*Building the Unfinished*”, 1ª Edição, Editorial Sage Publications, 1977

- MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida – *Arquitetura e Política: Ensaios para Mundos Alternativos*. 4ª Edição, Editorial Gustavo Gili, 2014
- MONTANER, Josep; MUXI, Zaida - “*Arquitetura e Política*” pág. 81, 2019
- MUMFORD, Lewis – “*The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*”, 1989
- MUMFORD, Lewis – *The Story of Utopias* 1ª Edição, Editorial The Academy of Political Science, 1923
- MUMFORD, Lewis – *The Pentagon of Power (The myth of the Machine, Vol.2)*. 1ª Edição, Mariner Books, 1970
- MUMFORD, Lewis – *Technics and Human development (The Myth of the Machine Vol.1)* 1ª Edição, Editorial Harcourt Brace Jovanovich, 1967
- MUMFORD, Lewis – *The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*. 1ª Edição, Editorial Harcourt, Brace and World, 1961
- MUMFORD, Lewis – *Homage to Giantism*
- OXFORD REFERENCE – *Overview: Fredric Jameson b.1934* [consult. 27/06/2021]. Disponível: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100017903>
- OXFORD BIBLIOGRAPHIES – *Fredric Jameson* [consult. 27/06/2021]. Disponível: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780190221911/obo-9780190221911-0011.xml>
- SASSEN, Saskia – *The Global City: Introducing a Concept*, 2ª Edição, Princeton University Press. 2005
- SCORSESE, Martin “*Taxi Driver*”, 1976
- SIMMEL, Georg – *The Philosophy of Money*. 1ª Edição, Editorial Routledge and Kegan Paul, 1978
- SIMMEL, Georg – *Metrópole e Vida Mental*. 2ª Edição, Editorial Zahar Editores, 1967
- THE CITY AS AN EGG – *Cedric Price Propositions* [Consult. 14/10/2021]. Disponível: <https://www.cca.qc.ca/en/search/details/collection/object/420807>
- THE JOURNAL OF WILD CULTURE - *Lewis Mumford: The last of the great Humanists* [consult. 16/06/2021]. Disponível: <https://www.wildculture.com/article/lewis-mumford-last-great-humanists/1376>

- VÁZQUEZ, Carlos Garcia – *Teorias e História de la Ciudad Contemporânea*. 1ª Edição, Editorial Gustavo Gili, 2017